

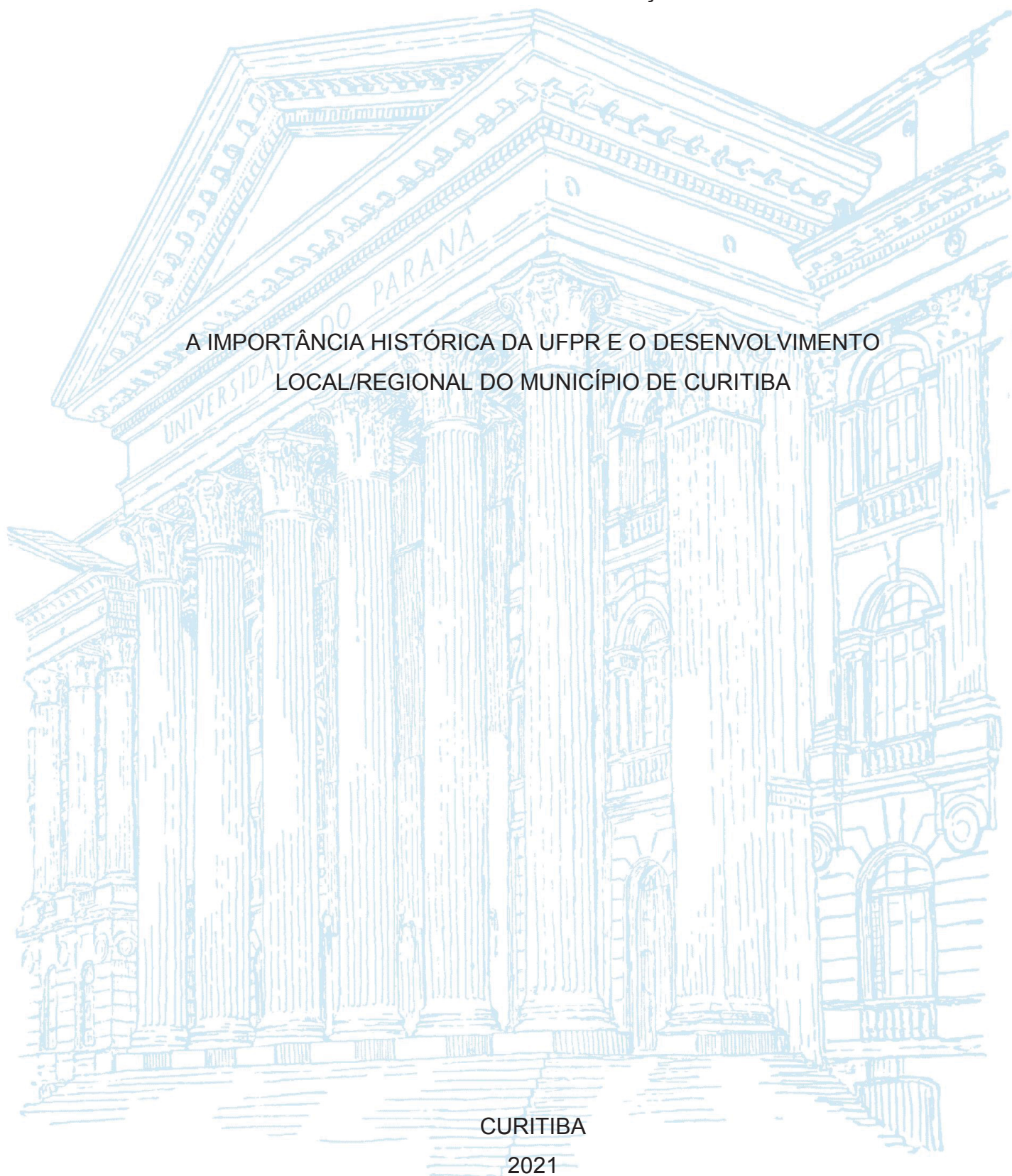
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ONÉSIMO DE ALMEIDA GONÇALVES

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA UFPR E O DESENVOLVIMENTO
LOCAL/REGIONAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

CURITIBA

2021



ONÉSIMO DE ALMEIDA GONÇALVES

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA UFPR E O DESENVOLVIMENTO
LOCAL/REGIONAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Gonçalves, Onésimo de Almeida

A importância histórica da UFPR e o desenvolvimento local/regional
do município de Curitiba / Onésimo de Almeida Gonçalves. – 2021.
111 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Economia, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientadora: Mayla Cristina Costa.

Defesa: Curitiba, 2021.

1. Economia. 2. Desenvolvimento regional. 3. Orçamento.
4. Universidade Federal do Paraná. 5. Curitiba. I. Universidade Federal
do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de
Pós-Graduação em Economia. II. Costa, Mayla Cristina. III. Título.

CDD 338.9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ECONOMIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de ONÉSIMO DE ALMEIDA GONÇALVES intitulada: **A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA UFPR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**, sob orientação da Profa. Dra. MAYLA CRISTINA COSTA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

10/03/2021 17:48:54.0

MAYLA CRISTINA COSTA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/03/2021 17:04:07.0

MARCOS WAGNER DA FONSECA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/03/2021 20:54:41.0

ADALTO ACIR ALTHAUS JUNIOR

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta dissertação a Deus porque sem ele nada seria possível. À minha esposa pelo apoio incondicional; aos familiares e aos amigos, pela força e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Para desenvolver esta dissertação, contei com o apoio de inúmeras pessoas que contribuíram, cada uma, a seu modo, para minha formação. Muitas delas não são mencionadas aqui, mas isso não significa que não foram lembradas.

Primeiramente agradeço a Deus por ser essencial em minha vida e por ter me abençoado nessa minha caminhada, em cada momento, nas minhas vitórias e dificuldades e que em nenhum momento deixou que eu desanimasse, dando-me forças para conclusão de mais este objetivo.

Agradeço aos meus pais, Juvenal e Aldali que sempre me incentivaram a todo tempo e com quem sempre dividi as minhas alegrias e tristezas, além de meu irmão, Otaniel que muito me incentivou para que eu pudesse trilhar esse caminho.

Agradeço a minha esposa Selma que me acompanhou durante toda a minha trajetória e que soube com maturidade e paciência compreender as minhas ausências e nem por isso deixou de estar ao meu lado.

Agradeço a minha orientadora e professora Mayla Cristina que muito me ensinou e dedicou-se com muito carinho o seu tempo, a sua experiência para me orientar na realização desta dissertação.

Agradeço a todos os professores do programa pela paciência, dedicação e comprometimento nas disciplinas ministradas no curso.

Aos professores Marcos Wagner e Fernando Motta, sou grato pela atenção, pela paciência e sabedoria que sempre me dedicaram.

A todos os meus colegas do Mestrado, meu agradecimento, especialmente ao André Luís, Ana Paula, Gabriel, José Henrique, Larissa, Lanaro, Lucas, entre outros, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos.

Agradeço a todos os amigos de trabalho, em especial, Juliana, Hilda, Joseane, Evaneide, Emerson, Edson e Cesar que sempre estiveram me incentivando nos meus estudos. Agradeço ao Igor, secretário do programa, pelas conversas e orientações que foram fundamentais para o andamento do meu mestrado.

Manifesto aqui meu agradecimento a todos os meus amigos e familiares por compreenderem minha ausência em certos momentos e pelo estímulo constante que de certa forma puderam contribuir para que o meu sonho se realizasse.

Ao final, meu muito obrigado a todos.

O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível. (Max Weber)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral verificar a importância histórica da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento local/regional do município de Curitiba. A metodologia de trabalho valeu-se de diferentes dados qualitativos e quantitativos. Para tanto, realizou-se estudo de caso com triangulação de dados por meio de análise histórica, análise documental e estudo quantitativo. Curitiba e sua região metropolitana têm um dinamismo econômico abrangente, com um parque industrial desenvolvido e diversas empresas de prestação de serviços, faz da cidade o principal centro econômico para o Paraná e para o Sul do Brasil. Em 2018, a cidade apresentou o maior PIB do Paraná e do Sul do Brasil e ficou na quinta colocação nacional. Diversos estudos apontam para o papel fundamental das universidades no processo de desenvolvimento econômico regional, seja na formação de recursos humanos, seja no desenvolvimento tecnológico ou ainda no efeito multiplicador na economia local/regional, que através dos gastos que as universidades realizam em obras, equipamentos, infraestrutura, salário de professores e funcionários, aquisição de bens e serviços para o seu funcionamento acabam por contribuir para a região em que estão inseridas. Diante desse contexto, buscou-se verificar qual a importância da UFPR para o município de Curitiba, seja na geração de conhecimento, na formação de mão de obra qualificada, nas pesquisas, no desenvolvimento de novas tecnologias, na prestação de serviços à sociedade e até mesmo na execução do orçamento, tendo em vista que orçamento da instituição possui valores significativos. Os resultados demonstram que na geração de conhecimento e na formação de mão de obra qualificada a Universidade tem uma representatividade significativa no número de concluintes da graduação, do mestrado e do doutorado para Curitiba. No quesito inovação tecnológica, observou-se que a UFPR vem apresentando um crescimento no número de depósitos de Patentes de Invenção (PI) efetuados junto ao INPI e também é uma instituição que cumpre seu papel social como na prestação de serviço de forma gratuita à comunidade. Quanto ao orçamento da UFPR há uma forte evidência empírica de que a despesa com investimento da Universidade contribui para o crescimento econômico de Curitiba. Desse modo, compreende-se que historicamente a UFPR desempenhou importante papel no desenvolvimento local e regional de Curitiba e do Estado do Paraná e sugerem-se novos estudos para aprofundamento do tema e estudos correlatos acerca da importância das Universidades para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local 1. Orçamento 2. UFPR 3. Curitiba 4.

ABSTRACT

The present dissertation has a general objective of verifying the historical importance of the Federal University of Paraná for the local / regional development of the city of Curitiba. The work methodology used different qualitative and quantitative data. To this end, a case study was carried out with data triangulation through historical analysis, document analysis and quantitative study. Curitiba and its metropolitan region have a comprehensive economic dynamism, with a developed industrial park and several service providers, making the city the main economic center for Paraná and for the southern part of Brazil. In 2018, the city had the highest GDP (Gross Domestic Product) in Paraná and the southern Brazil and was in the fifth place nationally. Several studies point to the fundamental role of universities in the process of regional economic development, whether in the training of human resources, whether in technological development or even in the multiplier effect on the local / regional economy, which through the expenses that universities carry out in works, equipment, infrastructure, teachers' and employees' salaries, acquisition of goods and services for their operation end up contributing to the region in which they operate. In this context, we sought to verify the importance of UFPR for the municipality of Curitiba, whether in the generation of knowledge, in the training of qualified labor, in research, in the development of new technologies, in the provision of services to society and even even in the execution of the budget, considering that the institution's budget has significant values. The results demonstrate that in the generation of knowledge and in the formation of qualified labor, the University has a significant representativeness in the number of graduates, of the undergraduate, master's and doctorate degrees in Curitiba. In terms of technological innovation, it was observed that UFPR has been showing an increase in the number of Invention Patents (PI) deposits made with the INPI and it is also an institution that fulfills its social role in providing services free of charge to the community. As for the UFPR budget, there is strong empirical evidence that the University's investment spending contributes to Curitiba's economic growth. Thus, it is understood that UFPR has historically played an important role in the local and regional development of Curitiba and the State of Paraná and further studies are suggested to deepen the theme and related studies on the importance of Universities for economic growth and development.

Keywords: Local Development 1. Budget 2. UFPR 3. Curitiba 4.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – IMPACTOS REGIONAIS DE UMA UNIVERSIDADE.....	46
FIGURA 2 – LINHA DO TEMPO DE ALGUNS FATOS DA HISTÓRIA DA UFPR	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MEC: DESPESAS POR GRUPO DE SUBFUNÇÕES (R\$ BILHÃO, BASE 2019)	18
GRÁFICO 2 – REPRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2019	19
GRÁFICO 3 – NÚMERO DE MATRICULADOS E TITULADOS NO MESTRADO DA UFPR DE 2000-2019	70
GRÁFICO 4 – NÚMERO DE MATRICULADOS E TITULADOS NO DOUTORADO DA UFPR DE 2000-2019	71
GRÁFICO 5 – NÚMERO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO DA UFPR DE 2000-2017	75
GRÁFICO 6 – ORÇAMENTO DAS DOZE MAIORES UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS	77
GRÁFICO 7 – ORÇAMENTO DA UFPR EM PERCENTUAIS POR GND DE 2010 A 2019	81
GRÁFICO 8 – TOTAL DO ORÇAMENTO PREVISTO DA UFPR DEFLACIONADO PELO IPCA	81
GRÁFICO 9 – DESPESAS EMPENHADAS DA UFPR EM PERCENTUAIS POR GND – 2010 A 2019.....	94
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTIMADA, DO PIB E DO PIB PER CAPITA DEFLACIONADOS DE CURITIBA DE 2010 A 2018.....	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO – BRASIL – 2019.....	20
QUADRO 2 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2019	20
QUADRO 3 – TRABALHOS ENVOLVENDO IES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESTIMATIVA DO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), POR NÍVEL DE ENSINO - BRASIL 2000-2017	17
TABELA 2 – CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES, (FATOR DE RETENÇÃO E DURAÇÃO MÉDIA PADRÃO DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO)	35
TABELA 3 – LIVROS ANALISADOS	50
TABELA 4 – VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MODELO EMPÍRICO	57
TABELA 5 – NÚMERO DE CURSOS, DE MATRÍCULAS E DE CONCLUINTES NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL DA UFPR DE 2000 A 2019.....	69
TABELA 6 – COLOCAÇÃO DA UFPR DE ACORDO COM O RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF) - 2013 A 2019	72
TABELA 7 – RANKING DA UFPR DE ACORDO COM O WORLD UNIVERSITY RANKINGS DA CWUR - 2014 A 2020	73
TABELA 8 – RANKING DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO (PI) DE RESIDENTES POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE 2000 A 2017.....	74
TABELA 9 – PREVISÃO NA LOA PARA A UFPR POR FONTE DE RECURSOS EM PERCENTUAL	79
TABELA 10 – PREVISÃO TOTAL NA LOA PARA A UFPR POR GND DE 2010 A 2019	80
TABELA 11 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL NO MUNICÍPIO E NA UFPR – CURITIBA – 2000 A 2019	86
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TITULADOS DE MESTRADO EM CURITIBA E NA UFPR – 2000 A 2019	87
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TITULADOS DE DOUTORADO EM CURITIBA E NA UFPR – 2000 A 2019	88
TABELA 14 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO (PI) POR DEPOSITANTES LOCALIZADOS EM CURITIBA E PELA UFPR – 2000 A 2017.....	90
TABELA 15 – DESPESAS EMPENHADAS DA UFPR POR GND DE 2010 A 2019.....	93

TABELA 16 – PIB, PIB PER CAPITA E POPULAÇÃO ESTIMADA DE CURITIBA DE 2010 A 2018.....	94
TABELA 17 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS	96
TABELA 18 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO	96
TABELA 19 – REGRESSÃO COM EFEITO FIXO ROBUSTO.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASP	- Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FORPLAD	- Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IES	- Instituição de Educação Superior
IFES	- Instituição Federal de Ensino Superior
IGC	- Índice Geral de Cursos
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	- Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	- Lei Orçamentária Anual
LRF	- Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	- Ministério da Educação
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	- Produto Interno Bruto
PPA	- Plano Plurianual
SESu	- Secretaria de Educação Superior
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SOF	- Secretaria de Orçamento Federal
SPO	- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNIFAL	- Universidade Federal de Alfenas

LISTA DE SÍMBOLOS

® - marca registrada

Σ - somatório de números

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	3
1.2 OBJETIVOS	5
1.2.1 Objetivo geral	5
1.2.2 Objetivos específicos.....	5
1.3 JUSTIFICATIVA	6
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	9
2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL	21
2.3 UNIVERSIDADES FEDERAIS E A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO BRASIL.....	28
2.4 ESTUDOS ANTERIORES: UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	49
3.2 ESTRATÉGIA DA PESQUISA	50
3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	51
3.4 MODELO EMPÍRICO	54
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	59
4.1 ANÁLISE DA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	59
4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO TESOURO NACIONAL A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	76
4.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL DE CURITIBA E A INFLUÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	99
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	103
REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) prevê em seu Art. 205 que a educação é direito de todos e impõe que é dever do Estado e da família o seu provimento. Desta forma, a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, no seu preparo para o exercício da cidadania e também na sua qualificação para o trabalho.

Nos últimos anos, a educação tornou-se uma política pública muito importante para o Brasil. Nas últimas décadas, o país buscou fomentar diversas políticas na área da educação, cabe destacar aqui as políticas voltadas exclusivamente para o ensino superior, como: a lei 1.254/1950 que estabeleceu normas sobre o sistema federal de ensino superior; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi promulgado sob o n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961; Lei 5.540/1968 que estabeleceu normas de organização e funcionamento do ensino superior e ficou conhecida como a Reforma Universitária; a Constituição Federal de 1988; a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, referente a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional; a Lei 10.260/2001 que criou o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES); a Lei 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Decreto 6.096/2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); a Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e ainda a Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE para o período de 10 anos.

Desta maneira, por meio da análise do ambiente legal é possível inferir que as universidades têm um papel fundamental para a sociedade, sendo que o legislador brasileiro registrou algumas normas na legislação maior do nosso país, que é a Constituição Federal, conforme já mencionado. Ficou estabelecido na Carta Magna também que as universidades têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que deverão obedecer ao princípio de inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Estudos, como os de Menezes Filho (2007) e Franco (2008), evidenciam que educação de qualidade impacta em várias dimensões econômicas e sociais, tais como: desenvolvimento local e crescimento econômico, maior acesso ao mercado de trabalho, ampliação da inclusão social, redução da criminalidade, diminuição das desigualdades sociais, aumento de salários e fortalecimento da democracia.

O Brasil, conforme o Plano Nacional de Educação¹ (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014), deve ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento (7%) do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2019, e no mínimo, o equivalente a dez por cento (10%) do PIB até o ano de 2024. Entre as vinte metas do PNE 2014-2024, cabe aqui destacar duas, a primeira relacionada à expansão do ensino superior, das pós-graduações e extensões e a segunda para elevação da qualidade no ensino superior, com ampliação na quantidade de mestres e doutores do corpo docente da educação superior. Dessa forma, o país vem demonstrando que investe em educação superior, inclusive aumentando a quantidade de vagas nas universidades públicas e privadas e também melhorando a qualidade através da capacitação do corpo docente.

Todas as alterações no ambiente legal geraram uma expansão no ensino superior, como o aumento do número de vagas e a interiorização das universidades. Rolim (2018, p. 217) destaca “a necessidade de estudo de avaliação do impacto econômico das Instituições de Ensino Superior (IES) e sua contribuição para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas”. De acordo com o autor, essa necessidade de estudo não é nada surpreendente, já que muitas universidades ao redor do mundo estão se defrontando com uma questão de fundamental importância: como atender efetivamente e amplamente às crescentes necessidades regionais.

Para Bovo (2003) o desenvolvimento econômico e social local pode ser estudado por meio de diversos fatores, dos quais, pode-se destacar a importância da fundação de instituições de ensino, pesquisa e extensão, com o desenvolvimento local, que além de formar mão de obra qualificada, desenvolver novas tecnologias, gerar conhecimento, prestar serviços à sociedade em várias áreas, comprar produtos e serviços de empresas locais, ainda promove efeitos econômicos e financeiros dos recursos por ela movimentado.

A movimentação de recursos financeiros pode ser destacada através de pagamento de salários de professores e de funcionários, investimentos em obras e equipamentos, nas demais despesas de custeio e os gastos dos alunos oriundos de outras cidades que constituem um conjunto de fatores que exercem um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (BOVO, 2003).

¹ LEI N° 13.005/2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Diante desses aspectos, encontra-se a Universidade Federal do Paraná (UFPR), nota 5 no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição² (IGC), universidade mais antiga do Brasil, sendo referência no ensino superior para o Estado do Paraná e no contexto nacional. Além do campus na cidade de Curitiba, a UFPR está presente no interior e no litoral do estado, tendo papel ativo no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida do paranaense, por meio do acesso à educação superior e das atividades desempenhadas pela comunidade acadêmica em prol da sociedade (UFPR, 2019). Considera-se, assim, relevante a análise de como a Universidade Federal do Paraná contribui para o desenvolvimento da localidade onde está inserida e apresenta-se a seguir o problema de pesquisa que vai nortear o desenvolvimento desta dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

No Brasil, nos últimos anos, muito se discute a respeito das universidades públicas, que são instituições de ensino superior mantidas financeiramente pelo Estado. Parte da mídia e da sociedade apontam que o investimento na educação superior pública é muito oneroso à sociedade e defendem a diminuição do papel do Estado nestas instituições. Vale lembrar que este investimento se torna maior quando comparado ao ensino superior privado, pelo fato que além da educação oferecida pelas universidades públicas, muitas delas oferecem serviços de saúde sem custo a população, através de seus hospitais universitários, dissemina conhecimento, além de manter diversos projetos de pesquisa e inovação (USP, 2019).

Além disso, muitos municípios fomentam diversas iniciativas para atrair inúmeros investimentos produtivos para sua região, na intenção de aumentar a geração de empregos, aumentar a arrecadação de tributos, aumentar a renda da sua população. No entanto, a implantação de uma universidade irá aumentar a oferta de mão de obra qualificada, melhorar a produtividade das empresas locais, estimular a inovação, e dinamizar a economia local (BOVO, 2003).

² Nota máxima conquistada pela UFPR no ano de 2018, indicador de qualidade mensurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-cpc-e-igc-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/21206>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Bovo (2003) realizou estudos sobre o impacto econômico e financeiro em cada município do Estado de São Paulo em que estava localizado um campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP). O autor afirma, com base nos dados apresentados no seu estudo, que os investimentos governamentais nas Universidades Públicas e o trabalho científico desenvolvidos por estas, acabam gerando um dinamismo nas economias dos municípios onde as mesmas estão instaladas.

Faria Júnior (2015) analisou o período de 2002 a 2014 se a Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL) era fonte propulsora do desenvolvimento econômico no município. Para o autor, a UNIFAL provocou uma externalidade econômica positiva colaborando com o crescimento dos setores de Alimentação e Hospitalidade, Construção Civil, Atividades Imobiliárias, os Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos, Serviços de Transporte e Correio e Educação em Alfenas-MG. Ainda de acordo com o estudo do autor, houve uma externalidade negativa, o crescimento da violência no município, devido ao aumento do fluxo migratório dos estudantes, aumentou-se os furtos nas residências dos estudantes enquanto estes se encontravam fora dos domicílios.

Por sua vez, Alves e Gumbowsky (2017), aplicando um modelo de multiplicadores de gastos keynesianos, verificaram a relação do montante de recursos monetários empregados pela Universidade do Contestado com respectivo impacto econômico no município de Canoinhas, entre o período de 2003 a 2008. Os autores chegaram à seguinte conclusão, cada real gasto pela Universidade apresentou um efeito multiplicador de 2,84 sobre o produto e renda do município, cujo impacto econômico total gerado foi cerca de 252,8 milhões de reais, o que correspondeu a 6,47% do PIB do município pesquisado.

Observa-se que a presença de Universidades em municípios menores, que não possuem uma grande representação econômica de outras atividades, apresenta impacto direto sobre a quantidade de dinheiro que circula na economia, o aumento do salário médio e da renda do município. Entretanto, será possível observar o mesmo impacto na implantação de uma universidade pública em um município com maior dinamismo econômico, como Curitiba?

O município de Curitiba e sua região metropolitana têm um dinamismo econômico abrangente, que faz da cidade o principal centro econômico para o Paraná e para o Sul do Brasil. A cidade conta com um parque industrial desenvolvido, inclusive

com multinacionais instaladas na região, empresas de tecnologia e inovação, comércio varejista e de atacado, empresas de serviços, ainda cabendo destaque aos setores da construção civil e do turismo (COMEC, 2017). Ainda de acordo com um estudo publicado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba possui o quinto maior PIB do País e o maior PIB do sul do Brasil (IBGE, 2018).

Frente ao dinamismo presente na cidade de Curitiba, tem-se algumas questões complementares que norteiam o presente estudo e são fundamentais para a construção do problema de pesquisa: qual o impacto que a UFPR exerce na dinâmica local? Existe uma relação entre o tamanho do orçamento da UFPR com o ritmo de atividade econômica local? Qual a capacidade ou influência que a UFPR exerce na cidade de Curitiba?

À luz dessas considerações, a questão central de pesquisa que orienta a presente investigação é a seguinte: **De que maneira a Universidade Federal do Paraná contribuiu historicamente para o desenvolvimento local/regional do município de Curitiba?**

1.2 OBJETIVOS

Em consonância com a questão de pesquisa os objetivos orientadores da presente dissertação foram estabelecidos da seguinte forma:

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da história da Universidade Federal do Paraná para o potencial desenvolvimento local/regional do município de Curitiba.

1.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Compreender a importância histórica da Universidade Federal do Paraná;
- ✓ Verificar a distribuição dos recursos orçamentários do Tesouro Nacional para a Universidade Federal do Paraná, no período de 2010 a 2018;

- ✓ Analisar como a UFPR contribuiu para o desenvolvimento local/regional de Curitiba;
- ✓ Identificar se alocação de recursos orçamentários na UFPR causam impacto no desenvolvimento econômico de Curitiba, com foco no período selecionado.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a globalização e as economias mundiais cada vez mais competitivas, investir em educação e em pesquisas científicas que busquem contribuições relevantes tornou-se fundamental para o progresso de um país. De acordo com o relatório produzido pela equipe de analistas de dados da *Clarivate Analytics Web of Science*³ para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Brasil ficou em 13º maior produtor de publicações de pesquisa (*papers*) em nível mundial, alcançando a quantidade de mais de 250.000 artigos em todas as áreas do conhecimento, no período entre 2011 e 2016. Embora a pesquisa não tenha mensurado a qualidade das publicações, a quantidade de artigos publicados no período reflete o aumento do investimento público desde então, por meio de ofertas de bolsas de pesquisa e extensão para alunos e docentes, assim como, maior oferta de cursos e vagas nos Programas de Mestrado e Doutorado.

Nesse sentido, o investimento em educação, pesquisa e inovação é visto como fundamental e estratégico para o desenvolvimento de qualquer país. A educação pública brasileira, principalmente o ensino superior, nos últimos anos, é vista como um custo muito elevado para a sociedade. Para afirmar que o ensino superior público no Brasil é alto, muitos fazem a divisão do orçamento anual das instituições superiores pela quantidade de alunos de graduação, mas se esquecem de levar em consideração as pesquisas científicas, que necessitam de uma complexidade muito maior de recursos humanos e de infraestrutura física (USP, 2019).

³ Relatório da Clarivate para a Capes revela panorama da produção científica do Brasil (2011-2016). Disponível em: <<http://www.aguia.usp.br/noticias/relatorio-da-clarivate-para-capes-revela-panorama-da-producao-cientifica-do-brasil-2011-2016/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Quinze Universidades Públicas são responsáveis por mais de 60% da produção do conhecimento científico produzido no Brasil.⁴ Ainda de acordo com o INPI (2019), dos dez maiores depositantes residentes de patentes no país em 2018, nove são instituições de ensino e pesquisa públicas (Seis Universidades Federais e três Universidades Estaduais) e apenas uma empresa se destaca, que é Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que é uma sociedade de economia mista.

Bovo destaca que:

A importância da Universidade pode ser avaliada a partir de diferentes perspectivas: a formação de profissionais para o mercado de trabalho, os serviços prestados à sociedade em várias áreas, como saúde, assessoria a órgãos públicos e empresas privadas, criação de novas técnicas desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas etc. No entanto, além desses benefícios decorrentes de suas atividades, é preciso também considerar os efeitos econômicos e financeiros resultantes dos recursos que ela movimenta (BOVO, 2003, p. 19).

Para o autor, os recursos investidos nas Universidades acabam gerando grandes benefícios econômicos, como na qualificação de mão de obra, ascensão do desenvolvimento e da oferta de serviços qualificados, atração de empresas para a localidade, entre outros. Ou seja, há um estímulo em toda a cadeia que é fundamental para o crescimento econômico e contribui com o desenvolvimento, que não seria possível verificar na economia local sem o investimento no ensino superior.

Portanto, diante do exposto acima, justifica-se a pesquisa para verificar os impactos gerados pelas Universidades Públicas, em especial a Universidade Federal do Paraná, no desenvolvimento regional do município de Curitiba. Avaliar o investimento no ensino superior somente na perspectiva do impacto que o investimento ocasiona na vida dos discentes para a sua qualificação não parece muito significativo, assim, considera-se nesta dissertação que a avaliação deve ser mais ampla, ou seja, com base nas perspectivas que estes investimentos, por meio da presença das estruturas da universidade, mas além disso, dos gastos efetuados por ela, assim como resultados historicamente obtidos por meio da formação de mão de obra e pesquisas realizadas, serão responsáveis pela geração de desenvolvimento local e regional.

⁴ Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco seções. Na primeira seção, a presente introdução apresenta uma breve ideia do assunto, o problema da pesquisa, o objetivo geral e específico, a justificativa e como a dissertação está estruturada.

A segunda seção, denominada de Referencial Teórico, apresenta uma fundamentação teórica referente às (1) políticas de expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas; (2) orçamento público no Brasil; (3) Universidades Federais e a distribuição dos recursos orçamentários no Brasil; (4) estudos anteriores: universidade e desenvolvimento econômico local.

A terceira seção, intitulada de Procedimentos Metodológicos, apresenta como será a classificação da pesquisa, a estratégia de pesquisa, coleta e análise dos dados e o modelo empírico.

Na quarta seção, será feita apresentação do caso, através da história de como surgiu a UFPR e seu marco na história do Paraná e Curitiba, a distribuição dos recursos orçamentários do Tesouro Nacional para a UFPR e por último, o desenvolvimento local de Curitiba e a influência da Universidade Federal do Paraná.

Na última seção, podem ser encontradas as considerações finais e recomendações. A seguir são apresentados as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o referencial teórico que norteará a presente dissertação em quatro subseções, as quais tratarão dos seguintes assuntos: políticas de expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas; orçamento público no Brasil; Universidades Federais e a distribuição dos recursos orçamentários no Brasil e por último, estudos anteriores: universidade e desenvolvimento econômico local.

2.1 POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O Brasil, na primeira metade do século XX, apresentava pouco crescimento na demanda e oferta de cursos de educação superior. Para Melo (2009), a mudança começou a partir da “União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1938, ganhou força a partir da década de 1940, quando algumas das suas reivindicações foram atendidas”.

No início da década de 1950, um marco importante para a educação do ensino superior brasileiro foi a edição da lei 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que estabelecia normas sobre o sistema federal de ensino superior. Esta legislação estabeleceu que o ensino superior supletivo passaria a categoria de estabelecimentos mantidos diretamente pela União. Martins (2009) destaca que o crescimento do ensino superior público no Brasil aconteceu entre os anos de 1945 a 1964 e revela que durante este período o número de matrículas no país aumentou significativamente, passando de 21 mil para 142 mil estudantes. Cabe destacar que neste período encontra-se um fato importante que foi o processo de federalização do ensino superior no ano de 1950.

Para SIQUEIRA (2012), a década de 1960 trouxe diversas mudanças na educação como resultado da ampliação do ensino superior no Brasil. O Congresso Nacional (CN) discutiu por vários anos a proposta do ministro Clemente Mariani, que posteriormente tornou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi promulgada sob o n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Sobre a Lei 4.024/61:

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe alterações que interferem na demanda pela educação superior. Concedeu plena equivalência a todos os cursos de grau médio para entrada no nível superior, de forma que todos os concluintes do ensino médio, independentemente de ser profissionalizante, poderiam se candidatar aos cursos superiores. Portanto, devido a esses fatores, a demanda cresceu mais que a oferta, ocasionando a mobilização por mais vagas e mais verbas na universidade, sobretudo por parte dos estudantes (MELO, 2009, p. 25).

Logo depois da aprovação da lei, a educação superior começou a ser alvo de críticas, porque o movimento estudantil verificou que nem todas as suas reivindicações foram atendidas. Em 1964, começou a ocorrer mudanças no campo político nacional, com o início do regime militar, sendo que as medidas repressivas provocadas pelos novos governantes, com relação ao movimento estudantil, e a vigilância dos docentes se combinaram com propostas de modernização e de expansão do ensino superior (MARTINS, 2009).

Martins (2009) afirma com relação às medidas repressivas do regime militar, que pode-se salientar o Decreto n. 4.464/64, que regulamenta os Órgãos de Representação dos Estudantes; o Decreto n. 228/67, que reformulou a organização da representação estudantil; o Decreto n. 477/69, que definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares que desenvolvessem atividades consideradas contrárias ao regime militar.

Com a manifestação estudantil em 1968, marcada com diversas manifestações pelas ruas, o Governo Militar precisou tomar decisões para resolver os problemas educacionais mais agudos, principalmente resolver o problema da quantidade de alunos que não tinham acesso ao ensino superior (FÁVERO, 2006).

Em novembro de 1968, com a aprovação da Lei 5.540, que ficou conhecida como a Reforma Universitária, a legislação estabeleceu normas de organização e funcionamento do ensino superior. Para Melo (2009), a partir da Reforma Universitária, a maneira de organização da educação superior seria através da Universidade e que as instituições isoladas possuíam caráter excepcional e transitório. Após a Lei, as Universidades Públicas começaram a ser estruturadas em departamentos, institutos ou faculdades e as suas contratações ocorreriam por meio de concursos públicos.

De acordo com Fávero (2006), a Reforma Universitária apresentava medidas, com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade,

destacando-se a criação de alguns sistemas e instrumentos: o sistema de departamentos, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e matrículas por disciplinas, além da carreira do magistério e a pós-graduação.

Para Martins (2000), mesmo neste período do Governo Militar, houve um crescimento significativo no número de matrículas, no ano de 1962 eram 107.509 matrículas, passando para 688.382 matrículas em 1972, em dez anos o aumento no número de matrículas foi um crescimento de 540%, porém o ritmo não foi mantido na próxima década, que começou a diminuir, no ano de 1973 registrou-se 772.800 matrículas, enquanto que em 1983 chegou-se a 1.438.992 matrículas, apresentando um aumento de 86%, bem diferente do crescimento apresentado na década anterior.

Após essa breve análise sobre a implantação da Reforma Universitária de 1968, constata-se que, a partir dos anos 80, surgem várias propostas para a reformulação das instituições universitárias. Será oportuno lembrar que tanto a reorganização do movimento estudantil, como a de outros grupos da sociedade civil, só irá se efetivar no final dos anos 70, com a abertura política e a promulgação da Lei da Anistia. Nas universidades públicas, após esta Lei, se processa o retorno de vários professores afastados, compulsoriamente, após o AI-5 (FÁVERO, 2006, p. 34).

No ano de 1980, o Brasil tinha 882 Instituições de Ensino Superior, sendo 65 Universidades, 20 faculdades integradas e 797 estabelecimentos isolados. As matrículas tiveram uma estagnação nesta década, no início eram 1.377.286 matrículas, ao final passou para 1.518.904 alunos. Comparado às décadas anteriores o crescimento foi relativamente pequeno, algo em torno de 10% (MARTINS, 2000).

Com advento da promulgação da CF/88, foi estabelecido diversas reivindicações relativas ao ensino superior, o artigo 207 consagrou as universidades com o direito da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, e ainda, elas passaram a obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Martins (2000), no início da década de 90, o ensino superior não apresentou um crescimento significativo, entre o ano de 1990 a 1993, apresentou um crescimento de apenas 3,5%. A recuperação do crescimento aconteceu no período de 1994 até o ano de 1998, em que o autor relata que o crescimento observado foi maior que o crescimento entre 1980 a 1994. Ainda de acordo com o autor, no ano de 1980, o país possuía um total de 65 Universidades e no ano de 1998 passou para 153 Universidades, registrando um crescimento de 135%. Mas cabe destacar que este

aumento foi impactado pela iniciativa privada, enquanto que as Universidades Federais durante este período aumentaram de 34 para 39, as Estaduais passaram de 9 para 30, as Municipais de 2 aumentou para 8 e as particulares tiveram um aumento de 280% passando de 20 para 76.

Melo (2009) destaca o papel significativo na reconfiguração do sistema de educação superior no Brasil com aprovação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. A lei ocasionou diversas mudanças na educação brasileira, passou a ser conhecida como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), implementando algumas normas para o ensino superior, estipulando novos tipos de instituição, modalidades de cursos e programas, sistema nacional de avaliação do ensino.

Faria Júnior (2015) afirma que na década de 2000 para aumentar o número de vagas no ensino superior, foi aprovada em 09 de janeiro de 2001 a Lei 10.172 referente ao Plano Nacional da Educação (PNE). De acordo com o autor, o PNE passou a vigorar para os dez anos seguintes, apresentou análises e diagnósticos daquela época e elaborou objetivos e metas para ampliar a educação no ensino superior.

Como ponto positivo, o plano trouxe dados referentes ao final da década anterior, como o crescimento de matrículas nas instituições de educação superior, apresentando um rápido crescimento nos últimos anos. Por exemplo, o número total de matriculados saltou de 1 milhão e 945 mil, em 1997, para 2 milhões e 125 mil em 1998. Foi um aumento significativo, em que em apenas um ano houve, portanto, um crescimento de 9%, índice praticamente observado pelo sistema em toda a década de 80 (MARTINS, 2000).

Entre os objetivos e metas do plano estabelecido foram: oferta de vagas na educação superior para pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até ao final de 2010; garantiu a efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas; estabeleceu política de redução das desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País; ou seja, melhora a oferta de cursos e todas as regiões do Brasil (FARIA JÚNIOR, 2015).

Em 12 de Julho de 2001, foi sancionada a Lei 10.260, com normas referentes ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). É um programa de financiamento estudantil destinado a estudantes de baixa renda, regularmente

matriculados em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva, atendendo a regulamentação própria e critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Os alunos com direito a solicitação do financiamento têm que ser aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com uma renda familiar bruta inferior a vinte salários mínimos, que terão as despesas com matrícula e mensalidades financiadas pelo governo federal, podendo variar de 50% a 100%, desses gastos. Depois da conclusão do curso de graduação o aluno tem um período de carência e, após esse período, começa a pagar o seu financiamento a uma taxa de juros fixa de aproximadamente 3,4% ao ano (FARIA JÚNIOR, 2015).

A partir de 2002, teve o início do debate de cotas em Universidades Públicas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição a implantar a medida, e posterior a primeira instituição pública federal adotar o sistema de cotas raciais foi a Universidade de Brasília (UnB). A discussão sobre a validade do sistema de cotas em Universidades Públicas foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou o Recurso Extraordinário⁵ (RE 597285), com repercussão geral, e o plenário confirmou por maioria dos votos a constitucionalidade da política afirmativa de cotas. Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou uma legislação referente às cotas (MELO, 2013).

Em 2005, foi aprovado a Lei 11.096, que estabeleceu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que regulamentou a atuação das entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. A lei constituiu, sob gestão do Ministério da Educação, um programa de distribuição de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de graduação em instituições de ensino superior privadas, com ou sem fins lucrativos. Para Melo (2009), o programa foi destinado para o preenchimento de vagas ociosas nas instituições privadas com estudantes que não podem pagar por seus estudos, em contrapartida as instituições recebiam isenções de quatro impostos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

⁵ STF confirma validade de sistema de cotas em universidade pública. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207003>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Com aprovação do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A meta era duplicar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação (MEC, 2007).

Para Melo (2009), o REUNI veio para apoiar as metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e para dar suporte ao Programa de Expansão das IFES. Ainda de acordo com o autor, o principal objetivo do REUNI foi a criação de condições para ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior através de um melhor aproveitamento tanto da estrutura física quanto dos recursos humanos nas Universidades Federais.

O decreto referente ao REUNI estabeleceu as diretrizes no seu artigo 2º, como:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O programa teve uma adesão em duas chamadas, e das 54 Universidades Federais existentes no país ao final de 2007, ano da criação do REUNI, 53 aderiram ao programa (42 na primeira chamada e 11 na segunda chamada), somente ficou de fora a Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, que já adotava as inovações pedagógicas estabelecidas pelo REUNI (MEC, 2009).

De acordo com dados obtidos no site do Ministério da Educação⁶, a expansão da Rede Federal de Educação Superior e a interiorização dos campi das Universidades Federais tiveram início em 2003. Entre 2003 a 2011 foram criadas 14 Universidades e mais de 100 campi que possibilitaram a expansão no número de vagas e a criação de novos cursos. Ainda de acordo com o MEC, o número de municípios atendidos pelas Universidades Federais passou de 114 para 237 ao final de 2011.

Ao final de 2008, foi sancionada a Lei 11.892, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O governo buscou ampliar o acesso para a população menos favorecida à educação com ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 208 novas unidades, espalhadas pelos 26 estados e no Distrito Federal (FARIA JÚNIOR, 2015).

Com os Institutos Federais, o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, ousa criar uma institucionalidade absolutamente nova e inovadora, capaz de revolucionar a educação profissional e tecnológica de nosso país. Entretanto, o futuro dos institutos está em aberto, dependendo de nossa ousadia, competência e compromisso político com um país soberano, democrático e justo socialmente (PACHECO, 2011, p. 53).

A Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, do MEC, regulamentou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para seleção de candidatos à vaga em cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Essa foi uma forma democrática de acesso de estudantes de qualquer lugar do Brasil para ingressar em uma Universidade Pública. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo (MEC, 2010).

Para Melo (2013), adoção do Sisu⁷ pelas instituições públicas, houve uma maior equidade na seleção dos candidatos, tendo em vista, que o ENEM passou a substituir o processo seletivo, os candidatos fazem a mesma prova com conteúdo baseado na matriz curricular do ensino médio. A autora destaca como vantagem deste

⁶ MEC, 2010. A expansão da Rede Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>. Acesso em: 31 mar. 2020.

⁷ Em 2013, 54 instituições públicas de educação superior adotaram o Sisu em seus processos seletivos (MELO, 2013, p.76).

sistema, é que os candidatos não precisam deslocar-se de suas cidades para realizar as provas, podem se inscrever para mais de um curso e têm mais de uma chance de serem aprovados.

Em 2012, a Lei 12.711 de 29 de agosto, adotou a implantação de cotas para ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio. A lei estabelecia a reserva de no mínimo de cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. As cotas foram implementadas gradualmente, 12,5% do total de vagas ofertadas a cada ano, até que ao final de 4 anos a lei seria atendida plenamente. De acordo com a lei, do total de vagas reservadas, será preenchido por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, levando em consideração o percentual mínimo igual à proporção dos mesmos no estado em que a instituição está localizada, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE através da Lei 13.005, com vigência para os próximos dez anos, ou seja, estará em vigor até 2024. Cabe destacar aqui quatro metas dentre as vinte metas apresentada pela legislação para melhorar a educação no Brasil:

META 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público;

META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;

META 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores;

META 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Nas últimas décadas pode-se observar uma significativa expansão das políticas públicas voltadas para ampliação das vagas no Ensino Superior Brasileiro, tanto para as instituições públicas quanto para as instituições privadas. O percentual de investimento público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em educação superior ainda é tímido, de 2000 até o ano de 2010 o ensino superior recebeu investimento público inferior a 1% do valor do PIB, somente, a partir do ano de 2011 que o investimento público em educação superior ultrapassa o percentual de 1%, chegando a 1,53% do PIB em 2017, conforme apresentação a seguir do percentual do PIB investidos em educação básica e em educação superior em todos os níveis de governo do período de 2000 a 2017, conforme a TABELA 1.

TABELA 1 – ESTIMATIVA DO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), POR NÍVEL DE ENSINO - BRASIL 2000-2017

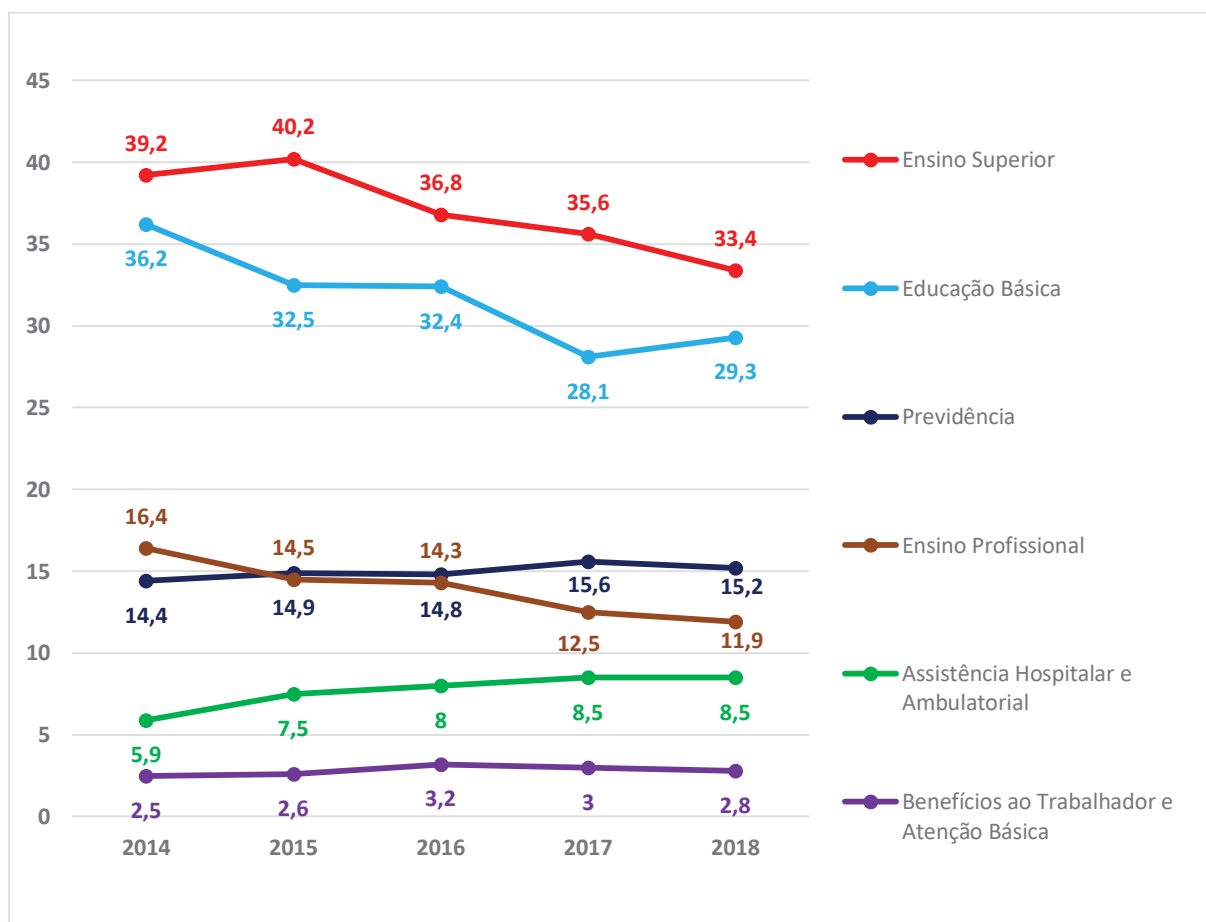
Ano	Educação Básica	Educação Superior	Total
2000	3,68	0,92	4,60
2001	3,81	0,93	4,74
2002	3,77	0,95	4,73
2003	3,68	0,89	4,56
2004	3,65	0,82	4,45
2005	3,63	0,86	4,49
2006	4,06	0,81	4,87
2007	4,21	0,85	5,06
2008	4,43	0,85	5,27
2009	4,65	0,90	5,55
2010	4,72	0,93	5,65
2011	4,78	1,02	5,80
2012	4,85	1,01	5,87
2013	4,91	1,09	6,00
2014	4,88	1,15	6,04
2015	4,90	1,34	6,24
2016	4,94	1,39	6,32
2017	4,82	1,53	6,35

FONTE: INEP (2017).

Em 2016, foi votada pelo Congresso a Emenda Constitucional nº 95/2016 incluindo o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que passa a vigorar nos próximos vinte anos, valendo, portanto, até o ano de 2036. Acredita-se que com a EC 95/2016 será difícil de atingir as metas estabelecidas pelo PNE devido uma diminuição na arrecadação e ao teto

constitucional. Um estudo⁸ da Câmara dos deputados apresentou evidências de que as despesas realizadas pelo Ministério da Educação, em valores reais, vêm sofrendo redução desde 2014. De acordo com o relatório, sob vigência da EC nº 95/2016, em 2017 e 2018, as despesas realizadas pelo Ministério da Educação sofreram reduções e acumularam no período de 2014 a 2018 uma queda de 11,7%. Quando as despesas foram analisadas por Subfunção distinguindo-se as ações finalísticas, que proporcionam bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade, das não finalísticas, apresentaram variações conforme o GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1 – MEC: DESPESAS POR GRUPO DE SUBFUNÇÕES (R\$ BILHÃO, BASE 2019)



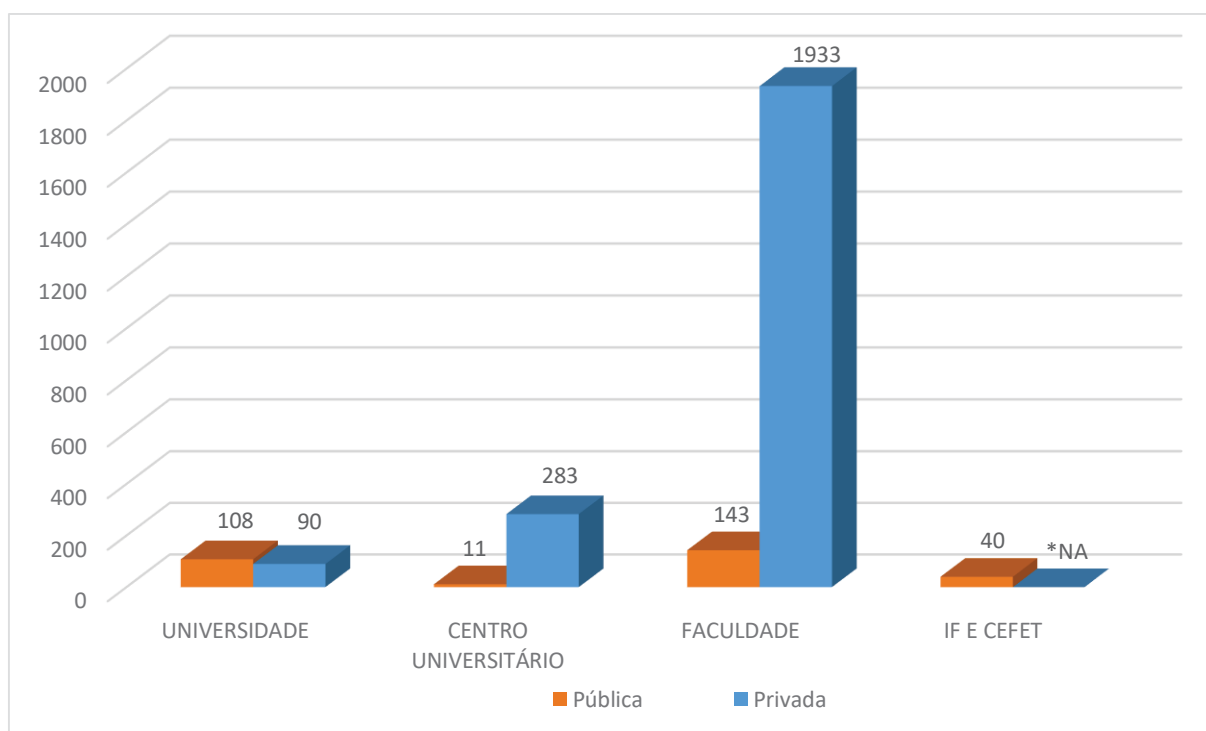
FONTE: Câmara dos Deputados (2019). Siafi; valores corrigidos pelo IPCA; despesas primárias pagas no exercício, inclusive restos a pagar.

⁸ Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. INFORMATIVO TÉCNICO Nº 6/2019-CONOF/CD - Ministério da Educação: Despesas Primárias Pagas 2014-2018 e Impacto da EC nº 95/2016 (Teto de Gastos). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/inf_6-2019-ministerio-educacao-despesas-primarias-pagas>. Acesso em: 07 abr. 2020.

De acordo com o estudo da Câmara dos Deputados, a redução acumulada de 2014 a 2018, no ensino superior foi de -15%, na educação básica de -19,3% e no ensino profissional de -27,6%, enquanto que as despesas com previdência, assistência hospitalar e ambulatorial e os benefícios ao trabalhador e atenção básica apresentaram um acréscimo acumulado de 2014 a 2018 de 5,7%, 44,3% e 11,9% respectivamente.

Uma análise para verificar a distribuição das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil verificou-se que, em 2019, há uma maior quantidade de universidades públicas do que universidades privadas. Por outro lado, os centros universitários e as faculdades têm um maior predomínio de instituição privada, conforme pode-se verificar no GRÁFICO 2.

GRÁFICO 2 – REPRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2019



FONTE: Elaborado pelo autor com base no Censo da Educação Superior - 2019 (INEP, 2020).

LEGENDA: *NA – Não se aplica.

O Brasil terminou o ano de 2019, com 8.603.824 matrículas de graduação em 2.608 instituições de educação superior, das quais 79,6% são faculdades, apesar da grande representatividade, nelas estão matriculados apenas 19% dos estudantes. Por outro lado, 52,2% das matrículas no ensino superior estão concentradas nas

universidades que têm uma representatividade de 7,6% do total das IES, conforme demonstra o QUADRO 1.

QUADRO 1 – INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO – BRASIL – 2019

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	INSTITUIÇÕES		MATRÍCULAS	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Universidades	198	7,6	4.487.849	52,2
Centros Universitários	294	11,3	2.263.304	26,3
Faculdades	2.076	79,6	1.636.828	19,0
IF's e CEFET's	40	1,5	215.843	2,5
TOTAL	2.608	100	8.603.824	100

FONTE: Censo da Educação Superior - 2019 (INEP, 2020).

A rede de instituições de educação superior no país contava com 302 públicas e 2.306 privadas, a última com uma representatividade de 88,4% da rede. Das IES públicas representadas por 11,6% da rede estão distribuídas da seguinte forma: 36,4% são federais; 43,7% são estaduais e 19,9% são municipais, conforme o QUADRO 2.

QUADRO 2 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2019

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TOTAL	UNIVERSIDADE	CENTRO UNIVERSITÁRIO	FACULDADE	IF E CEFET
FEDERAL	110	63	1	6	40
ESTADUAL	132	40	1	91	0
MUNICIPAL	60	5	9	46	0
PÚBLICA	302	108	11	143	40
PRIVADA	2.306	90	283	1933	0

FONTE: Elaborado pelo autor com base no Censo da Educação Superior - 2019 (INEP, 2020).

Da distribuição das Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa, no ano de 2019, verificou-se que a maioria das universidades do país são públicas equivalente a 54,5%, enquanto que entre as IES privadas, predominam as faculdades com 83,8%. Das IES Federais 57,3% correspondem às universidades; 36,4% aos Institutos Federais de Educação, Ciência

e Tecnologia (IF's) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's); 5,4% às faculdades e 0,9% são centros universitários (INEP, 2020).

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

O orçamento público recebe inúmeras definições na literatura, para Campos (2015, p. 33) “caracterizado por aspectos jurídicos, político, econômico, contábil e outros, ao longo da sua história, foi conceituado de muitas formas, adequando-se às funções que ele desempenhou e desempenha na sociedade”. Giacomoni (2019) reitera que o orçamento público é um ato revestido das formalidades da lei que autoriza as despesas a serem executadas dentro de um período determinado de tempo (geralmente um ano), indicando as origens dos recursos a serem arrecadados para financiar essas despesas. Na mesma linha, Aliomar Baleeiro afirma que o orçamento é:

Ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei (BALEIRO, 2001, p. 411).

Santos e Silva (2014) destacam que o orçamento público é uma função primordial da administração, como ferramenta de gerenciamento, que tem como função avaliar a execução das finanças públicas, estimando receitas e fixando despesas. Dessa forma, o orçamento público no Brasil constitui uma das principais ferramentas de organização e planejamento do Estado e pode ser entendido como um plano financeiro para determinado período em que são previstas as receitas e fixadas as despesas. Neste sentido, é tratado como peça de instrumentalização das políticas públicas de planejamento e execução das finanças públicas.

O orçamento está dividido em receita e despesa pública. A despesa pública pode ser entendida como a soma dos gastos do governo para funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Para fazer face às essas obrigações, a Administração Pública necessita de recursos que podem ser obtidos junto à coletividade (receitas) ou através do endividamento público. Esses recursos são chamados de Receita Pública e será através dela que a Administração Pública

poderá atender às necessidades da sociedade, como saúde, educação, segurança, entre outras (GIACOMONI, 2019).

Em sentido amplo, as receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres da Administração Pública que se divide na classificação quanto à previsão orçamentária. As entradas de recursos podem ser classificadas em ingressos orçamentários e extraorçamentários. Os ingressos orçamentários são denominados como Receita Pública no sentido stricto, enquanto os ingressos extraorçamentários são considerados receita pública no sentido amplo. A primeira incorpora-se ao patrimônio público, a segunda será restituível no futuro, considerada uma simples entrada de caixa (MTO, 2017). Conforme a literatura, tanto a receita como a despesa pública recebem diversas classificações a qual não será objeto de exploração, destacando a seguir somente a categoria econômica.

Cabe destacar que foi a Lei 4.320/64 que introduziu a classificação das receitas e das despesas dos entes públicos. A receita foi classificada de acordo com duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Nesse mesmo sentido, as despesas públicas são classificadas nas categorias econômicas como Despesas: Correntes e Capital. As Despesas Correntes compreendem as Despesas de Custeio e as Transferências Correntes, enquanto, as Despesas de Capital englobam os Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital. O modelo de classificação da despesa em vigor na Lei 4.320/64 sofreu importante alteração com a Portaria Interministerial nº 163/2001, dirigida a todos os entes da Federação. A portaria alterou a classificação da despesa a partir de 2002, a qual passou a ser constituída por categoria econômica, grupos de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa.

Para Giacomoni (2019) as Despesas Correntes são classificadas nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, ao passo que, na Despesas de Capital classificam-se aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. O autor afirma que foram criados seis grupos detalhando as duas categorias econômicas através dos Grupos de Natureza da Despesa (GND), as Despesas Correntes estão vinculadas aos (GND's): 1 – Pessoal e Encargos Sociais; 2 – Juros e Encargos da Dívida; e 3 – Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital foram vinculadas aos (GND's): 4 – Investimentos; 5 – Inversões Financeiras; 6 – Amortização da Dívida.

Giacomoni (2019) destaca a importância da diferenciação que as despesas de uma categoria e outra provocam ao longo do tempo. Para o autor os efeitos dos bens e serviços correntes podem ser sentidos ao longo do exercício orçamentário, enquanto os gastos com capital, principalmente os investimentos produzem resultados durante maior período de tempo. Ainda de acordo com o autor, essa distinção é importante não apenas para a contabilidade, mas também para avaliar o impacto econômico dos gastos públicos.

Santos e Silva (2014) consideram importante as despesas de investimentos para o desenvolvimento social e econômico de um município. Na visão dos autores, a decisão de investir requer uma série de fatores a serem considerados, como identificar quais as prioridades, o gasto necessário, a quantidade de recursos disponíveis e a escolha do método a ser usado para a consecução da obra, quando tratar-se de construção. Assim, as despesas de investimentos são fixadas conforme a previsão da receita arrecadada e definidas no Plano Plurianual e sua execução é orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Estudos recentes têm analisado o processo de alocação orçamentária, especialmente sobre os gastos públicos alocados como importantes fatores de promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico (Vogt & Zonatto, 2016; Neduziak & Correia, 2017). Fatores como a polarização política, estrutura de governo e o sistema eleitoral constituem aspectos determinantes dos resultados orçamentários. Observa-se, no entanto, que não há trabalhos que analisem como uma Universidade Federal e seu orçamento podem contribuir para o processo.

Considerando o ambiente legal, o orçamento reveste-se de diversos atos normativos como a Lei 4.320/64 e o Decreto 200/67, mas o processo de planejamento e orçamento ganhou mais importância com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e posteriormente com a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que abrange toda a Esfera de governo, importante nas finanças públicas brasileira e no controle dos gastos determinando formas para prevenção e equilíbrio das contas públicas (GIACOMONI, 2019).

A CF/88 dedicou uma seção de seu ordenamento para criar instrumentos de planejamento e estabelecer as regras orçamentárias. No seu artigo 165, estabeleceu que serão leis de iniciativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), ou seja, estes três instrumentos são de iniciativa do Presidente da República para União, dos

Governadores para Estados e Distrito Federal e dos Prefeitos para os municípios. Este trabalho terá seu foco principal nos instrumentos de planejamento e orçamento da esfera federal, no entanto, assim como a União, cada estado, cada município e o Distrito Federal também têm seus próprios PPAs, LDOs e LOAs.

De acordo com o artigo 166 da Carta Magna, “os projetos de lei relativos ao PPA, a LDO, a LOA e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum”. Ou seja, são elaborados pelo Poder Executivo, mas serão analisados e votados pelo Poder Legislativo.

No artigo 165, § 1º da Constituição Federal ficou estabelecido a função do PPA:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988, p. 75).

Segundo Giacomoni (2019), o PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo, a sua duração é a mesma do mandato do Chefe do Poder Executivo, porém não coincidindo integralmente com o seu mandato. Para o autor, o PPA começa a ser elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do executivo e terá sua vigência nos três últimos anos do seu mandato e mais um ano do mandato subsequente.

Dessa maneira, o governante seguinte dará continuidade ao trabalho do seu antecessor e terá tempo para elaborar o seu PPA. Ainda de acordo com o autor, os prazos para elaboração e votação serão estabelecido em lei complementar, mas por enquanto está lei não foi elaborada, desta forma, quem faz o papel desta lei é o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que determina que, no caso da União, no artigo 35, o PPA deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional (CN) até quatro meses antes do encerramento do exercício, ou seja 31 de agosto, para que este retorne até o final do segundo período da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício em que foi encaminhado, para sanção e posterior publicação da lei pelo chefe do executivo.

Ainda de acordo com o art. 167 § 1º da CF/88 existe uma vedação que “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”. Cabe destacar, que a legislação brasileira

realçou a importância do planejamento, destacando que os governantes devem fazer constar no PPA suas ações para os investimentos de prazo superior a um ano.

A LDO foi estabelecida na CF/1988 conforme o artigo 165, § 2º:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988, p. 75).

Para Giacomoni (2019), a LDO orientará a elaboração da LOA surgindo compatibilidade de um instrumento para o outro, vale destacar, que a LOA tem que ser compatível com a LDO e o PPA e consequentemente a LDO deve estar em consonância com o PPA. Ainda de acordo com o autor, os prazos constam no ADCT, estabelecendo que o projeto da LDO deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao CN até o dia 15 de abril de cada ano, que deverá ser analisado, aprovado e devolvido até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa – 17 de julho. A legislação brasileira estipula uma punição para o não cumprimento deste último prazo, que o período da sessão legislativa federal não se interrompe, ou seja, o Congresso Nacional não terá o recesso parlamentar caso o projeto da LDO não for apreciado.

Além dos dispositivos referentes à LDO previstos na CF/1988, a LRF veio para ampliar o rol de funções da LDO que disporá sobre: o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, caso a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal previstas; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (LRF, 2000).

Ainda de acordo com art. 4º, § 1º da LRF, o anexo de metas fiscais integrará a LDO:

Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (BRASIL, 2000, p. 02).

Cabe destacar aqui mais uma vez, que o legislador preocupado com o planejamento obrigou os administradores públicos a ampliar os seus horizontes na hora de elaborar a LDO, ou seja, pensar em mais de um exercício financeiro. A LRF ainda destinou outros diversos temas em que a LDO tratará: como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e além da política monetária (BRASIL, 2000).

Giacomoni (2019), destaca ainda que o surgimento dos dois novos instrumentos de planejamento o PPA e a LDO surgiram com a promulgação da Carta Magna, ou seja, antes de 1988, estas peças orçamentárias não existiam. Ainda para o autor, a Constituição trouxe uma melhor definição do conteúdo da Lei Orçamentária Anual e está prevista na CF/1988 conforme o artigo 165, § 5º:

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988, p. 75).

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público estima a arrecadação das receitas e fixa a realização das despesas para o período de um ano. A LOA é considerada o orçamento propriamente dito, é o cumprimento ano a ano das etapas do PPA, seguindo o que foi estabelecido na LDO. O projeto da Lei Orçamentária Anual, seguirá também os prazos que estão disposto no ADCT, devendo ser encaminhado ao Legislativo quatro meses antes do término do exercício financeiro (31 de agosto), e devolvido ao executivo até o encerramento da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício de sua elaboração (GIACOMONI, 2019).

Ainda de acordo com a Lei nº 4.320/64, em seu art. 2º, estabelece que:

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade (BRASIL, 1964, p. 01).

O projeto da LOA deve ser elaborado de forma compatível com o PPA e a LDO, deverá constar, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do anexo de metas fiscais da LDO. A LOA será acompanhada do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Conterá ainda na LOA a reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, deverá estar estabelecido na LDO, que será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Constarão também todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão. Já o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na LOA e nas de crédito adicional (BRASIL, 2000).

Na União, a Secretaria de Orçamento Federal⁹ (SOF) é parte da Secretaria Especial de Fazenda, subordinada ao Ministério da Economia. A SOF, com base na LDO aprovada pelo Legislativo, é responsável por coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da proposta orçamentária, realizado em conjunto com os Ministérios e as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ou seja, o orçamento da União é elaborado pelos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) com base nas regras estabelecidas pela LDO, posteriormente consolidado pela SOF, transformado em um projeto de lei pelo Executivo para envio ao Legislativo para futura aprovação.

Campos (2015) destaca que no processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) a SOF estabelece os limites orçamentários com base na LDO para os ministérios, inclusive para o MEC, que consequentemente estabelece limites orçamentários para as Instituições Federais de Ensino Superior. De acordo

⁹ Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/sof>
Acesso em: 13 abr. 2020.

com o autor, cabe às IFES elaborarem suas propostas orçamentárias, porém, respeitando os limites estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal.

A CF/88 no seu art. 207 assegurou que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Posteriormente a Lei nº 9.394/1996 conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no art. 53 tratou de especificar sobre autonomia das Universidades assegurando a elas, no exercício de sua autonomia, criar e extinguir cursos, conferir graus, diplomas, firmar contratos, acordos e convênios e aprovar planos e projetos de investimentos, fixar o número de vagas.

O financiamento público da educação foi garantido pela Carta Magna para todas as esferas do governo, conforme disposto no artigo 212:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, p. 93).

A manutenção e o desenvolvimento das Instituições de Educação Superior ficaram a cargo da União, que no artigo 55 da LDB estabelece que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Dessa forma, tanto a Constituição Federal quanto a LDB garantiram a autonomia das Universidades e definiu que a responsabilidade do financiamento das Universidades Federais será da União.

2.3 UNIVERSIDADES FEDERAIS E A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO BRASIL

Conforme já mencionado na CF/88 como na LDB, as Universidades gozam de autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, entretanto, as Universidades Federais, compõem estrutura organizacional do MEC como instituições vinculadas, na forma de autarquia ou fundação pública e quanto a divisão dos recursos orçamentários, são classificadas como unidades orçamentárias do MEC. Desse modo, vale a pena ressaltar que as Universidades Federais são instituições vinculadas

ao MEC e devem obediência ao princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto no artigo 207 da CF/88.

Milioni; Behr e Goularte (2015) destacam que apesar da garantia Constitucional da autonomia das Universidades verifica-se que existe uma dependência dos recursos divididos e repassados pelo MEC e que boa parte dos valores destinados às IFES estão vinculados a programas de governo, evitando assim aplicação do exercício da autonomia universitária.

De acordo com Campos (2015), o MEC desempenha o seu poder político e financeiro com base nos cenários apresentados pela Secretaria de Educação Superior (SESu) que fica sobre a responsabilidade desta de planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) determina os valores de recursos alocados às Universidades Federais.

Reis et al. (2017) destaca que até 1991, os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários das Universidades Federais eram históricos, sofrendo interferências de ordem política. Para mudar a situação, o MEC e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) iniciaram as discussões em 1991, para desenvolver metodologias de rateio, para garantir o equilíbrio da alocação orçamentária entre as Universidades e garantir de maneira mais transparente a distribuição dos recursos orçamentários. Segundo os autores, os resultados de esforços evolutivos da metodologia de rateio de recursos orçamentários para estas instituições foi uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu), juntamente com a ANDIFES e o resultado ficou conhecida como Matriz Andifes.

Em 1994, o MEC editou a Portaria 1.285/MEC, de 30 de agosto de 1994, que instituiu pela primeira vez um modelo matemático, baseado no “modelo holandês” para a distribuição de recursos orçamentários anuais para custeio e capital (OCC) para as IFES (MEC, 2006).

Este primeiro modelo era um modelo de partição, pois sua aplicação gerava um valor de percentuais de distribuição dos recursos de OCC a incidir sobre o montante dos recursos do MEC disponíveis para a manutenção das universidades. Era constituído de três componentes: o Histórico, o Input e o Output, em que o componente histórico compunha 90% do rateio e apenas os outros 10% em função do desempenho da universidade em variáveis relacionadas ao tamanho e qualidade da universidade (REIS, et al. 2017, p. 1086).

A metodologia da Portaria 1.285/MEC vigorou de 1994 a 1998, dessa forma em 1999, o MEC, desenvolveu e implantou um novo modelo para distribuição dos recursos orçamentários nas IFES, entendido à época como uma adaptação da forma de financiamento do sistema Inglês, em que foi considerado como uma das suas características o conceito de produtividade acadêmica. Este modelo provocou competição desigual entre IFES, o MEC reconheceu as críticas efetuadas pelas instituições referentes às distorções provocadas entres as Universidades com tamanho e perfis diferentes, além de que, não admitia um planejamento do Sistema Federal de Ensino Superior por parte da ANDIFES (MEC, 2006).

Em 2002, a SESu/MEC convidou a ANDIFES e o FORPLAD (Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração) das IFES para elaborarem conjuntamente uma nova proposta que, dentre outros aspectos: que reconhecesse a heterogeneidade do Sistema IFES; criar parâmetros, que a exemplo das matrizes de pessoal, valorizasse o desempenho das IFES induzindo-as a estabelecerem políticas acadêmicas para a diminuição da evasão e da retenção; de incentivo a criação de cursos noturnos; previsse a expansão do Sistema Federal de Ensino Superior; utilizar de indicadores que poderiam ser facilmente verificados; contemplasse a equalização de distorções no sistema (MEC, 2006).

Reis et al. (2017) descreve que a partir do ano de 2005 foi implantada uma nova fórmula para valorizar aspectos da gestão universitária como: foi levado em consideração a heterogeneidade do Sistema IFES; o estabelecimento de parâmetros indutores do desempenho que induzam a diminuição da evasão e da retenção; estabelecimento de parâmetros indutores de superação de desigualdades e que incentivem a criação de cursos noturnos e de licenciaturas; e valorização da interiorização da universidade.

A SESu e a comissão da ANDIFES adotaram como indicador principal o cálculo do aluno equivalente para apreciação dos custos de manutenção das IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC). O cálculo do aluno

equivalente, apresentado no documento elaborado pela SESu, foi inspirado no modelo inglês¹⁰ de 1998, elaborado pelo *Higher Education Funding Council for England – HEFCE* (MEC, 2005).

Campos (2015) afirma que após 2010 com a edição do Decreto nº 7.233/2010 e posterior regulamentação através da Portaria do MEC nº 651/2013, a regulamentação dos procedimentos da distribuição dos recursos orçamentários, conhecido como Matriz de OCC ou por Matriz ANDIFES, deixou de ser regulamentado apenas por portarias internas do MEC.

O Decreto 7.233 de 19 de julho de 2010 estabeleceu a regulamentação tratada no art. 207 da Constituição, referente aos procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das Universidades, e definiu os critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas Universidades Federais. Ainda de acordo com o decreto ficou estabelecido que na elaboração das propostas orçamentárias anuais das Universidades Federais, o MEC deverá observar a matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

De acordo com a legislação, a matriz de distribuição será elaborada a partir de critérios definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do MEC, integrada por membros indicados pelos reitores de Universidades Federais e por aquele Ministério. Os critérios a ser definidos pela comissão que levarão em consideração entre outros são: o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período; a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; o número de registro e comercialização de patentes; a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004; a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como

¹⁰ O relatório sobre o modelo inglês citado elaborado pelo Higher Education Funding Council for England – HEFCE e pode ser encontrado no site: <<http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/ModeloIngl%C3%AAsMatriz.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e por último, a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento (BRASIL, 2010).

O Decreto sinaliza a importância dada ao estabelecimento de critérios para alocação de recursos orçamentários entre as universidades federais e a necessidade de inserir no atual modelo outras variáveis relacionadas à eficiência, produção acadêmica e qualidade do ensino. Tais adaptações constantes demonstram a importância dos aperfeiçoamentos e atualizações a que o modelo deva ser submetido com vistas à sua representatividade e legitimidade, com instrumento de controle e eficiência gerencial nas universidades federais (Reis, et al. 2017, p. 1088).

Em 24 de julho de 2013, o MEC, institucionalizou através da Portaria MEC nº 651 a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital - Matriz OCC, como instrumento de distribuição anual dos recursos destinados às Universidades Federais. A portaria estabelece a composição da Comissão Paritária, o tempo de mandato de cada membro da comissão e a sua possível recondução ao cargo, e ainda o anexo com orientações de como deve ser calculado a distribuição dos recursos orçamentários. De acordo ainda com a portaria, a Comissão Paritária deve ter a seguinte composição: 5 (cinco) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) representante da Secretaria Executiva, 3 (três) representantes da Secretaria de Educação Superior e 1 (um) representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e 5 (cinco) membros dirigentes das IFES, indicados pela entidade representativa dos reitores das Universidades Federais.

Os recursos orçamentários são distribuídos às IFES através da Matriz OCC e são feitos por meio da seguinte fórmula geral:

$$PART^j = h_1(PTAE^j) + h_2(EQR^j)$$

Onde:

$PART^j$ = participação da IFES no conjunto das IFES.

$PTAE^j$ = participação da IFES no total de alunos equivalentes das IFES.

EQR^j = eficiência e qualidade acadêmicas - científica relativa da IFES.

h_1 e $h_2 > 0$ e $h_1 + h_2 = 1$ Sendo que os valores de cada h serão definidos pela comissão paritária.

$$PTAE^j = \frac{TAE^j}{\sum_{j=1}^m TAE^j}$$

Sendo:

$PTAE^j$ = participação da IFES no total de alunos equivalentes das IFES.

TAE^j = total de alunos equivalentes da IFES.

$\sum_{j=1}^m TAE^j$ = total de alunos equivalentes do conjunto das IFES.

De acordo com Ferreira (2013), o cálculo da matriz OCC é levado em consideração o aluno equivalente, envolvendo os alunos da graduação, do mestrado, do doutorado e da residência médica, sendo calculado da seguinte forma:

$$TAE^j = TAEG^j + TAERM^j + TAEM^j + TAED^j$$

Sendo:

$TAEG^j$ = total de alunos equivalentes de graduação da IFES.

$TAERM^j$ = total de alunos equivalentes de residência médica da IFES.

$TAEM^j$ = total de alunos equivalentes de mestrado da IFES.

$TAED^j$ = total de alunos equivalentes de doutorado da IFES.

A equação abaixo define o cálculo do aluno equivalente da graduação:

$$TAEG^j = \sum_{i=1}^n \left\{ \left[(NACG_i)(1 + R_i) + \frac{(N_i - NACG_i)}{4} \right] (PG_i)(DG_i)(BT_i)(BFS_i) \right\}$$

Sendo:

$TAEG^j$ = total de alunos equivalentes de graduação da IFES.

$NACG_i$ = total de alunos diplomados no curso de graduação da IFES.

N_i = total de alunos ingressantes no curso de graduação.

R_i = retenção padrão do curso de graduação.

PG_i = peso do Grupo do Curso de Graduação.

DG_i = duração padrão do curso de graduação.

BT_i = bônus por turno noturno do curso de graduação.

BFS_i = bônus por curso de graduação fora de sede.

Cálculo para os cursos presenciais novos utiliza-se a relação:

$$TAEG^j = \sum_{i=1}^n (NMG_i)(PG_i)(BT_i)(BFS_i)$$

Sendo:

$TAEG^j$ = total de alunos equivalentes de graduação da IFES.

NMG_i = total de alunos matriculados no curso de graduação da IFES.

PG_i = peso do grupo do curso de graduação.

BT_i = bônus por turno noturno do curso de graduação.

BT_i = bônus por curso de graduação fora de sede.

Os cursos novos são aqueles criados com menos de 10 anos, contados a partir da data da coleta dos dados. Como os cursos novos não apresentam formandos, utilizamos a ferramenta acima para compensar o esforço com a criação de novos cursos (FERREIRA, 2013).

Para os cursos de graduação que não apresentam ingressantes (N_i = zero) e para os cursos de graduação que apresentam o número de ingressantes menor que o número de diplomados ($N_i < NACG_i$) da IFES, será obtido excluindo-se da segunda parcela da fórmula por meio da seguinte expressão:

$$TAEG^j = \sum_{i=1}^n \{[(NACG_i)(1 + R_i)](PG_i)(DG_i)(BT_i)(BFS_i)\}$$

Sendo:

$TAEG^j$ = total de alunos equivalentes de graduação da IFES.

$NACG_i$ = total de alunos diplomados no curso de graduação da IFES.

R_i = retenção padrão do curso de graduação.

PG_i = peso do Grupo do Curso de Graduação.

DG_i = duração padrão do curso de graduação.

BT_i = bônus por turno noturno do curso de graduação.

BFS_i = bônus por curso de graduação fora de sede.

O peso do grupo do curso de graduação está de acordo se o curso exige mais recursos por fazer uso de laboratórios ou não, dessa forma são atribuídos os pesos do grupo conforme a TABELA 2.

TABELA 2 – CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES, (FATOR DE RETENÇÃO E DURAÇÃO MÉDIA PADRÃO DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO)

Área	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Média	Grupo	Peso do Grupo
A	Artes	0,1150	4	A3	1,5
CA	Ciências Agrárias	0,0500	5	A2	2,0
CB	Ciências Biológicas	0,1250	4	A2	2,0
CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4	A2	2,0
CH	Ciências Humanas	0,1000	4	A4	1,0
CH1	Psicologia	0,1000	5	A4	1,0
CS1	Medicina	0,0650	6	A1	4,5
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5	A1	4,5
CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5	A2	2,0
CS4	Enferm., Fisiote., Fonoaud. e Ed. Física.	0,0660	5	A3	1,5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4	A4	1,0
CSB	Direito	0,1200	5	A4	1,0
ENG	Engenharias	0,0820	5	A2	2,0
LL	Linguística e Letras	0,1150	4	A4	1,0
M	Música	0,1150	4	A3	1,5
TEC	Tecnólogos	0,0820	3	A2	2,0
CE1	Ciências Exatas – Matemática e Estatística	0,1325	4	A3	1,5
CE2	Ciências Exatas – Computação	0,1325	4	A3	1,5
CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4	A3	1,5
CH2	Formação de Professor	0,1000	4	A4	1,0

FONTE: ANDIFES (2017).

A equação abaixo define o cálculo do aluno equivalente da Residência Médica e Multiprofissional (TAERM):

$$TAERM^j = \sum_{i=1}^n (NAMRM_i)(PRM_i)$$

Sendo:

$TAERM^j$ = total de alunos equivalentes de residência médica e multiprofissional da IFES.

$NAMRM_i$ = total de alunos matriculados no curso de residência médica e multiprofissional da IFES.

PRM_i = peso do grupo do curso de residência médica e multiprofissional.

A equação abaixo define o cálculo do aluno equivalente de Mestrado (TAEM):

$$TAEM^j = \sum_{i=1}^n (NACM_i)(DM_i)(PM_i)$$

Sendo:

$TAEM^j$ = total de alunos equivalentes de mestrado da IFES.

$NACM_i$ = total de alunos concluintes no curso de mestrado da IFES.

DM_i = duração padrão do curso de mestrado.

PM_i = peso do grupo do curso de mestrado.

Para o cálculo dos cursos de mestrados novos, com menos de 4 anos, no total de alunos concluintes no curso de mestrado da IFES considera-se o número de matriculados no curso de mestrado e elimina-se a duração padrão do curso de mestrado da fórmula.

A equação abaixo define o cálculo do aluno equivalente de Doutorado (TAED):

$$TAED^j = \sum_{i=1}^n (NACD_i)(DD_i)(PD_i)$$

Sendo:

$TAED^j$ = total de alunos equivalentes de doutorado da IFES.

$NACD_i$ = total de alunos concluintes no curso de doutorado da IFES.

DD_i = duração padrão do curso de doutorado.

PD_i = peso do grupo do curso de doutorado.

Para o cálculo dos cursos de doutorados novos, com menos de 8 anos, no total de alunos concluintes no curso de doutorado da IFES considera-se o número de

matriculados no curso de doutorado e elimina-se a duração padrão do curso de doutorado da fórmula.

Depois de efetuado o cálculo de alunos equivalentes precisa ir para segunda parte da formulação da matriz que é composta por indicadores de Eficiência e Qualidade conforme as fórmulas a seguir:

$$EQR^j = \frac{DEQ^j}{\sum_{j=1}^m DEQ}$$

Sendo:

EQR^j = eficiência e qualidade acadêmico - científica relativa da IFES.

DEQ^j = dimensão eficiência e qualidade acadêmico - científica da IFES.

$\sum_{j=1}^m DEQ$ = dimensão eficiência e qualidade acadêmico - científica do conjunto das IFES.

Como calcular a dimensão dos indicadores de eficiência e qualidade acadêmico-científica da IFES (DEQ).

$$DEQ^j = DEAE^j + DQG^j + DQM^j + DQD^j$$

Sendo:

DEQ^j = dimensão eficiência e qualidade acadêmico - científica da IFES.

$DEAE^j$ = dimensão eficiência das atividades de ensino da IFES.

DQG^j = dimensão de qualidade dos cursos de graduação da IFES.

DQM^j = dimensão de qualidade dos cursos de mestrado da IFES.

DQD^j = dimensão de qualidade dos cursos de doutorado da IFES.

A dimensão eficiência das atividades de ensino da IFES (DEAE) será dada pela expressão abaixo, relação aluno professor (FRAP), onde DEAE = FRAP:

$$FRAP^j = \left(\frac{RAP^j}{RAP^*} \right) = \frac{\frac{\text{Aluno equivalente}}{\text{Professor equivalente}}}{RAP \text{ média das IFES}}$$

Sendo:

RAP^j = relação de alunos equivalentes por professores equivalentes da IFES.

RAP^* = relação média de alunos equivalentes por professores equivalentes do conjunto das IFES.

A dimensão qualidade dos cursos de graduação de uma IFES (DGQ) será dada pela equação abaixo, que resultará no fator de qualidade do curso de graduação (DQG):

$$DQG^j = \frac{\sum_{i=1}^n (FCG^j)}{NCG^j}$$

Sendo:

NCG^j = número de cursos de graduação presencial da IFES.

FCG^j = fator de qualidade do curso de graduação da IFES. Onde seu cálculo se dá através da divisão do conceito SINAES do curso de graduação da IFES pelo conceito SINAES médio do curso de graduação no conjunto das IFES.

$$FCG^j = \left(\frac{CSG}{CSG^*} \right)$$

Sendo:

CSG = conceito SINAES do curso de graduação da IFES.

CSG^* = conceito SINAES médio do curso de graduação no conjunto das IFES.

A dimensão qualidade dos cursos de mestrado de uma IFES (DQM) será dada pela equação abaixo, que resultará no fator de qualidade do mestrado (DQM):

$$DQM^j = \frac{\sum_{i=1}^n (FQM^j)}{NCM^j}$$

Sendo:

NCM^j = número de cursos de mestrado da IFES.

FQM^j = fator qualidade acadêmico – científica do curso mestrado da IFES.

$$FQM^j = \left(\frac{CCM^j}{CCM^*} \right)$$

Sendo:

CCM^j = conceito CAPES do curso de mestrado da IFES.

CCM^* = conceito CAPES médio no conjunto das IFES dos cursos da área de conhecimento em que se enquadra o curso de mestrado.

A dimensão qualidade dos cursos de doutorado de uma IFES (DQD) será dada pela equação abaixo, que resultará no fator de qualidade do doutorado (DQD):

$$DQD^j = \sum_{i=1}^n \frac{(FQD^j)}{NCD^j}$$

Sendo:

NCD^j = número de cursos de doutorado da IFES.

FQD^j = fator qualidade acadêmico – científica do curso doutorado da IFES.

$$FQD^j = \left(\frac{CCD^j}{CCD^*} \right)$$

Sendo:

CCD^j = conceito CAPES do curso de doutorado da IFES.

CCD^* = conceito CAPES médio no conjunto das IFES dos cursos da área de conhecimento em que se enquadra o curso de doutorado.

Ferreira (2013) ao examinar a Matriz OCC destaca que a utilização de aluno equivalente no cálculo, estabelece custos iguais a alunos de níveis e cursos diferentes, sendo que esses custos são diferentes para as instituições. Por outro lado, a matriz tornou-se importante com objetivo de institucionalizar a alocação e distribuição de recursos de custeio e de capital entre as IFES estabelecendo dessa

forma critérios claros, transparentes e públicos para todo o sistema federal de ensino superior.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES: UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Muito se discute sobre o papel do Estado e a importância dos seus gastos para a economia. Vogt & Zonatto (2016) destacam que as preocupações são recorrentes sobre o impacto da despesa pública na economia, especialmente o seu impacto sobre o crescimento econômico. Os autores destacam que tem se constituído, assim, como um importante campo de pesquisa, análises das relações entre o crescimento econômico e os gastos públicos.

Bogoni et al. (2011), consideram que é importante o papel dos governos na oferta pelo Estado de infraestrutura, educação, saúde e habitação, entre outros. Para os autores, esses gastos fazem parte da política fiscal e podem afetar a produtividade do setor privado, uma vez que são considerados gastos públicos produtivos e geram externalidades positivas para a economia. Portanto, esses gastos podem estimular o desenvolvimento econômico.

Neste contexto, é importante destacar que crescimento e desenvolvimento econômico são termos bem comuns quando se trata de economia. Eles são usados indistintamente muitas vezes como se não houvesse diferença entre si. Porém, são termos que precisam de atenção, cabe aqui dizer que não são sinônimos, e que crescimento econômico é diferente de desenvolvimento econômico.

Crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado mediante a evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto - PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda com a mensuração do crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 347).

De acordo com os autores, o crescimento econômico está relacionado ao aumento da produção e consumo de bens e serviços de um país ou determinada região que podem ser mensurados quantitativamente, enquanto o desenvolvimento econômico tem na sua origem um teor quantitativo e qualitativo.

Bresser-Pereira (2004, p. 55), destaca que o desenvolvimento econômico “é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada”. Ainda de acordo com o autor, o progresso tecnológico movimenta o mercado de trabalho necessitando de uma força de trabalho mais qualificada e implicando em salários mais elevados. O autor observa que este aumento no salário do trabalhador acaba aumentando a demanda por bens de consumo na proporção do aumento da sua renda.

Vieira e Santos (2012, p. 366) destacam que “o conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que o conceito de crescimento econômico”. Para os autores, enquanto o último está relacionado à variação da taxa de crescimento do PIB, o primeiro reflete a melhoria do bem-estar humano ou da qualidade de vida, distribuição de renda, igualdade de acesso à saúde e educação.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) concluiu que os gastos realizados com educação pelo governo têm o maior efeito multiplicador sobre o PIB. Um fato importante que foi descoberto através do estudo é que o gasto com educação é o que apresenta o maior efeito multiplicador sobre o crescimento do PIB e sobre a renda das famílias. De acordo com o estudo, se o governo efetuar um aumento dos investimentos na educação em 1% do PIB, o efeito será um crescimento de 1,85% no próprio PIB e um aumento de 1,67% na renda das famílias (IPEA, 2010).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca o papel fundamental das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento local. De acordo com o documento, no passado, as políticas públicas e as IES não tinham seu foco voltado para dar desenvolvimento ao local onde estavam inseridas, que sua preocupação era somente de educação e com a pesquisa. Atualmente, essas Instituições mudaram suas posturas e estão contribuindo com a capacitação humana e desenvolvendo tecnologia para fomentar o desenvolvimento econômico local e regional (OCDE, 2007).

Rolim e Serra (2009) destacam que o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países, especialmente os regionais ocorrem através da educação superior, destacando o papel fundamental das universidades no processo do desenvolvimento regional e considerando-as como elemento-chave deste processo. Os autores realizaram um estudo com objetivo de analisar a cooperação das Instituições de

Ensino Superior do Norte do Paraná e seus parceiros regionais para o desenvolvimento regional, classificando os impactos de duas maneiras: os de curto prazo e os de longo prazo.

Bovo (2003), no seu estudo a respeito dos impactos econômicos e financeiros da implantação de diversos campus da UNESP pelos municípios do interior paulista, concluiu que foram muitos os benefícios, como os educacionais, culturais, científicos, técnicos, econômicos, financeiros e sociais. O autor destaca que a Universidade contribui com um efeito multiplicador na economia local e regional, através dos gastos realizados pelas universidades em obras, equipamentos, infraestrutura, salários de professores e funcionários, compra de bens e serviços locais para o seu funcionamento. Para o autor, ainda existe outros efeitos para a economia local: como por exemplo, as despesas efetuadas por estudantes vindo de outra região para morar naquela cidade; eventos realizados pela Universidade como congressos, seminários realizados nas suas dependências; a contribuição para formação e melhoramento em capital humano que tem o seu poder multiplicador na economia resultante de uma mão de obra qualificada; além de colaborar com outras áreas do setor público, como saúde, cultura. Desta forma, há por parte dos municípios paulistas um grande interesse e disputa na implantação de unidades universitárias da UNESP em seus territórios.

São as universidades, hoje, motores de um desenvolvimento e crescimento econômico em muitos casos tardio para alguns lugares distantes no território. Estamos diante de uma forma nova de gerar riquezas: o conhecimento capaz de gerar inovações. Ou seja, o desenvolvimento não é mais pautado apenas na capacidade de recursos minerais que um território possui, mas também no seu capital humano, único, capaz de gerar novos produtos inovadores, pautados na informação (OLIVEIRA JR, 2014, p. 1347).

Goebel e Miura (2004) analisaram o papel da Universidade como estímulo ao desenvolvimento do município de Toledo, situado na Região Oeste do Paraná. Os autores também destacaram a importância das instituições de ensino superior no potencial de geração de emprego e renda, bem como na capacitação de recursos humanos locais e regionais, melhoramento no desenvolvimento tecnológico através das pesquisas e extensões e colaboração no desenvolvimento socioeconômico da região, além de dinamizar os serviços relacionados a manutenção do meio universitário. Contribuindo com a ideia dos autores anteriores, Oliveira Jr. (2014), afirma que as universidades através das atividades de ensino, pesquisa e extensão

em determinada localidade têm um papel fundamental na atração de consumidores e empresas, dessa maneira, acabam contribuindo com o crescimento econômico-social local.

Nas últimas décadas, em função da compreensão de que as inovações têm um papel relevante no desenvolvimento econômico dos países, houve uma preocupação crescente com os condicionantes dessas inovações, sendo esta a motivação para uma extensa literatura sobre o que é chamado de Sistema Nacional de Inovações, Economia do Conhecimento, etc. Em paralelo ocorreu um debate renovador sobre o desenvolvimento das regiões. A moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade (ROLIM e SERRA, 2009, p. 89).

A inovação tecnológica demanda do trabalhador uma nova atitude. O conceito moderno de qualificação, vai além das suas habilidades técnicas, exige dele uma formação constante e atualizada, para que ele possa desenvolver-se e estar de forma mais preparado para solução de problemas no trabalho que tende cada vez mais ter uma maior complexidade (SOUZA, 2004). Cada vez mais os países investem em sistema de inovação, para desenvolver produtos com maior valor agregado e serviços intensivos em conhecimento. Dessa forma, essa indústria baseada em conhecimento precisa de acesso a novas tecnologias e de mão de obra qualificada para melhorar sua competitividade. Neste momento, as instituições de ensino superior estão no centro deste processo com a inserção local da formação de capital humano e como principais fontes de conhecimento e inovação (OCDE, 2007).

Rolim e Serra (2009) afirmam que as universidades contribuem na dinâmica do processo de desenvolvimento regional e que as universidades podem assumir dois vieses: as que estão na região e as que são da região. De acordo com os autores, a primeira está simplesmente localizada na região e mantém poucas conexões regionais e seus resultados estão voltados para o contexto nacional ou internacional, ou seja, simplesmente está na região, enquanto que a segunda, mostra uma forte influência no processo de desenvolvimento regional, estabelece uma forte relação de compromisso com o futuro da região, além de ter qualidade acadêmica universal, visa à superação dos problemas regionais, posicionando como uma universidade da região e isso faz toda a diferença para o desenvolvimento regional.

Goebel e Miura (2004) destacam que a universidade além de ofertar a população os seus programas de ensino-pesquisa, ela precisa ser mais cooperativa com a sociedade e com as empresas, colaborando através de consultorias, planejamento, desenvolvimento, expansão, entre outros serviços, gerando uma melhora na qualidade de vida e contribuindo com o desenvolvimento da região.

As universidades precisam atuar na região em que estão inseridas como meios indutores do progresso, contribuindo assim para que a sua localidade seja transformada, por meio de atividades sociais, em centros de empreendedorismo social, promovendo o desenvolvimento social local dando assistência às atividades já existentes e estimulando novas atividades (FARIA JÚNIOR, 2015, p. 71).

Rolim (2018, p. 222), destaca que “a universidade que se tem em mente é uma universidade que não perde suas dimensões globais e nacionais, mas é, sobretudo, uma universidade comprometida com a sua região”. O autor afirma que o padrão de qualidade acadêmica da universidade é universal, no entanto, existe um outro lado que é a sua capacidade de gerar conhecimento para auxiliar na solução de problemas regionais e nacionais. O autor destaca que o impacto dos parques tecnológicos, hospitais universitários ou centros culturais na região aumentam sua contribuição para o desenvolvimento da região, atuando como impulsionadores do desenvolvimento, sendo a universidade uma estimuladora de novos investimentos e empreendimentos na região, provocados pelo ambiente inovador que a universidade acaba representando para a região.

Bovo (2003), em seu trabalho confirma “que os investimentos governamentais nas universidades públicas e o trabalho científico por elas desenvolvido são necessários e indispensáveis para o dinamismo das economias das cidades que as abrigam”. O autor destaca que as universidades públicas possuem uma vantagem, apesar delas competirem diretamente com outros setores públicos por recursos, como saúde, cultura, seguridade social e assim por diante, elas têm um forte argumento para o impacto econômico em relação aos outros setores, enquanto estes geram apenas um impacto econômico estático, que é multiplicado pelo investimento, aquelas além do efeito multiplicador do investimento, também geram um impacto dinâmico na economia como um todo. Para o autor, o efeito dinâmico se concretiza com o suporte da universidade, devido à sua capacidade de desenvolver e melhorar o capital humano, a cada ano, que se integra a produção social, para aumentar a produção

(local, regional e nacional) e também com a transferência de tecnologia que proporciona ao sistema produtivo.

Rolim e Serra (2009, p. 91) destacam “as particularidades dos sistemas regionais de aprendizado, integrante de um sistema regional de inovação porque o aprendizado é o ponto de partida para a inovação”. De acordo com os autores, aprender quer dizer uma mudança na capacitação de um indivíduo ou de uma organização, visto que essa aprendizagem é compreendida não apenas como um complemento da informação, porém, do ponto de vista Piagetiano, como um processo de interação, que se sabe sobre um nível de conhecimento ou situação dada e o que pode ser apresentado como novo nesta situação ou para um nível mais sistemático de conhecimento. Segundo Cooke & Morgan (1998 apud Rolim e Serra, 2009) a formação do conhecimento pode acontecer em dois níveis de aprendizado: a primeira é aquela que proporciona a competência, ou seja, habilidade de um indivíduo para realizar determinada tarefa e a segunda é aquela que fornece a capacitação, ou seja, o treinamento e a compreensão de mecanismos básicos para resolução de problemas.

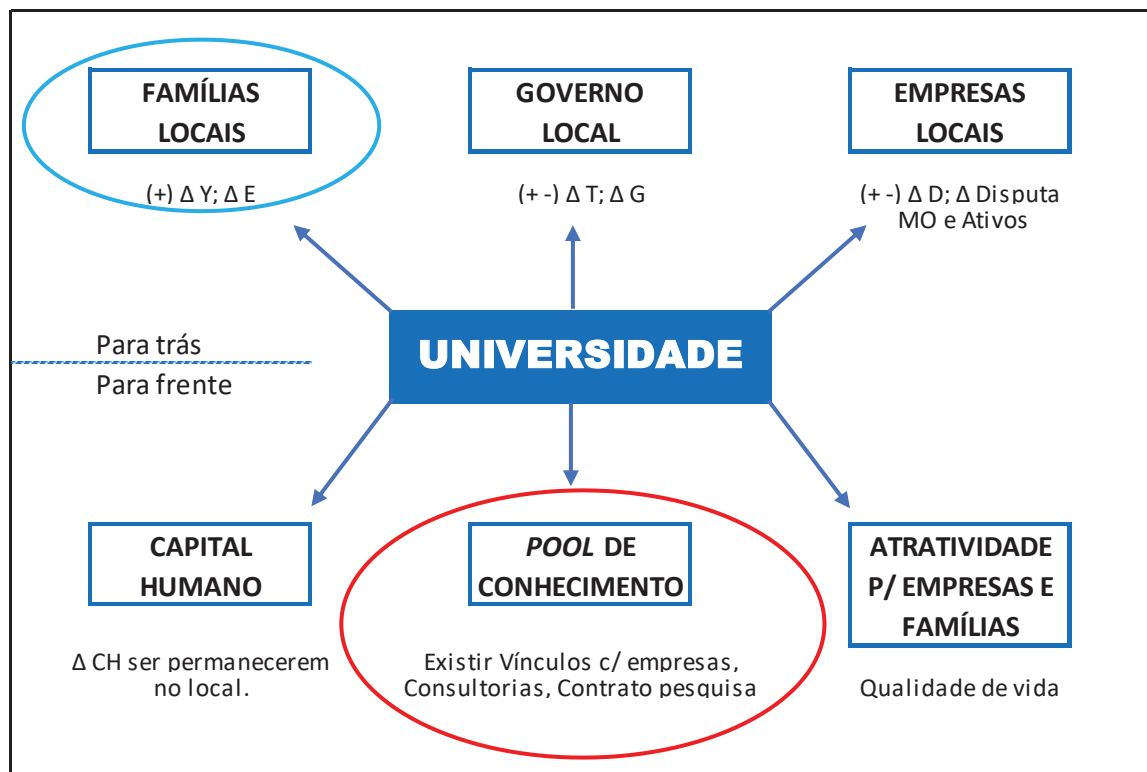
Na medida em que esse sistema regional de aprendizado interaja, formal ou informalmente, com universidades, institutos de pesquisa, agências de treinamento vocacional, transferência de tecnologia, parques tecnológicos, e também com as empresas em geral, ele tende a se transformar em um Sistema Regional de Informação (COOKE & MORGAN, 1998; apud ROLIM E SERRA, 2009, p. 91).

Rolim (2018, p. 221) afirma que “outra vertente da análise do impacto econômico das universidades em uma região são os trabalhos que consideram o âmbito mais restrito do impacto sobre os fluxos de renda locais”. Ou seja, de acordo com o autor, os estudos levam em consideração o impacto sobre a demanda agregada da região. Para o autor, esses estudos levam em consideração as despesas das universidades, como salários de professores, funcionários, compra de materiais e todo tipo de contribuição que elas fazem à economia da região em que estão localizadas. Para ele, a melhor compreensão desses impactos, podem ser subdivididos da seguinte forma: Impactos sobre as famílias (aumento da renda devido a diversos pagamentos e pelo efeito multiplicador); Impacto nos governos locais (aumento da arrecadação e aumento da demanda por bens públicos de infraestrutura); Impacto nas

empresas locais (aumentando a demanda e melhorando a competição no mercado de fatores de produção).

Rolim (2018) apresentou duas maneiras em que os impactos econômicos das universidades podem ocorrer sobre as regiões onde elas estão localizadas. Na visão do autor, a primeira maneira pode ser vista como o impacto de longo prazo, que apresenta uma duração de maior tempo, na ótica do desenvolvimento econômico, e na FIGURA 1 o autor ilustrou como efeito para frente. A segunda maneira, o autor, apresenta o impacto em uma visão mais restrita no que se refere à amplitude e ao tempo, ilustrado como efeito para trás, conforme a FIGURA 1. Colaborando com tudo que foi dito até aqui, o autor ilustra na FIGURA 1 como uma universidade pode impactar regionalmente, seja através de seus gastos (como despesa com pessoal, custeio, material permanente e obras) impactando nas famílias, no governo e nas empresas da região onde a instituição está localizada, ou através da formação de capital humano, geração de conhecimento e atração de novas empresas.

FIGURA 1 – IMPACTOS REGIONAIS DE UMA UNIVERSIDADE



FONTE: (ROLIM, 2018, p.223).

Caldarelli, Camara e Perdigão (2015) analisaram a relação entre as universidades estaduais do estado do Paraná e dos seus papéis como atores no crescimento e desenvolvimento econômico social. Os autores analisaram os dados entre os anos de 2006 a 2010, utilizando a metodologia de dados em painel e de indicadores relacionados a emprego/renda, educação e saúde. Para os autores, os resultados empíricos revelaram que os municípios paranaenses em que possuíam universidades estaduais apresentaram uma relação positiva e significativa sobre o indicador de emprego e renda e que para os indicadores de educação e saúde apesar de serem positivo e estatisticamente significativos, no entanto, eram menos intenso. Assim, os autores concluíram que as universidades estaduais paranaenses estão correlacionadas a um papel importante no desenvolvimento regional, principalmente na geração de emprego e renda, por consequência, ao multiplicador de renda.

Moraes (2014) em seu estudo através de regressão múltipla gerada através de três parâmetros independentes população urbana, população rural, presença de IES e o valor do PIB por COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento), o resultado mostrou-se positivo, ou seja, demonstrou que a presença de IES no COREDE influi positivamente no IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico). O autor ainda em sua pesquisa acredita que há um potencial ainda maior a ser empregado pelas IES na região e que no curto prazo as prefeituras locais e o COREDE necessitam de quebrar a inércia e buscar um maior envolvimento com as IES para um melhoramento nos gargalos do desenvolvimento local e regional.

Diante do exposto, observa-se que vários estudos (Bovo, 2003; Souza, 2004; Oliveira Jr., 2014; Rolim, 2018), destacam a educação como um fator preponderante para o desenvolvimento local/regional, levando em consideração o papel da universidade em impulsionar a localidade em que está instalada, seja no aprimoramento dos níveis mais alto de educação para melhorar o capital humano e também nas pesquisas realizadas de novas tecnologias para colaborar com empresas instaladas ao seu entorno, aumentando a produtividade e agregando maior valor aos produtos da região, contribuindo dessa forma com uma elevação no PIB e nos salários locais.

O QUADRO 3, sintetiza alguns estudos realizados sobre o impacto das Instituições de Ensino Superior em uma determinada região.

QUADRO 3 – TRABALHOS ENVOLVENDO IES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

REFERÊNCIA	NOME DO TRABALHO	MÉTODO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO
(BOVO, 2003)	Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios.	Comparação relativa entre as arrecadações dos municípios sede da unidade da UNESP sob estudo e o montante de recursos despendidos pela Instituição pública.	Universidade Estadual Paulista (UNESP).
(ROLIM e SERRA, 2009)	Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná.	Utilizou a análise insumo-produto e adaptação da metodologia baseada na metodologia específica da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).	Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM).
MORAES (2014)	O impacto da instituição de ensino superior no desenvolvimento local e regional: Estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS).	Regressão múltipla, associação e autocorrelação econômica entre regiões, utilizando como parâmetros independentes PIB, População urbana e rural e quantidade de IES.	Universidade Federal de Pelotas (RS).
CALDARELLI, CAMARA e PERDIGÃO (2015)	Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses	Estimados diferentes modelos de dados em painel abrangendo todos os municípios do Paraná.	Universidades Estaduais do Paraná.
FARIA JÚNIOR (2015)	Impactos econômicos e financeiros da expansão da UNIFAL-MG para o município de Alfenas no período de 2002 a 2014.	Estudo do impacto de curto prazo exercido pela universidade sobre a demanda agregada dos diversos setores das atividades econômicas de Alfenas.	Universidade Federal de Alfenas (MG).
(FERREIRA e SANTOS, 2018)	Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda.	Pesquisa de natureza aplicada por meio de um survey, com a participação de alunos, servidores e docentes realizadas no campus Aterrado e posteriormente no campus Vila Santa Cecília da Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda.	Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda (UFF-VR).
(ROLIM, 2018)	Índice de inserção regional das instituições de ensino superior.	Pesquisa desenvolvida em conjunto com a OCDE, em que as IES foram analisadas sob quatro grandes perspectivas: a contribuição das pesquisas ao esforço de inovação e competitividades regional, a contribuição da formação profissional ao mercado de trabalho, a contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ambiental e quanto à capacitação institucional para a cooperação regional.	Estudo aplicado a 51 Instituições de Ensino Superior Federal.

FONTE: Elaborado pelo autor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão discutidos os procedimentos metodológicos da pesquisa, constituindo-se em quatro partes. Na primeira parte apresentam-se as considerações sobre a classificação da pesquisa, na segunda, será mencionada a estratégia de pesquisa e na terceira a descrição do método da coleta e análise dos dados e por fim, na quarta subseção, apresenta-se o modelo empírico.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa possui duas abordagens, na primeira parte da pesquisa foi elaborada de maneira descritiva e qualitativa por meio de uma pesquisa e análise bibliográfica documental com base em informações contidas em livros, relatórios e outros trabalhos técnicos, que abordavam a história da Universidade Federal do Paraná e a sua fundamental importância para o município de Curitiba. Já na segunda parte a abordagem foi quantitativa, através da análise dos dados em painel.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2009, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto ao entendimento sobre os objetivos das pesquisas qualitativa e quantitativa, Godoy (1995) define essas pesquisas da seguinte forma:

Em linhas gerais, num estudo quantitativo, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori (...). Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados (...) a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Ainda de acordo com a autora, apesar do caminho a ser seguido nesta busca possa ter contornos diferentes, tanto na qualitativa quanto na quantitativa, a pesquisa é caracterizada como um esforço cuidadoso para encontrar novas informações ou relacionamentos, para que possa testar e expandir o conhecimento existente.

Para Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa quantitativa, a qual é utilizada na segunda etapa deste trabalho, pode ser definida como uma descrição quantitativa e sistemática da comunicação do conteúdo explícito.

3.2 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Na estratégia de pesquisa, na primeira etapa, foi uma busca de material para apresentação da história da Universidade Federal do Paraná e a sua importância para o município de Curitiba, conforme já comentado, através de livros para servirem de base analítica para descrever a história da universidade centenária do Paraná, conforme a TABELA 3.

TABELA 3 – LIVROS ANALISADOS

Título	Autor	Ano de Publicação
História do Paraná	Ruy C. Wachowicz	1972
A Universidade do Mate: história da UFPR	Ruy C. Wachowicz	2006
Universidade Federal do Paraná: 100 anos	Márcia Dalledone Siqueira	2012

FONTE: Elaborado pelo autor.

Nessa primeira parte, além dos livros e outras fontes¹¹ que retratam toda a parte histórica da universidade, buscou-se também coletar em diversos sítios dados referente: o orçamento, o número de alunos matriculados e concluintes de graduação, números de alunos matriculados e titulados de mestrado e doutorado e o número de patentes de invenção depositadas. Todos os dados buscados foram para a instituição UFPR, como para o município de Curitiba, para analisar qual a participação da universidade em relação ao município.

Para a segunda etapa do estudo, buscando verificar a influência da Universidade Federal do Paraná, principalmente no que se refere ao uso de seu orçamento através das despesas empenhadas qual a contribuição para o desenvolvimento local/regional de Curitiba, a qual será apresentado um modelo empírico que será detalhada na quarta subseção.

¹¹ Plano de Dados Abertos da UFPR (PDA/UFPR) e sítios da própria instituição.

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a primeira parte da pesquisa realizou-se o estudo de toda a história da Universidade Federal do Paraná com base na leitura e análise dos livros citados acima e apontou-se os principais fatos marcantes ao longo dos 108 anos da Universidade. A coleta de dados referente a quantidade de alunos matriculados e concluintes de graduação para a Universidade Federal do Paraná e para o município de Curitiba foi realizada no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para os dados referente ao número de alunos matriculados e titulados de mestrado e doutorado, os dados foram retirados do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em relação ao número de patentes de invenção depositadas, os dados foram obtidos através do site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

A coleta de dados para a segunda parte foi feita através dos sítios eletrônicos de entidades públicas como: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Primeiramente, coletou-se os dados no site do IPARDES e IBGE referente ao PIB, o consumo de energia elétrica e a população estimada dos 399 municípios paranaenses. Na sequência, os dados sobre as despesas empenhadas dos municípios paranaenses foram coletados no site do IPARDES e do TCE-PR, por último no site do INEP e da UFPR foram extraídos os dados referente às Universidades Públicas localizadas no Paraná. Utilizar os 399 municípios do Paraná para verificar se na média há diferença entre os municípios que possuem Instituições de Ensino Superior Público e os que não possuem e se a Universidade Federal causa influência, ou seja, se colabora com o desenvolvimento econômico no município de Curitiba foi o que se buscou apurar.

Para atingir o objetivo do estudo, foram criados modelos de equações para serem estimadas por meio de regressão que se baseiam em dados em painel. Utilizou-se o modelo de regressão com dados em painel, uma vez que a amostra contempla dados de corte transversal (municípios) e temporal (anos). Gujarati e Porter (2011), destacam que existem vários benefícios em usar dados em painel. Primeiro, eles aumentam significativamente o tamanho da amostra. Em segundo lugar, os dados em

painel se mostram mais eficientes no estudo das mudanças observadas ao longo de um período e por último, os dados em painel nos permitem estudar padrões de comportamento mais complexos.

Para Reinaldo (2017, p. 25), “a estrutura de dados em painel é caracterizada pela combinação de várias séries temporais provenientes de diferentes unidades amostrais, ou seja, referem-se a dados de n entidades diferentes observadas em T períodos de tempo diferentes”.

No início, a pesquisa seria realizada entre 2015 a 2019, mas por não ter sido publicado pelo IBGE e nem pelo IPARDES o PIB de cada município do Estado do Paraná para o ano de 2019, optou-se por fazer a pesquisa entre os anos de 2013 a 2018. Quando se iniciou a pesquisa do ano de 2013 a 2018, os resultados obtidos apresentaram heterocedasticidade e foi efetuado a regressão através da forma robusta, mas não se obteve um resultado significativo, para correção do modelo. Dessa forma, aumentou-se o período de pesquisa para 8 anos, ou seja, englobando do ano de 2010 a 2018 e os resultados obtidos apresentaram heterocedasticidade, porém, quando se efetuou a regressão de forma robusta obteve um resultado significativo. A justificativa para a utilização deste período está relacionada à disponibilidade de dados para todas as variáveis escolhidas para construção do modelo proposto.

Após a coleta dos dados em diferentes sites, referentes aos anos de 2010 a 2018, para posteriormente, ser utilizado no sistema Stata® - Statistical Software - Software de Ciência de Dados, da qual será aceito resultados ao nível de confiança de 95%. O objetivo é através dos dados e com a utilização do software encontrar se há alguma relação da despesa de investimento da UFPR, ou se a mesma, tem influência positivamente no PIB do município de Curitiba.

Gujarati e Porter (2011), destacam que apesar de suas vantagens significativas, os dados em painel requerem uma série de questões de avaliação e acompanhamento, pois, esses dados incluem tanto dimensões temporais quanto cortes transversais, apresentando os problemas típicos de dados de corte transversal (por exemplo, heterocedasticidade) e os de séries temporais (autocorrelação) que será necessário fazer tratamento. Desta forma, neste trabalho será verificado a normalidade dos resíduos, homocedasticidade e heterocedasticidade, a multicolinearidade e autocorrelação. Para verificação da detecção da multicolinearidade e a hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos, Cangussu

et al. (2010) utilizaram-se do Fator Inflação de Variância (FIV) e do teste de Breusch-Pagan respectivamente.

Para escolha do melhor modelo para análise deste trabalho verificou-se através de testes escolha entre os modelos de efeito fixo, aleatórios e o *Pooled* através dos testes de Breusch e Pagan, F (Teste F de Chow) e Hausman. Para Reinaldo (2017), o modelo para dados agrupados (*Pooled*) é considerado mais restrito, e não leva em consideração as dimensões temporais e espaciais dos dados, considerando que todos os seus coeficientes são constantes ao longo do tempo e entre os indivíduos, assumindo a forma de dados empilhados. Os modelos com efeitos fixos, segundo o autor, aceitam que os interceptos variam entre as observações, contemplando a heterogeneidade entre as observações, porém, constantes ao longo do tempo e que sendo utilizados quando não for possível desvincular o efeito individual das variáveis independentes. Finalmente, os modelos de efeitos aleatórios, pressupõem a ausência de correlação entre os efeitos individuais e os regressores do modelo.

Na análise foram considerados os modelos *pooled*, efeito fixo e efeito aleatório e a escolha da melhor opção foi definida utilizando-se dos testes de LM Breusch-Pagan (BP), Chow e Hausman. Aplicou-se o Teste F de Chow para escolha entre os modelos de efeito fixo e o modelo *pooled* e a estatística de Chow é menor que 0,01, o que indicou que o modelo de efeitos fixos é melhor que o modelo *pooled*. O teste de BP que define entre a escolha dos modelos *pooled* e o de efeito aleatório e através da estatística qui-quadrado do teste verificou-se que o valor é menor que 0,01 rejeitando a hipótese nula do modelo escolhendo o modelo de efeito aleatório em relação ao *pooled*. Finalmente aplicou-se o teste de Hausman que define a escolha entre os modelos de efeito aleatório e efeito fixo e a estatística qui-quadrada do teste de Hausman apontou que o efeito fixo é melhor comparado com o efeito aleatório. Portanto, a melhor especificação é o modelo de efeito fixo, e dessa forma foi aplicado o teste de Wald que mostrou-se que o modelo apresentou heterocedasticidade, logo, para corrigir o problema estimou-se o modelo de efeito fixo com erros padrão robustos para não afetar a significância das variáveis.

A pesquisa será considerada como um painel curto, pois amostra, oferece dados de 399 municípios ao longo de 8 anos, ou seja, ($N > T$). De acordo com, Gujarati e Porter (2011, p.585), “em um painel curto, o número de sujeitos de corte transversal, N , é maior que o número de períodos de tempo, T ”.

3.4 MODELO EMPÍRICO

Visando atender os objetivos da segunda parte deste trabalho foi proposto para este estudo um modelo empírico baseado na função de produção inspirado nos modelos de crescimento. Dada a dificuldade de quantificar o desenvolvimento econômico pela dificuldade de mensuração objetiva, uma vez que o desenvolvimento econômico a sua medição é quantitativa e qualitativa, dessa forma, o crescimento econômico é mais fácil de ser mensurado, tendo em vista, que sua medição é somente quantitativa (VIEIRA e SANTOS, 2012).

Bogoni et al. (2011), examinaram a relação entre o produto interno bruto (PIB) e as variáveis que compõem os gastos do governo (gastos com saúde e saneamento, gastos municipais com educação e cultura, investimentos comunitários conjuntos, gastos com habitação, com assistência e previdência) das maiores cidades da região Sul do Brasil e concluíram que o investimento público é relevante no fornecimento de bens públicos, que são capazes de gerar externalidades positivas, afetando a produtividade e o crescimento econômico. De acordo com os autores, o investimento público local pode ser um dos fatores de atratividade do investimento privado, o que influenciará positivamente o crescimento econômico das cidades.

Mariana (2015), defende que um dos fatores mais importantes do crescimento econômico em todos os países é o gasto público com educação, porque a educação, especialmente com o ensino superior, pode influenciar o crescimento econômico de várias maneiras. Para a autora, a educação colabora com o aumento da produtividade do trabalho, acumulando conhecimentos e habilidades, contribuindo para o desenvolvimento da tecnologia e da inovação. Os resultados da autora confirmaram que investimentos em ensino superior têm efeito positivo e importante no crescimento econômico.

Tendo em vista que os gastos da universidade são fundamentais para o funcionamento da instituição nas suas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), pretende-se também verificar de forma empírica se os gastos da UFPR contribuem para o crescimento regional de Curitiba. Em termos de gastos públicos com o crescimento econômico, Rocha e Giuberti (2005) analisaram o efeito da composição dos gastos públicos sobre o crescimento da renda per capita em nível estadual e concluíram que gastos correntes diminuem enquanto gastos de capital aumentam o

crescimento econômico. Os autores ao analisarem os estados brasileiros de 1986 a 2003 descobriram que os gastos com transporte, comunicação, educação e defesa tiveram um impacto significativo no crescimento econômico dos estados brasileiros.

Divino e Silva Junior (2012) avaliaram o efeito da composição dos gastos públicos (Corrente e de Capital) no crescimento da renda per capita dos municípios brasileiros de 1991 a 2000. Eles destacaram que “os resultados apontaram um efeito positivo dos gastos públicos, como proporção da renda local, no crescimento econômico municipal”. Os autores diferenciaram no seu estudo os municípios com renda alta, média e baixa de acordo com a linha da pobreza definido pelo Banco Mundial e a conclusão foi que os municípios de renda superior à linha da pobreza podem promover crescimento realocando gastos públicos de despesas correntes para despesa de capital.

Santos e Silva (2014) estabeleceram um ranking dos municípios norte-rio-grandenses que mais realizaram despesas de investimentos em relação ao total das despesas de capital no período de 2002 a 2011, para verificar a importância das despesas de investimentos para o desenvolvimento social e econômico de um município. De acordo com os autores, os resultados encontrados foram que os governos municipais do estado do Rio Grande do Norte, ao longo dos 10 anos de análise, investiram mais em obras públicas (despesa de investimento) do que em pagamentos de dívidas, beneficiando dessa forma os moradores de seus respectivos municípios.

Nesse sentido, as despesas empenhadas da universidade tanto as despesas Corrente e a de Capital foram desmembradas de acordo com o Grupo de Natureza da Despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos. Apesar da despesa com Pessoal e Encargos Sociais representarem o maior volume de gasto da UFPR, porém será utilizado a despesa com investimento devido a verificação na literatura que os gastos de capital aparecem como produtivos, como encontrados por Rocha e Giuberti (2005), Divino e Silva Junior (2012), e de acordo com os autores são gastos que estimularam o crescimento econômico. Como o objetivo desta dissertação é verificar a importância da UFPR no desenvolvimento econômico de Curitiba e na primeira parte da análise está relacionada com o funcionamento da universidade, desta forma destaca que todas as despesas são de suma importância seja ela Corrente ou de Capital.

Para análise quantitativa, tendo em vista o que a literatura demonstra que os gastos produtivos são as despesas de capital e devido ao modelo empírico escolhido para essa dissertação e a utilização de uma função de produção então será utilizado a despesa com investimento que no caso da UFPR representa a despesa de capital utilizado pelos autores citados, para verificar se existe relação entre a despesa de investimento com o crescimento do PIB e verificar se essa despesa colabora com o crescimento econômico de Curitiba.

Lima e Viana (2010), afirmam que um dos desafios para os teóricos da Ciência Econômica é o estudo da teoria econômica e que este ramo da economia procura compreender os principais fatores e mecanismos que determinam o crescimento econômico, procurando justificar o desequilíbrio entre países e regiões. Muitos estudiosos do assunto passaram a estudar o crescimento econômico através da função de produção existente em cada região. O crescimento econômico pode ser entendido como o aumento do produto ou da produção de uma economia durante um período de tempo. A equação a seguir representa o modelo da função de produção de forma genérica, evidenciando que o produto da economia (Y) é função do capital físico (K) e do trabalho (L).

$$Y = f(K, L)$$

Nesse modelo, capital físico e trabalho são fatores que formam a base da função de produção de uma economia. A soma destes fatores determina o Produto Interno Bruto de uma economia que é conhecido como PIB. Na equação acima para expressar o (Y) será utilizado o PIB como uma atividade produtiva do capital físico (K) e do trabalho (L).

A partir do modelo estimou-se uma equação em que o termo (Y) é o produto total expresso pelo PIB de cada município paranaense obtido junto à base de dados do IPARDES e IBGE, que foi deflacionado. Como proxy de capital físico (K) utilizou-se o Consumo de Energia Elétrica da indústria em MWh adotado por Barreto (2007) e Cangussu et al. (2010) de cada município do estado que foram coletados junto ao IPARDES. Para a proxy da força do trabalho (L) usou-se a população estimada dos 399 municípios, dados retirados do site do IBGE e do DATASUS.

Com base no modelo da função de produção, ampliou-se a equação adicionando mais variáveis como gasto do governo e as despesas empenhadas de investimento da Universidade Federal do Paraná para verificar se esses gastos da UFPR possuem relação para o desenvolvimento regional/local. Todas as variáveis em

valores monetários foram deflacionadas através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como medidor oficial da inflação do país, com intenção de retirar o efeito da inflação das análises, desta forma, os valores apresentados estão a preços correntes de 2019. Para amenizar possíveis problemas de efeito de escala para o tamanho dos municípios e refletindo a grande diversidade de porte existente no Estado do Paraná foi adicionado variáveis de controle do governo local, estadual e federal.

A utilização da variável despesa Municipal visa controlar o efeito tamanho dos municípios (construída com dados do IPARDES). Como variáveis de controle dos repasses do governo estadual utilizou-se, arrecadação do ICMS pelo Estado do Paraná nos municípios (construída com dados do IPARDES) e do governo federal utilizou-se arrecadação das receitas administrada pela Receita Federal construída com dados do site da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme apresentados na TABELA 4.

TABELA 4 – VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MODELO EMPÍRICO

Variável	Descrição	Fonte
PIB	PIB dos municípios.	IPARDES e IBGE
EE	Energia Elétrica utilizada pela indústria nos municípios.	IPARDES
Pop_Est	População Estimada por municípios.	DATASUS e IBGE
ICMS	Valores Arrecadados de ICMS em cada município.	IPARDES
RFB	Valores de tributos administrados pela RFB.	RFB
Des_Mun	Despesas empenhadas pelos Municípios.	IPARDES
Inv_UFPR	Despesas com Investimentos efetuados pela UFPR	SIOP

FONTE: Elaborado pelo autor.

O modelo teórico construído é expresso por:

$$\ln PIB_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln EE_{it} + \beta_2 \ln Pop_Est_{it} + \beta_3 \ln ICMS_{it} + \beta_4 \ln RFB_{it} + \beta_5 \ln Des_Mun_{it} + \beta_6 \ln Inv_UFPR_{it} + \varepsilon_{it}$$

Todas as variáveis do modelo econométrico são apresentadas em logaritmo expressos acima, em que α é o termo que captura as características de cada indivíduo que são constantes no tempo e ε é o termo de erro aleatório. Gujarati e Porter (2011) destacam um aspecto que tornou a utilização do modelo log-log mais atraente e muito difundido nos trabalhos aplicados, é que o coeficiente angular β mede a elasticidade de Y em relação a X , e dessa forma, a variação percentual de Y correspondente a

uma dada variação percentual em X . Nesse sentido na série utilizou-se de variáveis em logaritmo para o ajustamento do modelo, pois, desta forma, as relações entre as variáveis – valores dos coeficientes estimados – podem ser interpretadas como elasticidades. Ou seja, ao adicionar o logaritmo nas variáveis, o resultado da análise será o quanto que a variação percentual da variável explicativa afeta, em porcentagem, a variável explicada.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, será apresentado o surgimento e uma breve análise da história da Universidade e os principais acontecimentos que deram origem a Universidade Federal do Paraná. Na sequência será analisada a distribuição dos recursos orçamentários do tesouro nacional à Universidade Federal do Paraná. E por último será apresentado a importância da UFPR e sua colaboração para o desenvolvimento local de Curitiba.

4.1 ANÁLISE DA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

No início do regime republicano no Brasil a principal atividade econômica do país era o café, enquanto no Paraná a base da atividade econômica eram o pinho e a erva-mate. O comércio da erva-mate enfrentava algumas crises no seu mercado, mas ainda assim, tinha uma importante representatividade na economia do Estado, no ano de 1902, a erva-mate representava 31% do orçamento estadual. Além dessa atividade, o Paraná possuía algumas instalações de indústrias de manufaturados como: de fósforos, de sabão e velas, massas alimentícias e cerâmicas. Desta maneira, o Estado do Paraná era visto por muitos intelectuais, como um lugar propício para o desenvolvimento da modernização e tinha total condições para a instalação de uma instituição de ensino superior (WACHOWICZ, 1972).

Neste período, observou-se uma concentração do ensino, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e o custo era alto para as famílias manterem seus filhos nestas cidades, por isso, a discussão de buscar a criação de uma instituição em terras paranaense. Este monopólio do ensino é verificado por Márcia Dalledone Siqueira:

A Constituição de 1891 reservava à União o monopólio dos cursos secundário e superior, permitindo que estados como São Paulo e Rio de Janeiro, com maior influência política, obtivessem maiores conquistas. As diversas reformas empreendidas no início da República não resolveram, porém, o problema da dissociação entre ensino e pesquisa aplicada, além de interferir desfavoravelmente na organização do ensino superior (SIQUEIRA, 2012, p. 26).

Tudo começou com a tentativa de vários idealistas paranaenses liderados pelo jornalista e historiador José Francisco da Rocha Pombo¹² que visando o desenvolvimento do estado, no ano de 1892, recebe do governo estadual através da lei nº 63 de 10 de dezembro de 1892, autorização para criar uma universidade em Curitiba. Seu sonho foi desmantelado de maneira que ele não obteve sucesso na criação da instituição devido ser crítico atuante a políticos paranaenses. Dessa forma, setores oficiais deixaram-o no limbo e posteriormente a edição de um código de 1901 que retirou as concessões obtidas por ele e restabeleceu o monopólio estatal do ensino superior (WACHOWICZ, 2006).

Para o historiador Ruy Wachowicz os fatores relacionados à personalidade de Rocha Pombo e seu relacionamento com outros políticos afetaram no processo da criação da Universidade.

Rocha Pombo foi republicano em pleno regime monárquico, abolicionista numa sociedade escravocrata, protestante num país tradicionalmente católico, tentou fundar uma Universidade numa analfabetolândia. Com esses posicionamentos desagradou o conservadorismo e irritou o carrancismo da época (WACHOWICZ, 2006, p. 42).

Em 1910, já havia notícias do Rio de Janeiro que o monopólio do ensino superior seria extinto. No ano seguinte, foi baixado um decreto federal nº 8.659 de 5 de abril de 1911, conhecido como lei Rivadávia Corrêa, que trouxe mudanças ao ensino superior, ou seja, retirando o monopólio da União (WACHOWICZ, 2006).

Em 1912, a sociedade paranaense observava a necessidade da fundação de uma academia, então iniciava-se um movimento pró-Universidade que juntos com as lideranças políticas, intelectuais e econômicas, liderados por dois grupos de intelectuais Victor Ferreira do Amaral e Silva¹³ e Nilo Cairo da Silva¹⁴ se mobilizaram em prol da criação da universidade. Dessa forma, após algumas reuniões, em 19 de

¹² José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes - PR, em 4 de dezembro de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1933. Advogado, professor e historiador, foi membro da Academia Brasileira de Letras (SIQUEIRA, 2012, p. 49).

¹³ Em 9 de dezembro de 1862, nascia, na Lapa, Victor Ferreira do Amaral e Silva, filho de um tropeiro e fazendeiro de erva-mate que valorizava muito a educação dos filhos. Viveu em sua cidade natal até 1872, quando passou a estudar em Curitiba. Para aprofundar seus estudos, seguiu, dois anos mais tarde, para o Rio de Janeiro, para o Colégio Abílio, onde realizou o curso preparatório. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o diploma em 1884 (SIQUEIRA, 2012, p. 22).

¹⁴ Nilo Cairo da Silva nasceu em 12 de novembro de 1874, em Paranaguá e foi filho do militar Simplício Manoel da Silva Junior. Fez seus estudos primários em sua terra natal e na adolescência mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro.

dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da Universidade do Paraná, considerada a instituição de ensino mais antiga do país a ser reconhecida como uma Universidade (SIQUEIRA, 2012).

Foi a universidade um elemento importante no impulso do progresso paranaense. Colaborou decisivamente para que o Paraná pleiteasse um lugar de destaque entre os mais prósperos Estados Brasileiros, transformando sua capital num dos maiores centros culturais do país (WACHOWICZ, 1972, p. 142).

De acordo com Wachowicz (1972) “uma das maiores realizações paranaenses, em seu período republicano, foi a criação da primeira universidade brasileira”. Para o autor, a criação da Universidade foi uma conquista importante para os paranaenses, para o progresso do Estado.

Em 1913, no primeiro ano de comemoração da fundação da Universidade tornou-se um fato importante para a cidade de Curitiba, atraiu uma multidão de curiosos e compareceu à sessão todo o corpo docente. No discurso de abertura da sessão, o Dr. Victor Ferreira do Amaral disse que o dia 19 de dezembro deve ser comemorado dois fatos importantes: comemora-se a emancipação política do Paraná referindo-se ao acontecimento do qual o Paraná desmembrou-se da Província de São Paulo em 19 de dezembro de 1853 e também deve simbolizar a emancipação intelectual, uma referência a fundação da Universidade do Paraná em 19 de dezembro de 1912. A fundação da Universidade do Paraná foi o arrojo, a persistência, a ousadia e a competência dos seus idealizadores, motivados pela sociedade paranaense, permitindo que o sonho tornasse uma realidade (WACHOWICZ, 2006).

A Universidade passou atuar em 1913 como instituição particular e com a cobrança de algumas taxas (como: exame admissional, matrícula, acesso a laboratórios e as mensalidades) em uma sede provisória e os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais; Engenharia; Medicina e Cirurgia; Comércio; Odontologia; Farmácia e Obstetrícia. Depois da instituição da Universidade do Paraná, Victor Ferreira do Amaral – primeiro reitor da instituição – encampou com a diretoria uma campanha para a construção de uma sede própria e teve apoio com o recebimento de um terreno doado pela Câmara Municipal de Curitiba, situado à Rua XV de Novembro e também com a doação de uma quantia em dinheiro por Lei do governo do Estado, dessa forma, começou-se a construção do prédio central localizado na Praça Santos Andrade (SIQUEIRA, 2012).

Em 1914, com o advento da Primeira Guerra Mundial surgiu a recessão econômica, provocando algumas dificuldades para o Brasil, mas por outro incentivando o país a industrialização. Uma das dificuldades enfrentadas foi o decreto federal 11.530, de 18 de março de 1915, conhecida como Lei Maximiliano, que reorganizava o ensino secundário e o superior na República, e obrigava o fechamento das universidades particulares, numa tentativa de o Governo Federal inspecionar e de centralizar o poder sob as instituições de ensino superior. Dessa maneira, a Universidade do Paraná poderia ser até fechada pois estava com dificuldades para cumprir as exigências da legislação (SIQUEIRA, 2012).

De acordo com o historiador Ruy Wachowicz (2006), a legislação fazia várias exigências que a Universidade do Paraná não conseguiria atender, como a cidade sede ter mais de cem mil habitantes e o funcionamento de cinco anos para pedir a equiparação. Para o autor, tamanho foi a indignação de Nilo Cairo que ficou tão inconformado com o fato de Curitiba não ter cem mil habitantes que pediu uma autorização legislativa para iniciar um recenseamento.

Com a Lei Maximiliano em vigor era imprescindível buscar soluções para evitar o fechamento da universidade, então a congregação da instituição decidiu pelo desmembramento em três faculdades autônomas (faculdade de direito, engenharia e medicina). Cada uma reconhecida individualmente pelo governo e com autonomia didática, reunidas particularmente na Federação das Faculdades Superiores sob direção administrativa única, atendendo dessa forma a legislação da época (WACHOWICZ, 2006).

Ao longo dos anos buscou-se restauração da universidade paranaense, o Professor João Ribeiro de Macedo Filho, em 1922, defendeu oralmente, no primeiro Congresso de Ensino realizado na cidade do Rio de Janeiro, o projeto da necessidade de criação do ensino universitário nos Estados que apresentasse condições, citando como exemplo o Estado do Paraná. Na segunda Conferência de Educação realizada na cidade de Curitiba, novamente o Professor João Ribeiro de Macedo Filho voltou a falar da importância da restauração da Universidade (WACHOWICZ, 2006).

Em 1938, surgiu a Faculdade de Filosofia, autorizada pela legislação federal, novamente tentou-se restabelecer a Universidade, mais uma vez a tentativa foi frustrada. Em 1943, o ministro da Educação Gustavo Capanema, que veio a Curitiba para conhecer a situação das três faculdades, assegurou diante as congregações reunidas que a Universidade já era uma realidade o que faltava somente a declaração

oficial, muitas pessoas neste momento acreditaram que agora a Universidade seria restaurada, mas ao retornar ao Rio de Janeiro, a questão foi esquecida (SIQUEIRA, 2012).

Ruy Wachowicz (2006) afirma que a restauração da Universidade do Paraná só foi alcançada com o decreto federal 9.323 em 6 de junho de 1946, quando as faculdades autônomas existentes, acrescidas da Faculdade de Filosofia fundada em 1938. Dessa forma, a junção dessas faculdades constituiu a Universidade do Paraná, que por meio de seu reconhecimento acrescentou mais uma vez a construção de uma cidade intelectualmente desenvolvida com afirmação de um ensino de qualidade graças ao apoio fundamental da comunidade Curitibana.

A comemoração da restauração da Universidade do Paraná foi motivo de orgulho para a sociedade Curitibana que era comparada com a emancipação política do Paraná em 1853. Restauração da Universidade aconteceu, mas continuava como instituição privada, sem repasse federal e sem apoio político do governo federal, sufocando seu crescimento. Dessa maneira, começou-se uma batalha pela sua federalização, foi quando o reitor à época, Flávio Suplicy de Lacerda¹⁵, com apoio do governador Moisés Lupion iniciaram uma campanha para o processo de federalização (WACHOWICZ, 2006).

A mobilização pela federalização da Universidade do Paraná partiu da sociedade paranaense.

Aos poucos, a campanha pró-federalização da Universidade do Paraná se estendeu pela cidade e atingiu as ruas, envolvendo ainda órgãos de imprensa, associações, bancadas legislativas, professores, alunos, o governo do Estado e a própria população paranaense. Desde a restauração da Universidade do Paraná, os estudantes se posicionavam contrários à situação da universidade particular e pediam a federalização imediata da instituição (SIQUEIRA, 2012, p. 102).

Diante desta mobilização, finalmente a federalização da Universidade do Paraná veio através da edição da lei 1.254 de 4 de dezembro de 1950, que estabelecia normas sobre o sistema federal de ensino superior. Esta legislação estabeleceu que

¹⁵ Nasceu na Lapa, a 4 de outubro de 1903. Filho de Manoel José Correa de Lacerda e de sua mulher Alice Maria Virmond Suplicy. Faleceu em Curitiba a 1º de julho de 1983. Matriculou-se em 1916, no Colégio Militar de Barbacena, em Minas Gerais, onde se diplomou em Agrimensura, no ano de 1922. A seguir, matriculou-se na Escola Politécnica de São Paulo, diplomando-se em Engenharia Civil, em 1928 (SIQUEIRA, 2012, p. 101).

as categorias de estabelecimentos diretamente mantidos pela União¹⁶ e a partir desse momento a Universidade do Paraná passou a chamar-se Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma instituição pública e gratuita que passou a adotar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, orientando as atividades da Universidade em direção ao desenvolvimento da sociedade a qual faz parte.

Com sua federalização aconteceram diversas mudanças na instituição, tanto nos seus estatutos, quanto na ampliação física e administrativa da instituição. A reforma do prédio central na praça Santos Andrade, as construções da Policlínica Professor Garcez do Nascimento em 1951, do Hospital de Clínicas em 1953, do Complexo da Reitoria que começou em 1958 e do Centro Politécnico em 1961. Ainda no ano de 1958 foram criados o Coral Universitário e a Orquestra Sinfônica da Universidade e também a instalação em Paranaguá do Museu de Arqueologia e Artes Populares (SIQUEIRA, 2012).

Para Márcia Dalledone Siqueira (2012, p.120) “o conjunto de reformas do Edifício Central, aliado às novas instalações, enchia de orgulho o povo curitibano”. A autora cita que a junção de sete faculdades católicas formando a Universidade Católica em Curitiba em 1959, a cidade passou a ser reconhecida como um centro universitário em excelência do país.

Em 1962, para atender aos dispositivos da LDB a Universidade efetuou reformas:

¹⁶ Lei 1.254 de 4 de dezembro de 1950. Art. 3º - A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende: Todos os estabelecimentos integrados presentemente na Universidade do Brasil e nas Universidades de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul, exceto a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, e, inclusive, na Universidade do Recife, a Faculdade Estadual de Filosofia, a que se refere o Decreto nº 28.092, de 8 de maio de 1950, incluídas também a Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul e ainda a Faculdade de Direito de Pelotas, a Faculdade de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, ambas já incorporadas à mesma Universidade do Rio Grande do Sul;

Integrando a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia, Escola de Química, Escola de Agronomia e Veterinária, Conselho de Pesquisas, Hospital de Clínicas, e Colégio Universitário. Esses cursos foram adaptados aos novos currículos e reestruturados de acordo com a lei, com desdobramento de matérias e instituição de novas disciplinas. Também foi alterado o sistema de aproveitamento e promoção da maioria das faculdades (SIQUEIRA, 2012, p. 131).

Segundo a autora, depois dessas reformas, a ideia era aumentar o número de vagas entre 1962 a 1970, ainda, na celebração dos 50 anos da fundação da instituição, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda destacou que a UFPR era uma das principais Universidades da América Latina.

Na década de 1970, duas alterações importantes aconteceram: a primeira em 1970, a elaboração do Estatuto que estabelecia objetivos da Universidade formar profissionais técnico e cientistas atendendo o plano de reestruturação de 1969 e a segunda em a Reforma de 1973 reestruturar a UFPR, suprimir institutos e faculdades, investia na organização administrativa e funcional, ou seja, a UFPR organizada em setores (SIQUEIRA, 2012).

Em 1980, foi criado o Centro de Estudos do Mar¹⁷ (CEM) como unidade de pesquisa da Universidade Federal do Paraná, com a inauguração da sede no litoral na cidade de Pontal do Sul em 1982. O CEM conta atualmente com cinco cursos de graduação: Licenciatura em Ciências Exatas, Oceanografia, Engenharia Civil, Engenharia de Aquicultura e Engenharia Ambiental e Sanitária. Foram criados laboratórios, nas áreas de geologia, química marinha, oceanografia física e gerenciamento costeiro e tem como principais financiadores de projetos a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Programa de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAEE), a Petrobrás, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho de Ciência e Tecnologia do Paraná (CONCITEC).

Ainda na década de 80, foi criada a Editora da Universidade Federal do Paraná, a Imprensa Universitária, o Restaurante Universitário, e os espaços culturais: Museu de Antropologia e Etnologia da UFPR - MAE; Museu Arte na Universidade - MUSA; Sala Arte, Design & Cia; o Teatro da Reitoria; e o Teatro Experimental da

¹⁷ Disponível em: <<http://www.cem.ufpr.br/portal/informacoes-do-cem>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

UFPR - TEUNI, Coral da UFPR, Orquestra Filarmônica da UFPR; Têssera Companhia de Dança da UFPR; Curso de Dança Moderna da UFPR - CDM; Grupo de MPB da UFPR; Cia de Teatro PalavrAção da UFPR; Centro de Educação Física e Desportos - CED. Os Restaurantes Universitários em Curitiba estão distribuídos em quatro unidades, instalados em prédios da UFPR localizados nos Campi (Central, Agrárias, Centro Politécnico – que passaram a ser administradas pela UFPR no ano de 1980; e Jardim Botânico – inaugurado em 2012). Nas outras cidades do Paraná são seis unidades – Palotina (2008), Matinhos (2007), Pontal do Sul (2007), Jandaia do Sul (2014), Mirassol (2016), e Toledo (2019), destas, apenas o RU Palotina e o RU Toledo estão instalados em prédios da UFPR, os demais funcionam em instalações dos fornecedores (UFPR/PRA, 2020).

Nos anos 90, segundo Siqueira (2012) houve a expansão da UFPR para o interior, em 1993, foi fundado, o campus Palotina no extremo oeste do Paraná, que passa a ofertar quatro cursos de graduação: medicina veterinária, tecnologia em biocombustíveis, tecnologia em aquicultura e tecnologia em biotecnologia.

Nos anos 2000, foi uma década de expansão da Universidade para diversas regiões do Estado. Em 2005, o litoral do Paraná, a qual era uma região desprovida de ensino superior público e de qualidade, ganhou um campus da UFPR. Foi uma grande conquista para a população litorânea que passou a contar com dois cursos de graduação e quatro cursos técnico-profissionalizantes. Em 2009, em Palotina, a UFPR comprou uma área, ao lado da Universidade, de 145 mil m², pelo valor de R\$ 1,96 milhão, com recursos do REUNI para ser utilizada na expansão da Universidade neste campus (SIQUEIRA, 2012).

Em 2014 foi criado o Campus Avançado de Jandaia do Sul¹⁸ que oferece anualmente 250 vagas divididas em cinco cursos de graduação: Engenharia Agrícola (50), Engenharia de Alimentos (50), Engenharia de Produção (50), Licenciatura em Ciências Exatas (50) e Licenciatura em Computação (50). O Campus está localizado na mesorregião Norte Central Paranaense que servirá como uma referência de ensino para 28 municípios que compõem o Vale do Ivaí. Em 2016 a UFPR inaugurou o campus Toledo¹⁹, que atenderá a 30 estudantes por semestre do curso de Medicina, uma solicitação antiga da população do Oeste e Sudoeste do Estado. Este é o

¹⁸ Disponível em: <<http://www.jandaiadosul.ufpr.br/a-universidade/sobre>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.toledo.ufpr.br/portal/historia>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

segundo curso da Universidade, o primeiro curso de medicina está localizado no município de Curitiba.

A UFPR possui diversos laboratórios, centros de pesquisas, destinados a estudos, pesquisas e (ou) serviços em áreas específicas. O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná – SIBI/UFPR²⁰ é constituído por uma sede administrativa – Biblioteca Central, 18 bibliotecas universitárias e uma de ensino médio e profissionalizante, totalizando 20 bibliotecas. A Universidade conta com as Empresas Juniores²¹ que são empresas sem fins lucrativos, definida como uma associação civil, constituída por alunos de graduação de estabelecimentos de ensino superior, sob a supervisão de professores, e que presta serviços e desenvolve projetos para empresas, entidades e para sociedade em geral, nas suas áreas de atuação, atendendo à comunidade em geral.

De acordo com o Plano De Dados Abertos - PDA 2019/2020 (UFPR, 2019), a Universidade encontra-se presente em várias regiões do Paraná através de seus Campi, Unidade Administrativa e Unidade Acadêmica. Em Curitiba, a instituição se faz presente em vários bairros e no centro. No centro está localizado o Campus Reitoria, Campus Saúde, Campus Edifício Central, Campus Estudantes, Campus Progepe, Campus Ubaldino e Campus Hospital de Clínicas (HC). No bairro Batel encontram-se o Campus Artes e o Campus Centro da Visão. No bairro do Cabral está localizado o Campus Agrárias; no bairro Jardim das Américas o Campus Politécnico. No bairro Água Verde está o Campus Maternidade Victor Ferreira do Amaral, além ainda, dos Campi nos bairros Juvevê e Jardim Botânico. Na Região Metropolitana estão instaladas a Fazenda Experimental do Canguiri (Pinhais-PR) e a Unidade Administrativa Piraquara (Piraquara-PR).

No litoral do Paraná, a UFPR se faz presente por meio do Campus Litoral (Matinhos), do Centro de Estudos do Mar (Pontal do Sul), Unidade Acadêmica de Mirassol, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá e Centro de Administração Federal (Paranaguá). No interior do estado a Universidade está presente através dos Campi Palotina, Jandaia do Sul, das Unidades Acadêmicas de Maripá e Toledo, além das fazendas experimentais em Bandeirantes, Castro, Paranavaí, Rio Negro e São

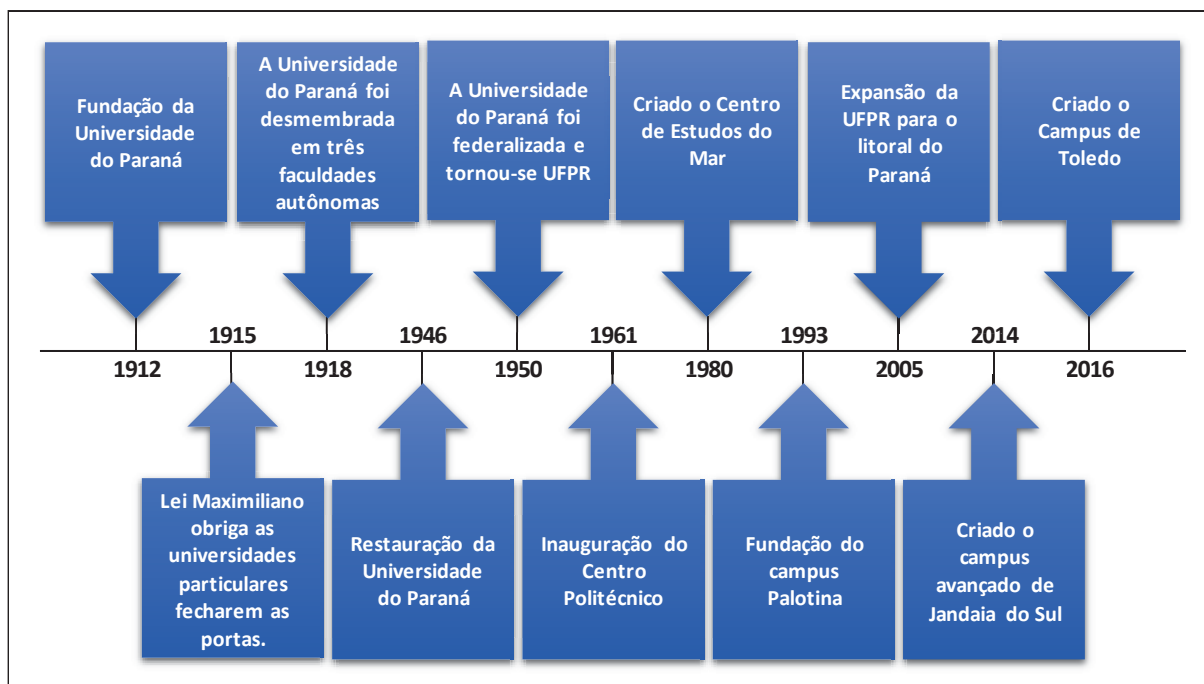
²⁰ Disponível em: <<https://portal.ufpr.br/sibi.html>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

²¹ Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalufpr/servicos/empresas-juniores>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

João do Triunfo, ocupando uma área de 15.697.898,37 m² em terrenos e 585.227,35 m² de área construída em 314 edificações (UFPR, 2019).

A seguir será apresentado uma linha do tempo com alguns fatos relatados anteriormente, que marcaram a UFPR ao longo dos anos, conforme a FIGURA 2.

FIGURA 2 – LINHA DO TEMPO DE ALGUNS FATOS DA HISTÓRIA DA UFPR



FONTE: Elaborado pelo autor (2020).

Segundo o PDA (UFPR, 2019), além do Hospital de Clínicas e a Maternidade Victor Ferreira do Amaral, na qual atua por meio de contrato de gestão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, a instituição tem vínculo com o Hospital do Trabalhador em parceria com o Estado do Paraná e o município de Curitiba. Ainda de acordo com o Plano de Dados Abertos, esses hospitais têm uma importância fundamental para a instituição, pois prestam serviços médicos, exames e cirurgias de alta complexidade à população mais carente, e também servem como um hospital escola para a formação de recursos humanos em saúde. A instituição possui dois Hospitais Veterinários, um em Curitiba e outro em Palotina, que serve no ensino do curso e também é essencial no treinamento e aperfeiçoamento de professores e alunos na Medicina Veterinária.

A UFPR oferece à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, mais de 1 milhão e 200 mil itens bibliográficos, disponíveis em 20 bibliotecas físicas, e mais de

50.000 itens digitais armazenados nas Bibliotecas Digitais da UFPR. A instituição conta com um corpo docente com 2.632 professores dos quais 2.428 (15 graduados, 42 especialistas, 348 mestres e 2023 doutores) pertencem ao quadro efetivo e 204 são professores substitutos ou professores visitantes. O corpo técnico administrativo é composto por 3.715 servidores dos quais 1.824 estão lotados no Complexo Hospital de Clínicas. Dessa forma, são mais de quinze milhões de metros quadrados de área total – incluindo a não-edificada – e uma comunidade superior a 46 mil pessoas entre discentes, docentes e servidores técnicos (UFPR, 2019).

Com base nos dados do Censo da Educação Superior, observa-se que em 2000, a UFPR contava com 47 cursos de graduação presencial, no ano de 2009 a instituição alcançou 106 e terminou 2019 com 155 cursos, nota-se que no período de vinte anos a instituição obteve um aumento de quase 230% no número de cursos de graduação, conforme a TABELA 5.

TABELA 5 – NÚMERO DE CURSOS, DE MATRÍCULAS E DE CONCLUINTES NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL DA UFPR DE 2000 A 2019

Ano	Número de Cursos	Número de Matrículas	Número de Concluintes
2000	47	17.954	2.269
2001	60	15.060	2.382
2002	60	17.719	2.572
2003	60	18.858	2.747
2004	60	19.424	2.749
2005	62	19.865	3.230
2006	63	21.415	2.934
2007	64	21.415	3.177
2008	71	20.965	2.907
2009	106	22.335	3.027
2010	123	22.866	3.282
2011	128	23.548	2.473
2012	132	24.887	2.790
2013	133	26.615	3.023
2014	142	26.666	3.311
2015	149	28.203	3.539
2016	157	27.359	3.543
2017	162	27.712	3.875
2018	159	27.691	4.260
2019	155	27.501	4.001

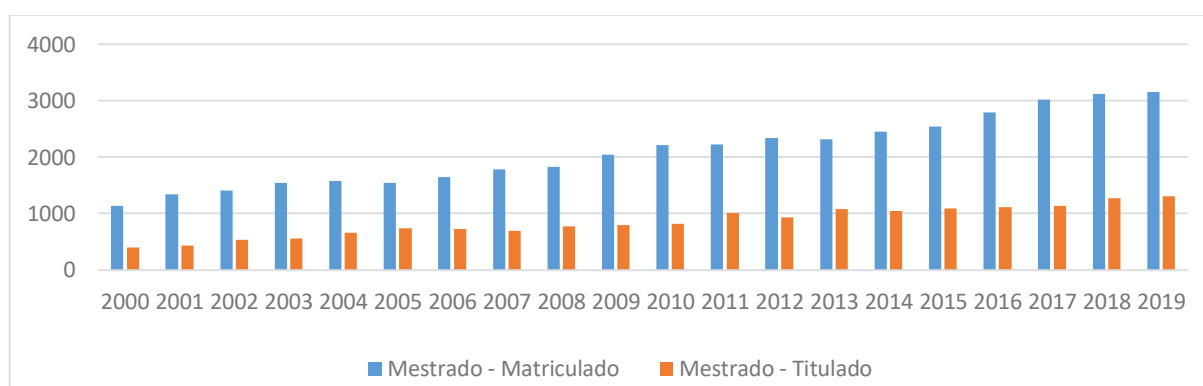
FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do Inep (2020).

Cabe destacar que a ampliação no número de cursos, de matrículas e de concluintes são reflexos das políticas de expansão do ensino superior no país. Como por exemplo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que foi uma das políticas de expansão do ensino

superior a qual colaborou com a ampliação no número de cursos, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, Palotina e no litoral (UFPR, 2019). No ano de 2000, o número de matrículas na graduação era de 17.954, passou para 22.335 em 2009, e no ano de 2019 alcançou 27.501 alunos, no período de 20 anos observou-se que a UFPR aumentou em 53,17% o número de matrículas dos cursos de graduação presencial. Nesse mesmo período, o número de alunos concluintes de graduação presencial aumentou em 76,33%, enquanto no ano 2000 o número de alunos concluintes era de 2.269, para 2009 esse número aumentou para 3.027 e a UFPR terminou o ano de 2019 foram 4.001 alunos concluintes na graduação presencial.

Nos programas de *Stricto Sensu* que compreendem programas de mestrado e doutorado a ampliação no número de matriculados e titulados se deu de forma significativa. Quando se analisou o mestrado para o ano de 2000, a UFPR possuía 1.135 alunos matriculados e para o mesmo ano foram 393 titulados mestres, enquanto que no ano de 2019 a universidade tinha 3.154 matriculados no programa, destes 1.308 terminaram titulados como mestres. Observa-se um crescimento expressivo ao longo do período de 178% no número de matrículas e 233% no número de titulados conforme demonstrado no GRÁFICO 3.

GRÁFICO 3 – NÚMERO DE MATRICULADOS E TITULADOS NO MESTRADO DA UFPR DE 2000-2019

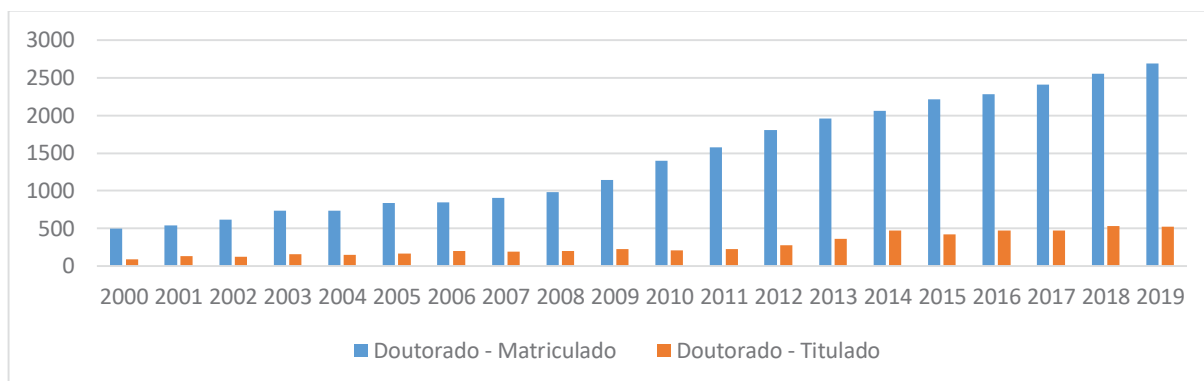


FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da CAPES (2020).

Com relação ao número de matriculados e de titulados no doutorado para o ano de 2000, a UFPR tinha 494 matriculados e foram no mesmo ano 91 titulados, enquanto que para o ano de 2019 a Universidade contava com 2.693 matriculados e 520 obtiveram titulação em 2019. Entre 2000 e 2019, no doutorado houve uma expansão na quantidade de matriculados e titulados, a taxa de crescimento foi de

445% para o número de matriculados e 471% no número de titulados, conforme demonstrado no GRÁFICO 4.

GRÁFICO 4 – NÚMERO DE MATRICULADOS E TITULADOS NO DOUTORADO DA UFPR DE 2000-2019



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da CAPES (2020).

De uma maneira geral, nos programas de *Stricto Sensu*, a UFPR ampliou de forma significativa a quantidade do número de matrículas e titulados e na graduação houve aumento no número de cursos, matriculados e concluintes contribuindo dessa forma para formação e melhoramento do capital humano, conforme descrito por Bovo (2003), que relata que há um poder multiplicador na economia resultante de uma mão de obra mais qualificada.

Quanto ao quesito qualidade do ensino superior, um dos indicadores é o Índice Geral de Cursos²² (IGC), classificando a instituição com notas que variam entre 1 e 5, elaborado com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós graduação de cada instituição, resumindo, representa a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado de uma mesma instituição de ensino superior em um único índice, que pode ser obtido no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vinculado ao Ministério da Educação. As notas²³ obtidas nas avaliações da qualidade dos cursos da UFPR, através do Índice Geral de Cursos (IGC), de 2007 até 2016 a instituição manteve nota 4 para todos os anos e nos dois últimos anos da publicação do índice,

²² Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/inep-detanha-como-sao-calculados-os-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 set. 2020.

²³ Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTcx>>. Acesso em: 05 set. 2020.

2017 e 2018, a universidade alcançou nota 5, considerada nota máxima para a instituição.

Na avaliação do Ranking Universitário Folha (RUF) que avalia as universidades brasileiras, através de dados nacionais e internacionais, utilizando-se de pesquisa de opinião do Datafolha, analisou as universidades em cinco aspectos: ensino, pesquisa, mercado, inovação e internacionalização. Uma análise ao ranking desde 2013 a 2019 verificou-se que na colocação geral a UFPR aparece entre as nove primeiras colocações e com uma nota superior a 90. Cabe destacar que entre as 10 primeiras colocações no período observou-se que só aparecem universidades públicas. No aspecto ensino a UFPR aparece entre as dez melhores universidades do país, entre as treze melhores no aspecto pesquisa e entre as dezesseis melhores no quesito mercado. Um ponto de destaque é o aspecto inovação que a universidade ficou com um segundo lugar em 2018 e está entre as seis melhores do país, por outro lado, no aspecto internacionalização a UFPR vem perdendo destaque, em 2013 estava na décima terceira colocação, caiu para vigésima nona em 2019, conforme apresentado na TABELA 6.

TABELA 6 – COLOCAÇÃO DA UFPR DE ACORDO COM O RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF) - 2013 A 2019

Ano	Geral	Ensino	Pesquisa	Mercado	Inovação	Internacionalização	Nota
2013	9 ^a	10 ^a	10 ^a	16 ^a	6 ^a	13 ^a	90.10
2014	9 ^a	10 ^a	13 ^a	11 ^a	5 ^a	20 ^a	91.01
2015	8 ^a	9 ^a	12 ^a	14 ^a	4 ^a	21 ^a	90.91
2016	7 ^a	9 ^a	11 ^a	12 ^a	4 ^a	24 ^a	92.37
2017	8 ^a	8 ^a	10 ^a	11 ^a	4 ^a	23 ^a	92.82
2018	7 ^a	9 ^a	11 ^a	13 ^a	2 ^a	25 ^a	92.29
2019	8 ^a	9 ^a	12 ^a	12 ^a	3 ^a	29 ^a	92.02

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do RUF (2020).

Nos últimos anos, a Universidade Federal do Paraná vem ganhando destaque no cenário nacional e internacional. De acordo com a *Academic Ranking of World Universities 2020*²⁴ (ARWU 2020), em 2020 a UFPR foi classificada entre as 700 melhores universidades do mundo e na sétima colocação comparada com as instituições brasileiras. Na lista divulgada pela consultoria a Universidade de Harvard, Estados Unidos, ficou com o primeiro lugar geral no ranking mundial e a universidade

²⁴ Disponível em: <<http://www.shanghairanking.com/ARWU2020.html>>. Acesso em: 05 set. 2020.

brasileira melhor colocada é a Universidade de São Paulo (USP), primeira colocada quando comparada às instituições nacionais, e classificada entre as 150 melhores universidades do mundo. Cabe destacar que das 22 instituições brasileiras classificadas no ARWU 2020 são universidades públicas federais ou estaduais. A consultoria chinesa *Shanghai Ranking Consultancy* classifica as universidades por diversos indicadores como: desempenho acadêmico ou de pesquisa, o número de pesquisadores mais citados, desempenho acadêmico per capita, entre outros.

Outro destaque para a UFPR foi no *World University Rankings* realizado pelo *Center for World University Rankings*²⁵ (CWUR), sediada no Emirados Árabes Unidos, que mede a qualidade da educação, bem como o prestígio dos membros do corpo docente e a qualidade de suas pesquisas, entre outros. De acordo com as publicações do CWUR, de 2014 a 2020, a Universidade de Harvard (EUA) foi líder ocupando a primeira posição do ranking no período. A universidade brasileira melhor colocada no período foi a Universidade de São Paulo (USP) como a melhor avaliada na posição global e a primeira do ranking nacional de 2014 a 2020. Para a CWUR, a UFPR em 2014 ocupava a posição mundial de 929, era a décima quarta melhor entre as instituições brasileiras e a décima colocada quando comparada com as universidades federais e obteve uma nota geral de 44,36 pontos. Em 2020, a UFPR foi classificada na 746ª colocação entre as melhores universidades do mundo, na décima primeira colocação entre as instituições brasileiras e a sexta universidade federal melhor colocada do país, alcançando uma nota geral de 72 pontos. Pode-se destacar que a melhor posição no ranking mundial que a instituição em estudo obteve da série ocorreu no ano de 2018, conforme apresentado na TABELA 7.

TABELA 7 – RANKING DA UFPR DE ACORDO COM O WORLD UNIVERSITY RANKINGS DA CWUR - 2014 A 2020

Ano	Ranking Mundial	Ranking Nacional	Ranking entre Federal	Nota Geral
2014	929 ^a	14 ^a	10 ^a	44.36
2015	934 ^a	12 ^a	8 ^a	44.10
2016	926 ^a	13 ^a	9 ^a	44.29
2017	938 ^a	11 ^a	7 ^a	42.54
2018	709 ^a	10 ^a	6 ^a	71.80
2019	754 ^a	11 ^a	6 ^a	71.90
2020	746 ^a	11 ^a	6 ^a	72.00

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da CWUR (2020).

²⁵ Disponível em: <<https://cwur.org/2020-21.php>>. Acesso em: 05 set. 2020.

Quanto à inovação, em 2008, foi criada a Agência de Inovação UFPR para promoção de novos conhecimentos, melhorias sociais e econômicas. A agência tem alguns objetivos como: dar suporte à comunidade interna nas demandas de proteção do conhecimento; orientar os procedimentos, em conjunto com outras unidades administrativas, sobre transferência de tecnologia; definir planos de capacitação e eventos para empreendedorismo e projetos de geração de negócios inovadores (UFPR, 2020).

Uma análise no anuário estatístico de propriedade industrial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) entre 2000 a 2017 das principais Instituições de Ensino Superior públicas e privadas depositantes de Patentes de Invenção (PI) verificou-se uma forte concentração dos depósitos de invenções. Das quase 200 instituições depositantes residentes no período entre 2000 a 2017, dez universidades representam quase 47% do total dos depósitos realizados pelas IES brasileiras no período analisado. Pode-se observar que entre as dez principais IES com os maiores números de depósitos de patentes de invenção de residentes no INPI são universidades públicas (Estadual ou Federal) e não constando a presença de nenhuma IES privada nessas colocações conforme a TABELA 8.

TABELA 8 – RANKING DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO (PI) DE RESIDENTES POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE 2000 A 2017

Rank	Instituição de Ensino Superior	Número de depósitos	Participação no total das IES (%).
1	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	929	10,11
2	Universidade de São Paulo – USP	779	8,48
3	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	720	7,84
4	Universidade Federal do Paraná – UFPR	441	4,80
5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	311	3,38
6	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	310	3,37
7	Universidade Federal do Ceará – UFC	222	2,42
8	Universidade Estadual Paulista – UNESP	213	2,32
9	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	189	2,06
10	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	177	1,93
Total de depósitos das 10 IES melhores colocadas		4.291	46,70
Total de depósitos das IES Brasileiras no Período		9.189	100%

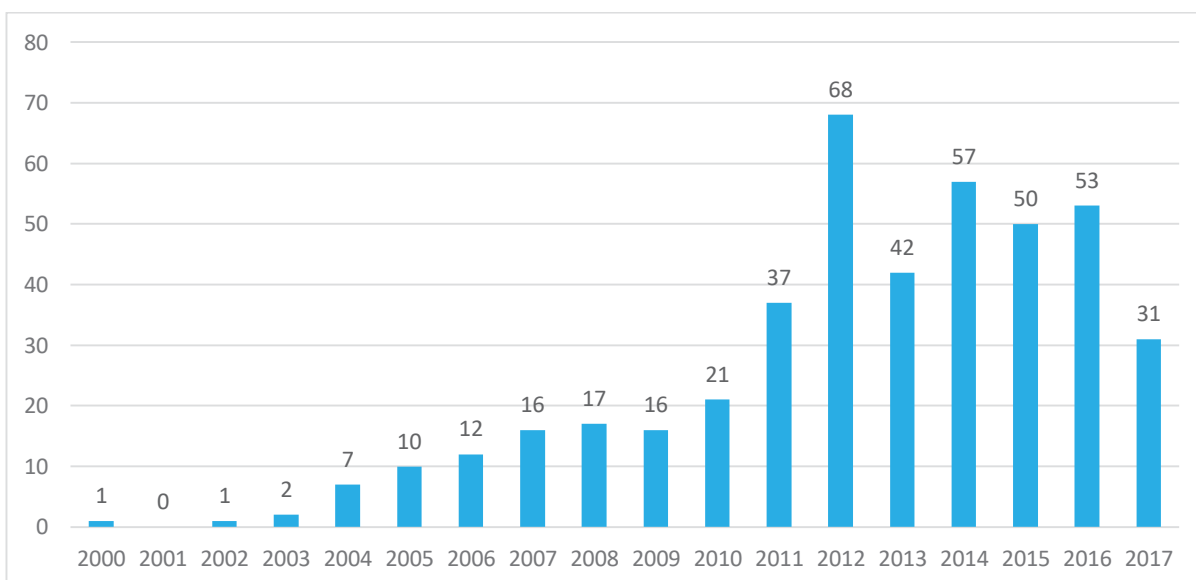
FONTE: Elaborada pelo autor com base nos dados do INPI (2020).

Cabe destacar entre elas, as duas primeiras colocações, para as universidades do Estado de São Paulo – UNICAMP com 929 pedidos de patentes de invenção, com uma representatividade de 10,11% do total de depósitos das IES

brasileiras no período e a USP com 779 pedidos. Entre as federais, destaque para a UFMG que apresentou 720 pedidos e a UFPR (universidade em estudo) ocupando a quarta colocação no ranking com 441 pedidos, que representa uma participação de 4,8% do total dos depósitos das IES brasileiras de 2000 a 2017.

Quando analisado a quantidade de depósitos de patentes de invenção realizada pela UFPR como depositante residente no período de 2000 a 2017 nota-se que no ano de 2000 a universidade apresentou um pedido de patente de invenção, porém ao longo dos anos observa-se um crescimento a partir de 2004 chegando ao seu ápice em 2012 com 68 pedidos e terminando o ano de 2017 com 31 pedidos de depósitos de patentes de invenção conforme evolução demonstrado no GRÁFICO 5.

GRÁFICO 5 – NÚMERO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO DA UFPR DE 2000-2017



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do INPI (2020).

Mesmo diante dos problemas enfrentados pelas IFES nos últimos anos referente aos cortes na previsão orçamentária, conforme aprovação da LOA 2020²⁶, quando comparado a anos anteriores, o Brasil está passando por um momento delicado em relação ao ensino superior público, mas mesmo diante destes momentos nos últimos anos, a UFPR aumentou o número de cursos de graduação, o número de matrículas e de alunos concluintes. Pode-se perceber que no mestrado e no

²⁶ Lei 13.978/2020 de 17 de janeiro de 2020. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13978.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.

doutorado houve um crescimento no número de matrículas e no número de alunos titulados. No quesito qualidade, a instituição alcançou a nota máxima no IGC e melhorou sua classificação entre as melhores universidades do mundo, quanto ao *ranking* brasileiro, ela está entre as dez melhores universidades do país e quanto à inovação observa-se um crescimento no número de depósito de patentes de invenção nos últimos anos.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO TESOURO NACIONAL A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A Universidade Federal do Paraná é uma autarquia, que segue regras de pessoa jurídica de direito público, considerada uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) vinculada ao Ministério da Educação. De acordo com o art. 55 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Os recursos para a instituição são previstos e aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional e integrando o orçamento da União, no capítulo dedicado ao Ministério da Educação. A distribuição dos recursos às Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil é feita com base na Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC ou Matriz ANDIFES), com os critérios e as fórmulas já descritas nas seções anteriores.

A Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, com base no Decreto nº 7233 - 19 de julho de 2010 juntamente com a Portaria do MEC nº 651 - 24 de julho de 2013, define os critérios utilizados na elaboração da Matriz OCC para o repasse dos recursos do Tesouro Federal as IFES do país. A Matriz OCC é utilizada para divisão dos recursos orçamentários nos grupos de despesas com manutenção e investimento.

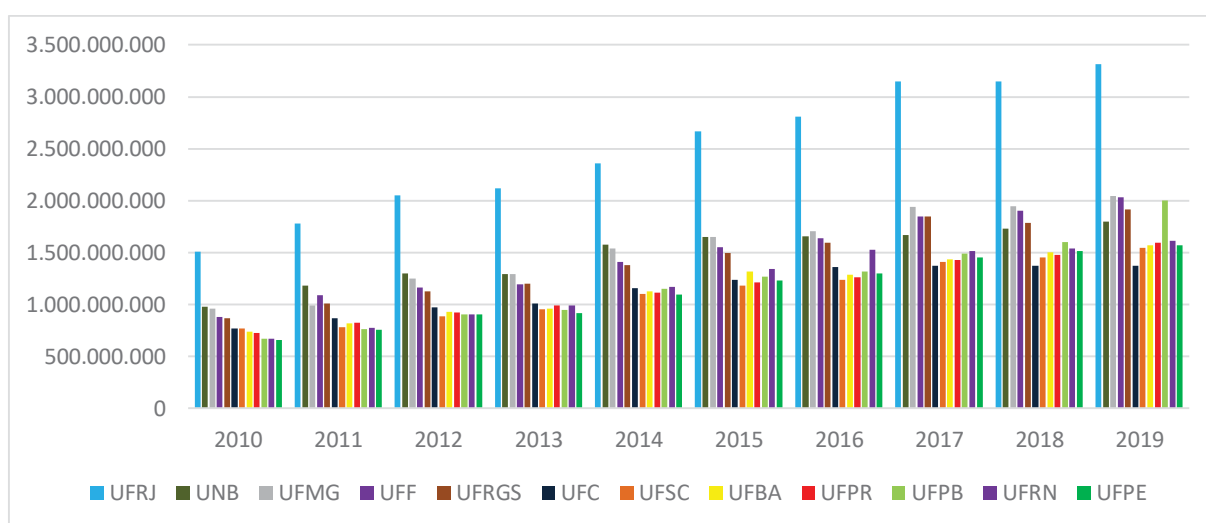
A maioria dos recursos aplicados na UFPR são recursos recebidos do Tesouro Nacional e com uma menor parte que vem de emendas parlamentares e recursos de arrecadação própria (como arrecadação de taxas, aluguéis de espaços na instituição, e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, entre outros) que são arrecadados pela instituição. Apesar destes recursos serem chamados de recursos de arrecadação própria, eles precisam estar previstos na Lei

Orçamentária Anual e tanto os recursos recebidos do Tesouro Federal quanto os recursos arrecadados pela instituição seguem regras e legislações que regem a administração pública e normas previstas na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Além do texto da Lei Orçamentária Anual aprovado, que é considerado o orçamento propriamente dito, existem vários anexos a LOA, como por exemplo o: Anexo I - Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Fonte; Volume I - Quadros Orçamentários Consolidados Detalhamento da Receita e Legislação da Receita e da Despesa; Volume II - Consolidação dos Programas de Governo; Volume III - Detalhamento dos Créditos Orçamentários - Órgãos do Poder Legislativo e Judiciário - Tribunal de Contas da União - Ministério Público da União; Volume IV - Detalhamento das Ações - Órgão do Poder Executivo - Presidência da República e Ministérios (Exceto MEC); Volume V - Detalhamento dos Créditos Orçamentários - Órgãos do Poder Executivo - Ministério da Educação (é deste volume que será utilizado as informações orçamentárias para a UFPR e outras universidades federais) e por último o Volume VI - Orçamento de Investimentos.

Cabe destacar que a UFPR no quesito orçamentário tem uma grande relevância para Curitiba, pois pode-se verificar que a instituição está entre as 11 universidades federais com os maiores orçamentos do país conforme o GRÁFICO 6.

GRÁFICO 6 – ORÇAMENTO DAS DOZE MAIORES UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA (2010-2019).

A UFRJ é a universidade que apresenta de 2010 a 2019 o maior orçamento entre as universidades federais. Verificou-se que a UFPR ao longo do período de análise perdeu posição quanto a dotação inicial aprovada no orçamento, por mais que em valores absolutos a destinação orçamentária aumentou no período de análise, a destinação de recursos do Tesouro Nacional não aumentou na mesma proporção como aumentou para outras instituições. Pode-se destacar que as evoluções da destinação de recursos para as outras instituições foram maiores do que para a UFPR, conforme o gráfico a Universidade Federal do Paraná em 2010 tinha um orçamento de R\$ 725.297.211 de reais, o que colocava a instituição com o nono maior orçamento entre as Universidades Federais do Brasil, caindo para a décima colocação em 2014 e décima primeira em 2015 e 2016. No ano de 2017 e 2018 a UFPR voltou a ter o décimo maior orçamento e melhorando no ano de 2019 quando passou a ocupar a oitava posição com a dotação orçamentária de 1.595.454.933 de reais. Cabe destacar que estes valores são os previstos na LOA e contempla todas as fontes, tanto os recursos do Tesouro Nacional como as fontes de arrecadação própria.

De acordo com Manual Técnico do Orçamento de 2017 (MTO-2017), são consideradas fontes do Tesouro Nacional para o exercício corrente as fontes que começam com o código 1, enquanto que as fontes que começam com o código 2 são recursos de outras fontes do exercício corrente. Dessa forma ao observar os recursos aprovados na LOA para a UFPR nas (Fonte 100, 108, 112, 156 e 169) são recursos que são provenientes do Tesouro Federal, enquanto que os que inicia com o código 2 são fontes de Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros (Fonte 250 e 280) e de Convênios (Fonte 281). Vale lembrar que esses recursos previstos na LOA fixam as despesas para a instituição em igual valor e que no caso dos recursos de arrecadação própria para a execução depende da contrapartida financeira, ou seja, são recursos que dependem de arrecadação para a sua execução.

Quando analisados os recursos previstos na LOA para a UFPR, entre as fontes de recursos do tesouro e recursos próprios, observou-se que na grande maioria a principal fonte de recursos da UFPR são provenientes do Tesouro Nacional. Em 2010 a fonte do Tesouro Nacional representava 92,5% dos recursos e em 2019 a representatividade passou para 96,6%. Por outro lado, os recursos de arrecadação própria aprovados na LOA foram de 7,48% dos recursos em 2010 e a participação diminuiu para 3,4% em 2019, conforme demonstrado na TABELA 9.

TABELA 9 – PREVISÃO NA LOA PARA A UFPR POR FONTE DE RECURSOS EM PERCENTUAL

Fonte	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Recursos do Tesouro	92,5	93,5	93,8	91,3	94,9	95,9	95,4	95,8	95,7	96,6
Recursos Próprios	7,5	6,5	6,2	8,7	5,1	4,1	4,6	4,2	4,3	3,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA (2010-2019).

No período analisado observa-se que a principal fonte de recursos orçamentária da UFPR é a União, mediante os recursos provenientes do Tesouro Nacional. A origem de tal estrutura de recursos está de acordo com o que estabelece o artigo 212 da Constituição Federal de 1988 e com o disposto no artigo 55 da LDB que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.

Os recursos aprovados na LOA para a UFPR são alocados em duas categorias econômicas: despesas correntes e de capital. Dentro das duas categorias econômicas têm a subdivisão em Grupos de Natureza da Despesa (GND), que na grande maioria os recursos são alocados para as universidades em três grupos chamados de GND como veremos a seguir. Nas despesas correntes o GND – 1 composto por – Pessoal e Encargos Sociais – é o grupo em que está consignado os recursos para o atendimento das despesas da Universidade com o pessoal ativo, inativo e pensionistas, cargos, funções ou empregos, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pela instituição às entidades de previdência, sendo que este grupo concentra o maior volume dos recursos orçamentários da instituição. No GND – 3 composto por – Outras Despesas Correntes – compreendem as despesas como material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica Despesas Correntes não classificáveis nos demais grupos de natureza da despesa. Nas despesas de capital temos o GND – 4 – Investimentos – são despesas da UFPR com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, com a aquisição de instalações, compra de equipamentos e material permanente (GIACOMONI, 2019).

A tabela a seguir apresenta os valores previstos na LOA de todas as fontes para UFPR dividido de acordo com o Grupo de Natureza da Despesa (GND) do ano de 2010 a 2019, conforme apresentado na TABELA 10.

TABELA 10 – PREVISÃO TOTAL NA LOA PARA A UFPR POR GND DE 2010 A 2019

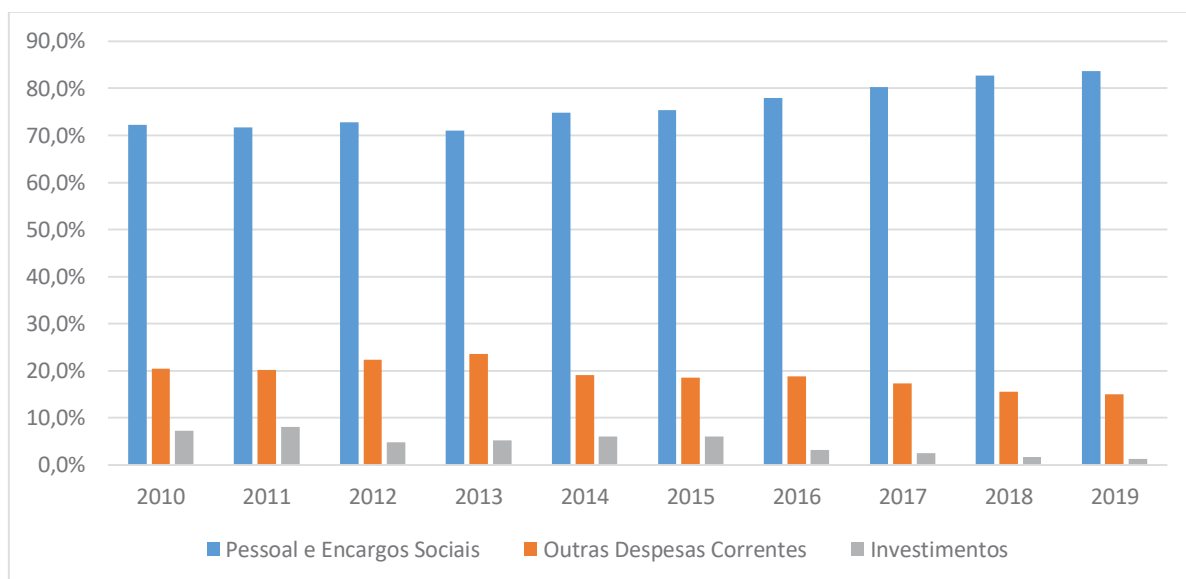
Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total Previsto na LOA
2010	523.998.623	148.160.237	53.138.351	725.297.211
2011	589.302.659	166.234.209	66.789.613	822.326.481
2012	672.073.679	206.898.690	44.017.510	922.989.879
2013	703.527.961	234.161.187	52.382.917	990.072.065
2014	834.499.296	212.405.761	67.612.050	1.114.517.107
2015	911.465.105	224.687.645	74.107.216	1.210.259.966
2016	984.333.140	237.480.701	40.530.342	1.262.344.183
2017	1.147.467.411	247.010.122	35.886.876	1.430.364.409
2018	1.223.276.736	229.202.526	25.874.044	1.478.353.306
2019	1.335.197.258	239.030.146	21.227.529	1.595.454.933

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA (2010-2019).

De 2010 a 2019, pode-se notar que a maior parte dos recursos previstos na LOA para a UFPR são alocados para as despesas com o pessoal ativo, inativo e pensionistas, cargos, funções, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pela instituição às entidades de previdência. Em segundo lugar vem as despesas com a manutenção da instituição, enquanto, que os investimentos ficam em terceiro lugar com uma pequena parcela.

Quando a análise passa a ser feita pela proporção da dotação orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa, observou-se que as despesas com pessoal previstas em 2010 eram de 72%, passaram para 74% em 2014 e terminaram em 83% em 2019. Essa despesa representa a maior fatia das despesas, tendo em vista, que as universidades funcionam a partir de investimento em capital intelectual de qualidade para resultar em serviço de qualidade oferecido à população. Em segundo lugar, as despesas com a manutenção da instituição começam a diminuir a participação no total dos valores previstos, em 2010 eram de 20%, passaram para 19% em 2014 e caíram para 15% em 2019. Essa despesa serve para compra de material de consumo, pagamento de diárias a professores para participação em congressos, energia elétrica, água, telefone, vigilância, limpeza, manutenção de frota, serviços de manutenção predial, entre outros (GIACOMONI, 2019). Já os recursos previstos na LOA para os investimentos utilizados para compra de softwares, equipamentos, materiais permanentes, compra de imóveis entre outros, representam a menor parcela e diminuíram a sua participação ao longo do período de análise, em 2010 a participação desse recurso era de 7% do total da previsão, passou para 6% em 2014 e diminuiu para 1,3% em 2019, conforme demonstra o GRÁFICO 7.

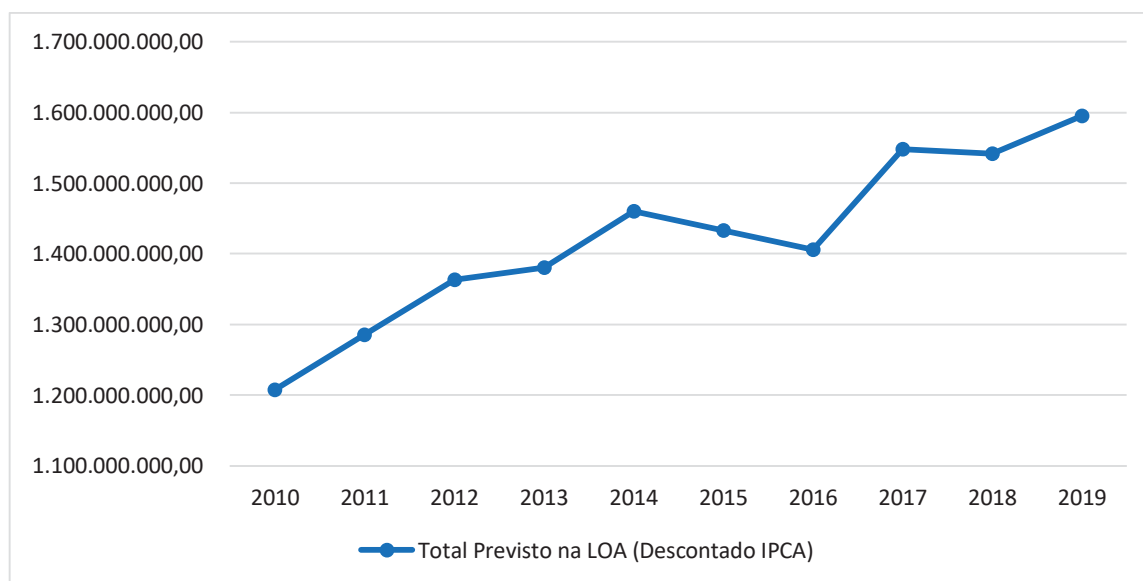
GRÁFICO 7 – ORÇAMENTO DA UFPR EM PERCENTUAIS POR GND DE 2010 A 2019



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA (2010-2019).

Quando analisado o aumento real da previsão orçamentária da UFPR, ou seja o valor previsto na LOA descontado o IPCA para analisar o real crescimento do orçamento da instituição verificou-se que o aumento de 2010 a 2019 foi de 32%, porém, pode-se notar que em 2015, 2016 e 2018, a Universidade teve perda real no seu orçamento previsto, conforme demonstra o GRÁFICO 8.

GRÁFICO 8 – TOTAL DO ORÇAMENTO PREVISTO DA UFPR DEFLACIONADO PELO IPCA



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA (2010-2019).

Bovo (2003) afirma que os recursos financeiros governamentais aplicados nas universidades públicas para formação e qualificação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento de trabalhos científicos são algumas das atividades necessárias para manutenção de suas atividades e indispensáveis para o dinamismo das economias das cidades em que as universidades estão instaladas. Ou seja, os recursos relacionados à manutenção da UFPR para atividades de formação, pesquisa e extensão acabam circulando na economia e retornando para sociedade.

Nesta subseção apresentou-se como são destinados os recursos a universidade, através da previsão na LOA, a sua importância, algumas análises e a evolução do orçamento da instituição ao longo do período e quais as fontes de previsão, além de algumas normas aplicadas ao orçamento da Universidade.

4.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL DE CURITIBA E A INFLUÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

O historiador Ruy Wachowicz (1972) destaca que 1668, em torno de uma capelinha, sem o conhecimento das autoridades superiores, os moradores de uma pequena vila reuniram-se para regularização desta, através da ereção do pelourinho, símbolo de posse. Gabriel de Lara, capitão-mor de Paranaguá, atendeu a reivindicação do povoado, levantou o pelourinho e lavrou a ata do acontecimento que foi assinado por dezoito moradores. De acordo com o historiador, por razões que não são conhecidas, Gabriel de Lara não fez a eleição das autoridades e nem da câmara municipal e dessa forma não foi regularizado perante as autoridades de Paranaguá e de São Paulo.

A vida neste povoado, apesar da distância de São Paulo e de Paranaguá, era tranquila e sossegada e dessa forma os moradores não se preocupavam em constituir autoridades. Foi quando uma onda de roubos e crimes começaram a acontecer, sendo a ordem pública perturbada por forasteiros, obrigando a população a mudar o pensamento e tomar providências que julgavam necessárias (WACHOWICZ, 1972).

Juntou-se o povo no dia 29 de março de 1693, instituído pelo capitão-povoador Matheus Martins Leme, foi criada oficialmente a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, através da promoção da primeira eleição para câmara de vereadores e instituição das demais autoridades para a fundação da vila, como requisição das

ordenações Portuguesas (PMC, 2020). De acordo com Wachowicz (1972), desta vez Matheus Leme solicitou ao Capitão-mor de Paranaguá, Francisco da Silva Magalhães, a legalização do ato, uma vez que foi cumprido todos os requisitos. Assim, Magalhães concordou em regularizar tendo em vista que o finado Gabriel de Lara já tinha autorizado em 1668 e que desta vez foi atendido todas as requisições populares (WACHOWICZ, 1972).

Em 1721, com a visita do ouvidor Raphael Pires Pardinho, ocorreu a mudança do nome de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais para Curitiba, que é uma palavra de origem Guarani: kur yt yba que significa "grande quantidade de pinheiros, pinheiral", na linguagem dos índios, primeiros habitantes do território (PMC, 2020).

Curitiba ficou por um período em extrema pobreza esquecida pelos governantes da capitania de São Paulo, e a prosperidade aconteceu a partir de 1812, com a rota dos tropeiros, principal rota de ligação do Rio Grande do Sul à Minas Gerais, com passagens pelos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Atividade tropeira atrelada a atividade pecuária perdurou por diversos anos e ao longo do caminho foram formados diversos povoados, como as fazendas localizadas nos campos de Curitiba. Ao final do século XIX, aconteceu uma grande expansão no ciclo da madeira e da erva-mate e podendo destacar neste período dois fatos importantes: a imigração em massa dos europeus e a construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba ligando o litoral à capital (PMC, 2020).

Curitiba com um sistema viário local integrado com rodovias federais e estaduais que a ligam ao Sul, ao Sudoeste e ao Norte do Brasil, além de possuir ligações a Oeste com Foz do Iguaçu e a Leste com o Porto de Paranaguá. O Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado na região metropolitana de Curitiba, é o principal terminal aeroviário internacional da região Sul e um dos mais modernos do país (COMEC, 2017).

Curitiba é a capital do Paraná, localizada no primeiro planalto paranaense, com uma altitude de 945 metros, área de 434,892 km² e uma população estimada em 2019 de 1.933.105 de pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,823 que coloca a cidade em primeiro lugar no Estado do Paraná e na décima colocação entre os municípios brasileiros e o Índice de *Gini* da Renda Domiciliar *Per Capita* do município é de 0,5652 (IBGE, 2019). No ano de 2017, a taxa de mortalidade infantil média na cidade era de 8.31 para cada 1.000 nascidos vivos e a coleta de esgoto sanitário adequado alcança 96.3% dos domicílios (IBGE, 2019).

Em 2018, Curitiba tinha um salário médio mensal de quatro salários mínimos, com uma população ocupada de 53,7%, equivalente a 1.030.056 de pessoas, em comparação com os outros 399 municípios do estado, coloca a cidade na primeira posição em relação ao salário médio mensal e em quarto em relação a população ocupada (IBGE, 2019). No município estão localizadas diversas empresas como: New Holland - CNH Latin América, Denso do Brasil, Irmãos Passaúra, Robert Bosch, Volvo do Brasil Veículos, Rumo, Electrolux do Brasil, Ferramentas Gerais Comércio e Importação, Mondelēz Internacional, O Grupo Positivo, Coca-Cola Femsa, entre outras. Destaque também para a região metropolitana da cidade que abriga diversas importantes empresas como: Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Petrobras, Volkswagen, Renault-Nissan, O Boticário, Montana, Da Granja, Bematech, Nutrimental, Eternit, Votorantim, Cimentos Itambé, Mate Leão, Ambev, Brafer, Companhia Siderúrgica Nacional, Sumitomo, Isringhausen, entre outras (COMEC, 2017).

Na educação, a taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade é de 97,6% para o ano de 2010 e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) observado na rede pública, em 2017, nos anos iniciais do ensino fundamental é de 6,4 e nos anos finais de 4,8 (IBGE, 2019). Em 2018, a rede de ensino fundamental contava com 218.222 matrículas, 12.430 docentes e 502 escolas, enquanto que a rede de ensino médio dispunha de 71.878 matrículas, 4.476 docentes e 217 escolas (IBGE, 2019).

Quanto ao ensino superior, o município possui cinco universidades, sendo duas universidades públicas e três universidades privadas. Das públicas, a cidade conta com a universidade estudada e com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), as duas mantidas com recursos públicos federais. As universidades particulares localizadas na cidade são: a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), a Universidade Positivo (UP) e a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Além das universidades, completa a rede de Instituições de Ensino Superior de Curitiba, 9 Centros Universitários, 43 faculdades e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (INEP, 2020).

Curitiba foi apontada pela Startup Genome entre os 100 ecossistemas de inovação mais promissores do mundo conforme o ranking do *Global Startup*

*Ecosystem Report 2020*²⁷, o diferencial para a cidade aparecer no ranking é o avanço tecnológico da cidade e os transportes sustentáveis. Cabe destacar neste momento a importância das instituições de ensino e os centros de pesquisas que contribuem para o município com esse avanço tecnológico e com o aumento na qualificação de mão de obra. Nesse contexto referente a qualificação, Bovo (2003) observou em seu trabalho que havia uma diferença salarial de acordo com o grau de escolaridade da população nos municípios em que aplicou a sua pesquisa. O autor constatou que na média os trabalhadores com maior escolaridade possuíam uma remuneração maior, destacando que na média as pessoas com ensino superior completo recebiam as melhores remunerações.

No tocante ao ensino superior, quanto ao quesito qualificação pode-se verificar que a UFPR desde a sua fundação desenvolve um papel muito importante e contribui na formação de capital humano para Curitiba e região. Considerando todas as Instituições de Ensino Superior localizadas no município, para o ano de 2000, o número de concluintes de graduação presencial era de 9.002, enquanto que em 2019 eram de 18.550, verificando-se um crescimento de 106% no número de concluintes de graduação presencial em Curitiba. Em 2000, o número de concluintes na graduação presencial na UFPR era de 2.235 alunos, já em 2019, esse número passou para 3.383, ao comparar-se a evolução no número de concluintes na graduação presencial da UFPR observa-se um crescimento de 51,36% entre os anos de 2000 e 2019, e dessa forma, a universidade aumentou a sua contribuição com a formação de um maior número de pessoas na graduação. Quando comparado a participação do número de concluintes da UFPR em relação ao número de concluintes do município de Curitiba constatou-se que em 2000 de cada quatro pessoas concluintes na graduação presencial em Curitiba, uma pessoa era aluno da UFPR. Apesar do crescimento no número de concluintes da UFPR ao longo do período em análise, constatou-se que a evolução da participação da instituição no número de concluintes de Curitiba não aumentou na mesma proporção que aumentou no município, pois em 2019, a instituição apresentou uma participação de 18,2%, conforme dados retirados da base de dados do Censo da Educação Superior e apresentado na TABELA 11.

²⁷ Disponível em: <<https://startupgenome.com/reports/gser2020>>. Acesso em: 04 set. 2020.

TABELA 11 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL NO MUNICÍPIO E NA UFPR – CURITIBA – 2000 A 2019

Ano	Número de Concluintes no município de Curitiba	Número de Concluintes na UFPR de Curitiba	Participação da UFPR no número de Concluintes de Curitiba (%).
2000	9.002	2.235	24,8
2001	9.942	2.237	22,5
2002	14.137	2.523	17,8
2003	14.945	2.740	18,3
2004	16.550	2.688	16,2
2005	19.484	3.159	16,2
2006	19.298	2.849	14,8
2007	17.809	3.082	17,3
2008	19.116	2.815	14,7
2009	17.474	2.910	16,7
2010	19.290	3.131	16,2
2011	21.669	2.392	11,0
2012	20.255	2.539	12,5
2013	19.878	2.705	13,6
2014	19.893	2.958	14,9
2015	18.851	3.090	16,4
2016	19.606	3.052	15,6
2017	20.680	3.451	16,7
2018	20.311	3.727	18,3
2019	18.550	3.383	18,2
Total	357.006	57.666	

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do Inep (2020).

Uma possível explicação para a expansão no número de concluintes tanto para o município de Curitiba quanto para a UFPR demonstrado ao longo das duas décadas são reflexos das políticas públicas de incentivo ao ensino superior público e privado implementados no Brasil. Destacam-se algumas das ações e programas que foram implantados para fomentar a educação superior como por exemplo: autonomia das universidades estabelecido pela Constituição Federal de 1988, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outros, que ampliaram significativamente a expansão do ensino superior privado e público, contribuindo assim, com um maior número de formandos no ensino superior do município.

Em relação à pós-graduação *stricto sensu* que compreende os programas de mestrado e doutorado a representatividade da UFPR na quantidade de titulados para o município de Curitiba ao longo das duas décadas apresentam uma participação bem significativa. Dos 519 mestres titulados em Curitiba no ano de 2000, desses 393 foram titulados pela UFPR, uma representatividade de mais de 75%, ou seja, de cada 4

titulados no município 3 eram alunos da UFPR. Quando analisado ao longo dos 20 anos observou-se um crescimento no número de titulados de mestrado tanto na instituição quanto no município em estudo, porém o aumento no município foi maior, no entanto, a universidade continua exercendo um papel importante na formação de mestres, quando analisou-se o ano de 2019, mais de 53% dos titulados no mestrado no município de Curitiba são discentes da UFPR, conforme apresentado na TABELA 12.

TABELA 12 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TITULADOS DE MESTRADO EM CURITIBA E NA UFPR – 2000 A 2019

Ano	Número de Titulados no município de Curitiba	Número de Titulados na UFPR de Curitiba	Participação da UFPR no número de Titulados de Curitiba (%).
2000	519	393	75,72
2001	570	429	75,26
2002	760	532	70,00
2003	899	561	62,40
2004	944	663	70,23
2005	1.096	733	66,88
2006	1.220	729	59,75
2007	1.264	688	54,43
2008	1.329	776	58,39
2009	1.345	797	59,26
2010	1.341	814	60,70
2011	1.660	1.013	61,02
2012	1.628	935	57,43
2013	1.714	1.064	62,08
2014	1.617	1.011	62,52
2015	1.850	1.055	57,03
2016	1.875	1.066	56,85
2017	2.007	1.066	53,11
2018	2.094	1.185	56,59
2019	2.279	1.223	53,66
Total	28.011	16.733	

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da CAPES (2020).

O programa de doutorado merece destaque, quando analisado a participação da UFPR no número de titulados do município observou-se que a universidade correspondia por cem por cento dos titulados em Curitiba para os anos de 2000 a 2002. Ao longo do período em análise, houve um crescimento no número de titulados, no entanto, a universidade perdeu a representatividade total, porém, mesmo assim, continua com uma participação importante terminando o ano de 2019 com mais de 67% da participação no número de titulados do município de Curitiba, ou seja, em

2019 para cada três pessoas tituladas doutores duas eram da UFPR, conforme apresentação na TABELA 13.

TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TITULADOS DE DOUTORADO EM CURITIBA E NA UFPR – 2000 A 2019

Ano	Número de Titulados no município de Curitiba	Número de Titulados na UFPR de Curitiba	Participação da UFPR no número de Titulados de Curitiba (%).
2000	91	91	100,00
2001	130	130	100,00
2002	120	120	100,00
2003	158	154	97,47
2004	149	145	97,32
2005	168	162	96,43
2006	210	195	92,86
2007	210	193	91,90
2008	218	198	90,83
2009	248	221	89,11
2010	263	210	79,85
2011	287	225	78,40
2012	368	276	75,00
2013	463	363	78,40
2014	602	470	78,07
2015	568	411	72,36
2016	648	469	72,38
2017	680	470	69,12
2018	755	520	68,87
2019	764	513	67,15
Total	7.100	5.536	

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da CAPES (2020).

Os números apresentados acima referentes à graduação, mestrado e doutorado demonstram o crescimento no número de concluintes e titulados na instituição e a sua participação no número de concluintes e titulados no município continua relevante, destacando assim a importância da Universidade Federal do Paraná para Curitiba. Por mais que a UFPR obteve um crescimento no número de concluintes e titulados, porém o crescimento no número de concluintes e titulados de Curitiba foi maior que o apresentado pela instituição devido ao aumento no número de Instituição de Ensino Superior no município, principalmente instituições privadas, ocorrido no período analisado reflexo das políticas de expansão do Ensino Superior ocorridos no país. De acordo com dados do INEP (2020) no ano de 2000, Curitiba tinha 27 Instituições (3 Universidades, 2 Centros Universitários, 21 Faculdades e 01 Centro Federal de Educação Tecnológica) e a cidade alcançou no ano de 2019 o

número de 58 Instituições (5 Universidades, 9 Centros Universitários, 43 Faculdades e 01 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia).

Observa-se que ao longo dos 20 anos a UFPR contribuiu de forma positiva na formação de qualidade do capital humano, tornando-os acessíveis localmente. Neste sentido, Rolim e Serra (2009) colaboram destacando que as universidades podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de sua região, oferecendo o que elas sabem oferecer de melhor, como a qualidade da formação de profissionais disponibilizado ao mercado, as pesquisas realizadas em suas unidades e a transferência de resultados para a sociedade. Ainda de acordo com os autores, a universidade envolvida neste processo como produtora de mão de obra qualificada e propagadora de conhecimento na região contribui para o crescimento do instrumento produtivo regional e dessa forma incentiva a economia local.

Quanto à inovação tecnológica, uma análise dos depósitos de Patentes de Invenção (PI) por municípios brasileiros, divulgados pelo INPI através dos dados Estatístico de Propriedade Industrial que reúne todos os pedidos das empresas e instituições localizados nestes municípios. De todas as empresas e instituições localizadas em Curitiba, no acumulado de 2000 a 2017, foram depositados 2.862 Patentes de Invenção (PI), o que coloca Curitiba como o quarto município brasileiro com o maior número de depósitos de PI, atrás dos municípios de São Paulo com 13.107, Rio de Janeiro com 4.652 e Belo Horizonte com 3.206 Patentes de Invenção (INPI, 2020).

Ao se comparar a evolução do número de Patentes de Invenção entre os anos 2000 e 2017 observou-se que houve uma elevação de 121,5% para o município de Curitiba. O INPI divulga dados referente aos depósitos de patentes das Instituições de Ensino Superior e quando analisou-se a participação da UFPR para Curitiba, verificou-se que no início dos anos 2000 a representatividade da participação de depósitos de Patentes de Invenção da UFPR em relação ao município de Curitiba não era significativo, não alcançando 1% no ano 2000 do número de depósitos de PI efetuados pelo município, porém, ao longo do período verificou-se o crescimento no número de depósitos de PI por parte da UFPR e cabendo destacar os anos de 2012 com uma participação de 33,5% e o de 2014 com 32,39%, conforme apresentado na TABELA 14.

TABELA 14 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO (PI) POR DEPOSITANTES LOCALIZADOS EM CURITIBA E PELA UFPR – 2000 A 2017

Ano	Número de Depósitos de Patentes do Tipo PI por depositantes localizados em Curitiba	Número de Depósitos de Patentes do Tipo PI pela UFPR	Participação da UFPR na quantidade de Depósitos de Patentes do Tipo PI localizados em Curitiba (%).
2000	107	1	0,93
2001	93	0	0,00
2002	105	1	0,95
2003	117	2	1,71
2004	151	7	4,64
2005	144	10	6,94
2006	144	12	8,33
2007	143	16	11,19
2008	157	17	10,83
2009	164	16	9,76
2010	154	21	13,64
2011	159	37	23,27
2012	203	68	33,50
2013	193	42	21,76
2014	176	57	32,39
2015	206	50	24,27
2016	209	53	25,36
2017	237	31	13,08
Total	2.862	441	

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do INPI (2020).

Os dados e as análises anteriormente fazem refletir sobre o papel regional das universidades, como descrito por Rolim e Serra (2009) em que afirmam que as universidades contribuem na dinâmica do processo de desenvolvimento regional e que as universidades podem assumir dois vieses: as que estão na região e as que são da região. Nesse sentido, observa-se que a UFPR assume o segundo viés que é uma universidade da região, além da qualidade acadêmica a qual os autores destacam, ela também tem uma forte relação com a região em que está instalada e dessa forma busca contribuir para com o desenvolvimento regional.

A Universidade oferta programas de residência médica para incrementar a formação e dessa forma beneficiando o profissional e a comunidade. No ano de 2019, na residência médica²⁸ foram 259 concluintes: 45 na especialidade Atenção Hospitalar, 2 na especialidade Buco-Maxilo, 159 na especialidade médica, 16 na especialidade Saúde da Família e 37 na especialidade Veterinária. Em relação à oferta de cursos de aperfeiçoamento à sociedade, em 2019, na pós-graduação *Lato*

²⁸ Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/residencia-medica/resource/fe40fa3d-5521-4f3b-ae4c-1a11f9b13678>>. Acesso em: 08 set. 2020.

*Sensu*²⁹ dos 4.306 matriculados 587 terminaram aperfeiçoados e 1.125 tornaram-se especialistas.

Na prestação de serviços à comunidade, em 2019, a UFPR através do Centro de Psicologia Aplicada (CPA), serviço-escola do curso de Psicologia vinculado ao Setor de Ciências Humanas, efetuou 32.495 atendimentos ao público interno e externo. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), um órgão suplementar do Setor de Ciências Jurídicas, realizou 765 atendimentos distribuído nos ramos do direito da seguinte forma: 169 na área cível, 15 no ramo do direito humano, 176 na área da família, 334 no ramo do direito penal³⁰ e 71 na área de previdência e trabalho. O hospital veterinário da UFPR em Curitiba que presta serviços profissionais médicos-veterinários à comunidade em geral realizou 8351 atendimentos entre os procedimentos estão: consultas, cirurgias, diagnósticos laboratoriais, entre outros.

Cabe destacar ainda os procedimentos odontológicos realizados pelos alunos do curso de Odontologia, sob a orientação de professores, na Clínica Odontológica, e também o atendimento no Hospital de Clínicas (HC) e no Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral (UFPR, 2019). Portanto, além das atividades de ensino e pesquisa realizados pela UFPR destaca-se aqui a prestação de serviços à comunidade, em diversas áreas descritas anteriormente representando o retorno de uma parte dos serviços da universidade colocados à disposição da comunidade, conforme destacado por Bovo (2003) e observado no seu estudo que o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviço à comunidade através da descentralização das políticas públicas, a UNESP, a universidade de seu estudo, passava a contribuir com o dinamismo das economias das cidades onde estavam instaladas.

Em suma, pode-se deduzir dos dados e das análises apresentados nesta primeira parte da pesquisa que abordam sobre a importância da Universidade Federal do Paraná para Curitiba, seja no crescimento da quantidade de concluintes na graduação, de titulados na pós-graduação *stricto sensu* e no número de depósito de patentes de invenção ou na sua representatividade para a cidade na formação de capital intelectual, no desenvolvimento tecnológico e na prestação de serviços à

²⁹ Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/pos-graduacao-lato-sensu-2013/resource/c5f4e32f-53e2-4949-a0ea-24b779fcd800>>. Acesso em: 08 set. 2020.

³⁰ A partir de 2019 os professores de Prática Jurídica Penal estão levando os alunos para realizar atendimentos aos detentos do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN), ocasionando um aumento nos atendimentos de Direito Penal.

comunidade. Assim, a execução do orçamento da UFPR acaba gerando benefícios de forma indiretamente, uma vez que, a execução deste orçamento forma mão de obra qualificada, gera conhecimento, desenvolve pesquisa e novas tecnologias colocados à disposição da economia local/regional, gerando o impacto dinâmico descrito por Bovo (2003).

A UFPR busca entregar à sociedade uma educação de qualidade norteada pelo princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão conforme previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. Colaborando neste sentido, Goebel e Miura (2004) destacam a importância de uma instituição de ensino superior relacionada a seus princípios (Ensino, Pesquisa e Extensão) a qual auxilia as instituições no desenvolvimento dos capitais humanos locais e regionais, bem como prestando serviços e colaborando no desenvolvimento social e econômico na localidade que estão alocadas.

Para segunda parte do trabalho, como complementação será aplicado algumas análises estatística descritiva e através de um modelo empírico será feito uma análise através de dados em painel durante os anos de 2010 a 2018³¹ para verificar através da abordagem econométrica se alocação de recursos orçamentários na UFPR (Despesas Empenhadas de Investimento) contribui para o desenvolvimento econômico local de Curitiba. Como destacado na metodologia, apesar da despesa com Pessoal e Encargos Sociais apresentarem o maior volume de despesa da UFPR, a escolha da utilização da despesa com investimento no estudo vai ao encontro do que é apresentado na literatura conforme os estudos de Rocha e Giuberti (2005), Divino e Silva Junior (2012), que apontaram que os gastos de capital aparecem como produtivos e são despesas que estimulam o crescimento econômico. Nesse sentido, o modelo econométrico abordará somente a despesa com investimento devido às restrições do modelo escolhido já mencionadas na metodologia e que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Outras despesas Correntes podem colaborar com o crescimento econômico local/regional, porém fica como sugestão para trabalhos futuros.

A tabela a seguir apresenta os valores das despesas empenhadas de todas as fontes na UFPR dividido de acordo com o Grupo de Natureza da Despesa (GND)

³¹ O estudo limitou-se até 2018, pelo motivo de que até o presente momento da pesquisa não houve divulgação do PIB municipal de 2019.

do ano de 2010 a 2019. Os valores foram deflacionados pelo IPCA para uma melhor comparação da evolução das despesas ao longo do tempo. Quando analisou-se o total de despesas empenhadas da UFPR de 2010 a 2019 observou-se um crescimento de 24,5%, ao analisar por GND, observou-se que a despesa com Pessoal e Encargos Sociais cresceu em 33,9%, enquanto que as Outras despesas Correntes cresceram em 11,4% e a despesa com investimentos decresceu em 82,4%, conforme apresentados na TABELA 15.

TABELA 15 – DESPESAS EMPENHADAS DA UFPR POR GND DE 2010 A 2019

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total de Despesas Empenhadas
2010	1.032.620.435	214.576.086	64.178.597	1.311.375.118
2011	1.068.397.470	231.964.041	73.364.005	1.373.725.516
2012	1.060.557.841	252.685.398	61.546.845	1.374.790.084
2013	1.149.579.151	289.346.472	31.666.319	1.470.591.941
2014	1.192.731.753	272.355.112	55.360.284	1.520.447.149
2015	1.191.476.220	265.391.338	28.698.289	1.485.565.847
2016	1.204.182.571	275.318.025	17.969.404	1.497.469.999
2017	1.328.117.780	242.233.652	31.825.907	1.602.177.340
2018	1.345.727.893	232.979.182	17.690.067	1.596.397.141
2019	1.382.468.908	239.083.668	11.267.742	1.632.820.318

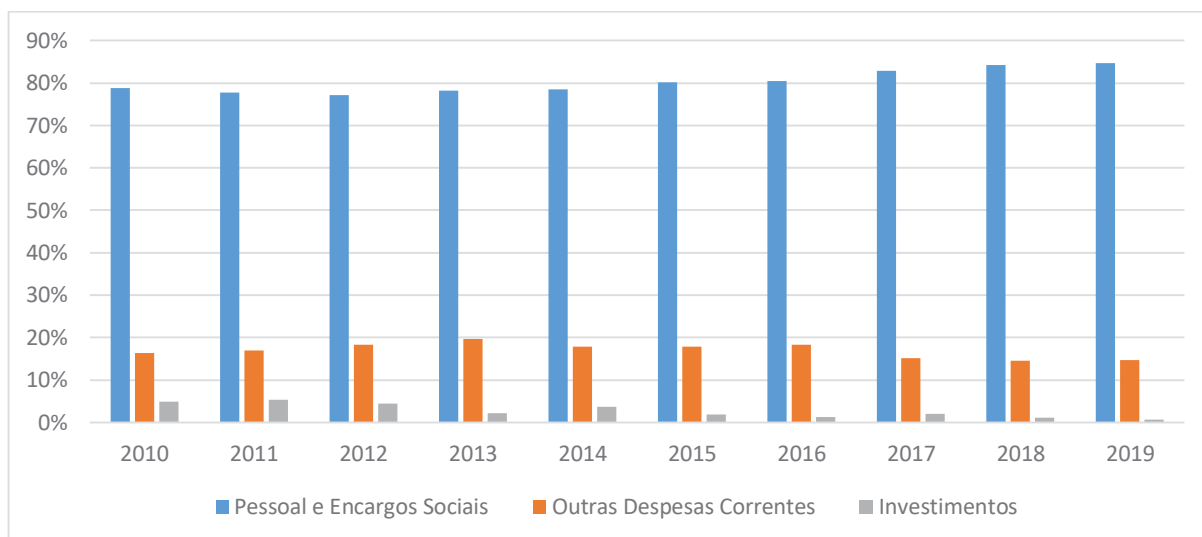
FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIOP (2010-2019).

Quanto analisado a composição das despesas empenhadas pela UFPR, pode-se destacar que pessoal e encargos sociais de 2010 a 2014 representou aproximadamente 78% do total das despesas, em 2015 e 2016 passou para 80% e terminou com uma representatividade de quase 85% em 2019. Parte desse crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais está relacionado com a contratação³² de docentes e técnico-administrativos para a expansão da universidade para o interior do Paraná como por exemplo para o Campo Avançado de Jandaia do Sul em 2014 e o Campus de Toledo em 2016. As Outras Despesas Correntes que são as despesas empenhadas com a manutenção da instituição para o ano de 2010 e 2011 era de aproximadamente 16%, passou para 18% em 2014 e caiu para 15% em 2019. Os investimentos têm a menor representatividade das despesas na instituição, em 2010 a participação era de quase 5% e diminuiu ao longo do período analisado

³² Disponível em: <<https://dados.ufpr.br/dataset/servidores-docentes-e-tas/resource/3efe4efb-4400-4b00-a41b-be0be7bf4a66>>. Acesso em: 18 de dez. 2020.

representando aproximadamente 1% do total das despesas em 2019, conforme apresentado no GRÁFICO 9.

GRÁFICO 9 – DESPESAS EMPENHADAS DA UFPR EM PERCENTUAIS POR GND – 2010 A 2019



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIOP (2010-2019).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Curitiba, em 2018, foi de 87.151.950.102 reais e o PIB per Capita de 45.458,29 reais. Cabe destacar que a cidade é a que apresenta o maior PIB do Paraná e do Sul do Brasil e está na quinta colocação nacional, porém quando comparado a sua colocação quanto ao PIB per Capita, para 2018, a cidade aparece na 46ª colocação entre os municípios paranaense e na 524ª entre os municípios brasileiros (IBGE, 2020). O Produto Interno Bruto (a preços correntes), Produto Interno Bruto per capita e a população estimada de 2010 a 2018 do município estão apresentados na TABELA 16.

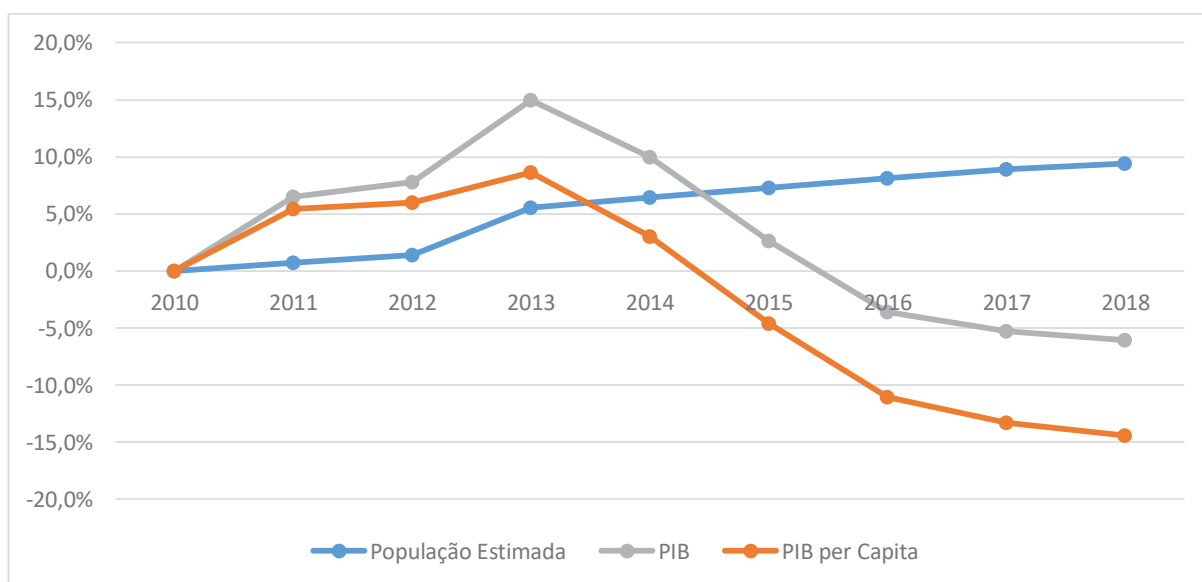
TABELA 16 – PIB, PIB PER CAPITA E POPULAÇÃO ESTIMADA DE CURITIBA DE 2010 A 2018

Ano	Produto Interno Bruto (a preços correntes)	Produto Interno Bruto per capita	População Estimada
2010	58.122.788.251	33.272,04	1.751.907
2011	65.924.883.455	37.360,92	1.764.541
2012	70.637.708.530	39.756,45	1.776.761
2013	79.767.473.014	43.142,13	1.848.946
2014	81.198.398.559	43.551,65	1.864.416
2015	83.856.185.687	44.619,66	1.879.355
2016	83.746.836.773	44.216,98	1.893.997
2017	84.702.356.720	44.384,92	1.908.359
2018	87.151.950.102	45.458,29	1.917.185

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2010-2018).

Conforme a tabela acima a população estimada de Curitiba de 2010 a 2018 cresceu 9,43%, enquanto que o PIB (a preços correntes) no período analisado cresceu 49,9% e o PIB per capita 36,6%. O aumento no PIB per Capita de Curitiba está relacionado com o crescimento maior do PIB em relação a sua população. A seguir será possível verificar a evolução do PIB e do PIB per capita (ambos deflacionados) para verificar o crescimento real, retirando o efeito da inflação. Quando analisado o PIB e PIB per capita (ambos deflacionados), observou-se que há um crescimento do PIB e do PIB per capita até o ano de 2013 e a partir deste período há um decréscimo. O PIB (deflacionado) de Curitiba de 2010 a 2013 cresceu 15% e a partir deste período apresentou um decréscimo, em 2018 quando comparado em relação a 2010 o decréscimo foi de 6%. O PIB per capita (deflacionado) teve um crescimento de 2010 a 2013 de 8,6% e a partir deste período sofreu um decréscimo, quando comparado o ano de 2018 em relação a 2010 a queda foi de 14,4%, conforme apresentado no GRÁFICO 10.

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTIMADA, DO PIB E DO PIB PER CAPITA DEFLACIONADOS DE CURITIBA DE 2010 A 2018



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2010-2018).

Para análise econométrica utilizou-se de uma série anual com um painel de 3591 observações, em que a variável tempo foram os anos de 2010 a 2018 e a variável indivíduos foram os 399 municípios do Paraná incluindo o município de

Curitiba. Para uma análise prévia das variáveis utilizadas são apresentadas, na tabela abaixo, as estatísticas descritivas, considerando o número de observações, a média, o desvio padrão e os valores mínimos e máximos, conforme na TABELA 17.

TABELA 17 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Variável	Obs.	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
LnPIB	3591	19.53467	1.226758	17.27271	25.43486
LnEE	3591	7.733538	2.406893	0	14.21413
LnPop_Est	3591	9.302724	1.074698	7.202661	14.46637
LnICMS	3591	13.82532	2.666367	1.311032	23.14343
LnRFB	3591	16.48278	1.609151	13.39395	24.31147
LnDes_mun	3591	17.4087	0.9189227	16.05009	22.88866
LnInv_UFPR	3591	0.0437105	0.8725214	0	18.11094

FONTE: Dados da pesquisa.

Conforme já explicado na metodologia, todas as variáveis são apresentadas em logaritmo e a variável LnPIB representa o PIB dos municípios paranaense que foi deflacionado através do IPCA, para retirar o efeito da inflação das análises. A LnEE representa o consumo de energia elétrica da indústria em MWh em todos os municípios paranaense. A LnPop_Est representa a população estimada em cada município de acordo com dados do IBGE. Como variáveis de controle estão a LnICMS que representa os valores repassados pelo Estado do Paraná aos municípios, a LnRFB que representa os valores de repasses efetuados pela União e a LnDes_mun representa as despesas empenhadas pelos municípios. A LnInv_UFPR representa as despesas empenhadas com Investimento pela UFPR a qual será a principal variável de observação. Pelo dinamismo do município de Curitiba a qual coloca a cidade como o principal centro econômico do Paraná, verificou-se que os valores para a cidade são superiores à média dos valores observados na média dos 399 municípios.

Ao verificar se há correlação entre as variáveis do modelo empírico observou-se que todas as variáveis do estudo apresentam uma correlação positiva, conforme apresentado na TABELA 18.

TABELA 18 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO

Variável	LnPIB	LnEE	LnPop_Est	LnICMS	LnRFB	LnDes_mun	LnInv_UFPR
LnPIB	1.0000						
LnEE	0.8089	1.0000					
LnPop_Est	0.9460	0.7780	1.0000				
LnICMS	0.8539	0.8461	0.8393	1.0000			
LnRFB	0.9437	0.8293	0.9172	0.8767	1.0000		

Variável	LnPIB	LnEE	LnPop_Est	LnICMS	LnRFB	LnDes_mun	LnInv_UFPR
LnDes_mun	0.9523	0.7646	0.9566	0.8174	0.9309	1.0000	
LnInv_UFPR	0.2365	0.1334	0.2389	0.1728	0.2395	0.2952	1.0000

FONTE: Dados da pesquisa.

Após aplicação dos testes conforme descrito na metodologia o modelo apresentado será de efeito fixo com erros padrão robustos para não afetar a significância das variáveis, conforme resultados apresentados na TABELA 19.

TABELA 19 – REGRESSÃO COM EFEITO FIXO ROBUSTO

PIB	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf.	Interval]
Ln_EE	.0255074	.0091778	2.78	0.006	.0074643	.0435504
Ln_Pop_Est	.8337778	.1183386	7.05	0.000	.6011309	1.066425
Ln_ICMS	.0199268	.006386	3.12	0.002	.0073722	.0324814
Ln_RFB	.2484879	.0194849	12.75	0.000	.2101817	.286794
Ln_Des_mun	.2532731	.0354966	7.14	0.000	.1834888	.3230574
Ln_Inv_UFPR	.106575	.0075514	14.11	0.000	.0917294	.1214207
_cons	2.795926	1.090463	2.56	0.011	.6521397	4.939713
R ²	0,5231					

FONTE: Dados da pesquisa.

A variável explicada e as variáveis explicativas se mostraram estatisticamente significativas a um nível de 95% de confiança. O resultado estimado do modelo empírico apresentou-se que as variáveis utilizadas comportaram-se de maneira esperada com os sinais positivos, sugerindo dessa forma que as variáveis contribuem para o crescimento do PIB. Apesar da variável objeto do estudo ser a despesa com investimento, observa-se que todas as outras variáveis apresentam indicativos positivos com o crescimento do PIB.

Quando analisado a variável foco do estudo observa-se que há uma evidência empírica de que existe uma correlação entre a despesa com investimento da Universidade Federal do Paraná contribuir para o crescimento do PIB de Curitiba. Como os coeficientes das variáveis em logaritmo representam as elasticidades da variável dependente em relação a cada um dos regressores, pode-se interpretar com base nos dados da TABELA 19 que o aumento de 1% na despesa de investimento da UFPR sugere um incremento de 0,10% no PIB, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Dessa forma, as despesas com investimentos da UFPR testadas empiricamente apresentam-se como gastos produtivos, conforme encontrados por

Rocha e Giuberti (2005), Divino e Silva Junior (2012), estimulando o crescimento econômico.

Assim, destaca-se, que a Universidade Federal do Paraná ao longo da sua história contribui e desempenha um papel importante participando do desenvolvimento local/regional gerando externalidades positivas. Rolim e Serra (2009) destacam que as universidades, além do papel de formar e qualificar a mão de obra em diversas áreas do conhecimento, também buscam a melhoria na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento da região onde estão inseridas.

De uma maneira geral, os dados e as análises realizadas ao longo dos anos demonstram que a UFPR contribui de forma positiva com uma participação significativa na formação de mão de obra qualificada, nas inovações tecnológicas e nas prestações de serviços à comunidade local conforme descrito por Caldarelli, Camara e Perdigão (2015) que as IES além da oferta de ensino superior, pesquisa e extensão que outro papel importante desempenhados pelas instituições são os atendimentos à população, destacando os hospitais universitários, hospitais de clínicas, as clínicas odontológicas entre outros serviços prestados à comunidade.

Finalmente, em relação à contribuição dos gastos públicos para o crescimento econômico Rocha e Giuberti (2005) observaram que há uma relação entre os gastos com capital e a taxa de crescimento ser positiva no longo prazo. Dessa forma, apesar da importância tanto das despesas Corrente (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e a de Capital (Investimentos) para o funcionamento da UFPR, porém como o objetivo da análise através do modelo empírico era em verificar se a execução dos recursos empenhados (despesa de investimento) utilizados pela instituição, os resultados apresentados foram que tais despesas contribuem como incentivadora do crescimento econômico local/regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao longo desta dissertação procurou-se encontrar fundamentos da importância de uma Instituição de Ensino Superior pública para o desenvolvimento local/regional. Rolim e Serra (2009) destacam que as universidades causam um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelecendo vínculos e compromissos no futuro da região, sendo que, em geral, estão concentradas na superação das questões da região em que estão inseridas.

Assim, diante desse contexto, a presente dissertação buscou verificar qual a importância histórica da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento local/regional do município de Curitiba, seja na formação de recursos humanos, na extensão, na inovação tecnológica e até mesmo na execução do orçamento efetuado pela UFPR. Bovo (2003) colabora afirmando que as universidades apresentam relevância em termos de impacto na economia regional, sejam através dos recursos financeiros movimentados que contribuem para dinamizá-las, porém que precisa de mais estudos para investigar sobre o seu significado como fonte propulsora do dinamismo econômico local. Ainda de acordo com o autor, ao contrário de outras atividades econômicas em geral, as universidades exercem tanto um impacto econômico estático (representado pelo efeito multiplicador do investimento) quanto um impacto dinâmico (exercido pela contribuição da Universidade para aumentar o produto local, regional e nacional) sobre a economia geral contribuindo com a formação de recursos humanos que anualmente é incorporado à produção.

Nesse sentido, observou-se que a execução do orçamento da UFPR gera benefícios de forma direta e indiretamente. Diretamente quando a execução da despesa remunera o corpo docente, seus técnicos administrativos, na execução de compra de materiais e serviços da região faz com que ocorra o efeito multiplicador na atividade econômica, pela renda gerada, já muito estudado pelos economistas. Indiretamente, quando a execução deste orçamento está sendo empregada na geração de conhecimento, na formação de mão de obra qualificada, nas pesquisas, no desenvolvimento de novas tecnologias, na prestação de serviços mais qualificados à sociedade em diversas áreas.

Para alcançar o objetivo do estudo, pesquisou-se na literatura as formas de estabelecimento das políticas de expansão do ensino superior no Brasil, a funcionalidade do orçamento público e algumas legislações aplicadas, como acontece

a distribuição dos recursos orçamentários às universidades federais brasileiras e por último estudo sobre as universidades e o desenvolvimento econômico local. Quanto ao ensino superior no Brasil, o crescimento teve início no final da década de 40, principalmente após o movimento da reforma universitária e estendeu-se até o início da década de 80. Dos anos 80 até a metade dos anos 90 o crescimento foi pouco representativo, após a metade dos anos 90 e nos anos 2000 que o número de instituições de ensino superior voltou a crescer fortemente com diversas políticas públicas voltadas para o ensino superior. Colaborando com essas políticas de expansão do ensino superior, com relação ao período pesquisado, observou-se que a UFPR ampliou ao longo dos anos na graduação o número de cursos, de matrículas e concluintes e também nos programas de *Stricto Sensu*, ampliou de forma significativa a quantidade de matriculados e de titulados.

Em relação ao financiamento da instituição, os recursos aplicados na UFPR nas atividades de ensino, pesquisa e extensão têm como fontes: os recursos do Tesouro Nacional, as emendas parlamentares e os recursos próprios. Na sua quase totalidade são os recursos oriundos do Tesouro Nacional que fazem parte do financiamento da instituição. Ao analisar-se os valores aprovados na LOA tiveram um crescimento real ao longo do período, ou seja, na observação dos valores previstos na LOA descontado o IPCA, verificou-se que em três períodos houve um decréscimo dos valores previstos, porém no acumulado do período o aumento dos valores aprovados nos orçamentos teve um crescimento de aproximadamente 32% de 2010 a 2019. O aumento dos valores no orçamento ocorre em função da ampliação na estrutura da UFPR ocorrida em decorrência da expansão da universidade, do aumento do número de cursos, matrículas e consequentemente no número de concluintes e titulados.

Na análise das despesas empenhadas os recursos aplicados na sua maior parte são com as despesas de pessoal e encargos sociais, tendo em vista, que o maior insumo da instituição é o capital humano (professores e técnicos-administrativos) e também pela ampliação no número de cursos e da estrutura da UFPR demandando de mais capital humano. Quanto às despesas de custeio e de capital que para a distribuição são feitas com base na Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC ou Matriz ANDIFES), a despesa com manutenção não sofreu grandes alterações na participação do total de despesas ao longo do período

analisado. Por outro lado, a despesa de investimento sofreu uma redução na sua participação ao longo do período analisado.

Apesar de que em alguns períodos as Instituições Federais de Ensino Superior tiveram cortes de recursos orçamentários devido ao momento delicado que o Brasil tem enfrentado, mesmo diante dessa situação a UFPR tem se destacado na qualidade da educação gratuita entregue a sociedade, tornando-se referência no ensino superior, ganhando destaque tanto nas avaliações nacionais, como no caso do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e na avaliação do Ranking Universitário Folha (RUF) ou internacionalmente, como por exemplo nas avaliações das consultorias *Shanghai Ranking Consultancy* e a do *Center for World University Rankings*.

Em relação à importância da instituição para o município de Curitiba constatou-se que ao longo do período de análise que a instituição tem um papel fundamental na formação de capital humano. Verificou-se que na UFPR de Curitiba, de 2000 a 2019 ocorreu um expressivo aumento no número de concluintes na graduação presencial 51,36%, sendo que os titulados no mestrado 211,19% e os titulados do doutorado 463,73% foram os que apresentaram os maiores crescimentos. Apesar da UFPR receber alunos de diversas cidades do Paraná e até mesmo de outras regiões do Brasil, no entanto, quando comparou-se a quantidade de concluintes em Curitiba e o número de concluintes na UFPR certificou-se que o número de graduados pela UFPR é significativo em relação ao número de concluintes do município. Quando analisou-se os dados do *Stricto Sensu* notou-se que a importância é ainda maior, tanto no doutorado quanto no mestrado, ou seja, a UFPR tem uma grande representatividade na titulação de alunos de mestrado e doutorado em Curitiba. Nesse sentido, a UFPR colabora de forma positiva para formação e melhoramento do capital humano, conforme descrito por Bovo (2003), Rolim e Serra (2009) que relatam que há um poder multiplicador na economia resultante de uma mão de obra mais qualificada contribuindo dessa forma para o crescimento do instrumento produtivo regional.

A Universidade em estudo destaca-se na prestação de serviços à comunidade como: cursos de qualificação, residência média, atendimentos odontológicos, psicológicos, jurídicos, médicos, veterinários, entre outros. Grande parte dessa prestação de serviço são desempenhadas por alunos, com supervisão dos professores, agregando a prática ao conhecimento dos discentes para uma melhor

formação. A instituição oferece esta prestação de serviço à população de maneira gratuita, desempenhando seu papel com a função social.

No quesito inovação tecnológica, pode-se destacar a importância da UFPR na quantidade de Depósitos de Patentes de Invenção (PI) depositadas no INPI. Quando analisou-se a quantidade acumulada de 2000 a 2017, observou-se que a instituição é a quarta universidade que mais efetuou depósitos de patentes de invenção no país. Quando comparados os depósitos da Universidade em estudo em relação aos efetuados por todas as empresas e instituições localizados no município de Curitiba verificou-se que, a partir de 2010, a instituição obteve uma importante participação na quantidade de depósitos de Patentes de Invenção efetuada como depositante localizado no município.

De acordo com Schneider (2002), a universidade tem potencial para atrair novos investimentos para o município onde está instalada, devido ao grande volume de recursos injetados na instituição, seja por meio de salários de professores, de técnicos-administrativos ou ainda devido aos gastos efetuados pelos estudantes, e dessa forma, esses recursos atuam como multiplicadores, afetando positivamente a economia do município (apud Goebel e Miura, 2004). Com relação a análise por meio do modelo empírico, o resultado encontrado apontou que existe uma correlação da despesa de investimento da UFPR com o crescimento do PIB, para o período estudado. Neste sentido, o resultado encontrado pelo exercício empírico está de acordo com os resultados apresentados por Rocha e Giuberti (2005), Divino e Silva Junior (2012), que apontaram que os gastos de capital aparecem como produtivos e são despesas que estimulam o crescimento econômico.

Diante dos resultados, é possível concluir que estes corroboram com a literatura no ponto em que há relação entre os gastos das Universidades provocarem externalidades positivas. Conforme descrito por (Bovo, 2003; Souza, 2004; Rolim e Serra 2009; Oliveira Jr., 2014; Rolim, 2018) a universidade tem papel fundamental em impulsionar a localidade em que está instalada, seja aprimorando o capital humano, na pesquisa de novas tecnologias para colaborar com empresas instaladas ao seu entorno, aumentando dessa forma a produtividade e contribuindo com o desenvolvimento da região. Ou seja, as universidades contribuem na formação de recursos humanos, no fomento de conhecimento técnico-científico para elevar a produtividade de uma economia e até os recursos injetados nelas estimulam o desenvolvimento econômico da região.

Desse modo, compreende-se que historicamente a UFPR desempenhou importante papel no desenvolvimento local e regional de Curitiba contribuindo para a intelectualidade paranaense, sendo motivo de orgulho para toda a sociedade. Nestes 108 anos de história e considerada a mais antiga universidade do Brasil, é uma importante universidade para a cidade de Curitiba e para o Estado do Paraná. Ao longo da sua história percebeu-se que a instituição mostrou-se perseverante e resistente a todas as dificuldades a qual encontrou, buscando soluções para dar continuidade a sua história e levando educação superior gratuita e de qualidade a toda a comunidade, tornando-se referência no Estado do Paraná e para o Brasil.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como recomendações para trabalhos futuros, pode ser estudado os gastos da UFPR para contribuição do desenvolvimento local de Curitiba, mas sobre a ótica do PIB conforme a contribuição de cada setor (Primário, Secundário e Terciário) e verificar qual é a participação dos investimentos em educação na composição do setor terciário, qual a sua representatividade e a contribuição com o desenvolvimento, sugerindo novos estudos para aprofundamento do tema e estudos correlatos acerca da importância das Universidades para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Outro tipo de trabalho seria estudos para municípios que foram afetados pela implantação de novo campus da UFPR através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Dessa forma, o estudo terá um comparativo para analisar o antes e depois da implantação da unidade da UFPR e o quanto ela foi fonte propulsora do desenvolvimento econômico e social no município.

Por fim, estudos contendo mais variáveis e outras universidades públicas podem ser importante para desvendar a relevância destas para as cidades em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. B.; GUMBOWSKY, A. **Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas, SC. INTERAÇÕES.** Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 55-68, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n4/1518-7012-inter-18-04-0055.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- ANDIFES, 2017. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Seminário Andifes "Apresentação da Matriz Andifes de Orçamento de Custeio e Capital (OCC)".** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/categoria/documentos/eventos/eventos-andifes/seminarios-eventos-andifes/seminario-andifes-apresentacao-da-matriz-andifes-de-orcamento-de-custeio-e-capital-occ/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças.** 15.ed. rev. e atual. por Djalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2001
- BARRETO, R. C. S. **Desenvolvimento regional e convergência de renda nos municípios do estado do Ceará.** 2007. 191f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2007.
- Bogoni, Nadia M.; Hein, Nelson, & Beuren, Ilse M. **Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da Região Sul do Brasil.** RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 45(1), 159–179, jan./fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BOVO, J. M. **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios.** São Paulo. Editora UNESP, 2003.
- BRASIL, 1950. Lei 1.254 de 4 de dezembro de 1950. **Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-pl.html>>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- BRASIL, 1964. Lei 4.320 de 17 de Março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- BRASIL, 1988. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL, 1996. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- BRASIL, 2000. Lei Complementar 101 de 4 de Maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras**

providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL, 2001. Lei 10.172 de 09 de Janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL, 2001. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL, 2005. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL, 2007. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL, 2008. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL, 2010. Decreto Nº 7.233 de 19 de Julho de 2010. **Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL, 2012. Lei 12.711 de 29 de Agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL, 2014. Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido.** DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G.; PERDIGÃO, C. **Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses**. Planejamento e políticas públicas, n. 44, p.85-112, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/479/356>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CAMPOS, I. M. B. M. **Gasto público com as Universidades Federais: uma análise do processo decisório no MEC – 1995-2010**. 2015. 171 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19758>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CANGUSSU, R.C.; SALVATO, M. A.; NAKABASHI, L. **Uma análise do capital humano sobre o nível de renda dos estados brasileiros: MRW versus Mincer**. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 40, n. 1, p. 153-183, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ee/v40n1/v40n1a06.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CAPES, 2020. **Sistema de Informações Georreferenciadas – CAPES**. Disponível em <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

COMEC, 2017. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/revista_fev_2017.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

CWUR, 2020. Center for World University Rankings. **World University Rankings 2019-20**. Disponível em: <<https://cwur.org/2019-20.php>>. Acesso em: 05 set. 2020.

DEGENHART, Larissa; VOGT, Mara; DA SILVA ZONATTO, Vinícius Costa. **Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste do Brasil**. REGE-Revista de Gestão, v. 23, n. 3, p. 233-245, 2016.

Divino, José Angelo; Silva Junior, Rogério Lúcio Soares da. **Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros**. Revista Economia, v.13, n.3a, p.507–528, set/dez 2012.

DOU, 2013. Diário Oficial da União. Portaria Nº 651, de 24 de Julho de 2013. **Institucionaliza, no âmbito do Ministério da Educação, a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital Matriz OCC, como instrumento de distribuição anual dos recursos destinados às universidades federais**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-651-de-24-de-julho-de-2013-30800999>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Faria Júnior, Anézio Eugênio de. **Impactos econômicos e financeiros da expansão da UNIFAL-MG para o município de Alfenas no período de 2002 a 2014**. Ano: 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/685>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FÁVERO, M. de L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>> Acesso em: 28 mar. 2020.

FERREIRA, André; SANTOS, Edson Almeida. **Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos Campi da UFF em Volta Redonda.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR, v. 14, n. 1, p. 86-109. Taubaté, SP, Brasil. Jan-abr/2018.

FERREIRA, S. da C. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior: uma visão do grau de engessamento dos orçamentos das universidades federais.** 2013. 50 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14184>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

FRANCO, A. M. P. **Os determinantes da qualidade da educação no Brasil.** Ano: 2008. 146 f. Tese de Doutorado em Economia – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Giacomoni, James. **Orçamento governamental: teoria, sistema, processo.** São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. – 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. **A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR.** Revista Expectativa, Cascavel, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743/628>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. **Econometria Básica.** 5th. ed. The McGraw-Hill Brasil, 2011.

IBGE, 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios 2017.** Rio de Janeiro, Ano: 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

IBGE, 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Curitiba.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE, 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas para Downloads.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

INEP, 2017. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Financeiros Educacionais.** Disponível em: <<http://inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

INEP, 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019. Notas Estatísticas.** Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

INEP, 2020. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados disponíveis. Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

INPI, 2019. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Ranking de depositantes nacionais de 2018**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/noticias/universidade-federal-da-paraiba-lidera-ranking-de-maiores-depositantes-de-patentes-nacionais>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

INPI, 2020. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Tabelas Completas de Depósitos de Patentes de Invenção (PI) de Residentes**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas>>. Acesso em: 04 out. 2020.

IPEA, 2010. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2010. 145p: gráfs, mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6475>. Acesso em: 01 jun. 2020.

LIMA, Jandir Ferrera de; VIANA, Giomar. **Capital humano e crescimento econômico**. Interações (Campo Grande), v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200003>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 6ª Edição, 2011.

Mariana, Dragoescu Raluca. **Education as a determinant of the economic growth. The case of Romania**. Procedia-Social and Behavioral Sciences, 197, 404–412. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.07.156>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARTINS, C. B. **A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n.106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MARTINS, C. B. **O Ensino Superior Brasileiro nos Anos 90**. São Paulo Perspectiva. vol.14 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MEC, 2005. Ministério da Educação. **Cálculo do Aluno Equivalente para fins de Análise de Custos de Manutenção das IFES**. Brasília, fev. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/calculo_aluno_equivalente_orcamento_2005.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020.

MEC, 2006. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A coleta de dados das IFES para Alocação de Recursos Orçamentários**. Brasília, nov., 2006. Disponível em: <http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/RelatorioMatriz2006.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020.

MEC, 2007. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MEC, 2009. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 mar. 2020.

MEC, 2010. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº 2, de 26 de Janeiro de 2010. **Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192 Acesso em: 31 mar. 2020.

MELO, L. V. S. **A concepção e a implantação de novos campi da UnB no DF e seus efeitos sobre a democratização do acesso**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15050>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MELO, L. V. S. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal**. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4094/1/2009_LiviaVeledaSousaMelo.pdf . Acesso em: 27 mar. 2020.

MENEZES FILHO, N. A. **Os determinantes do desempenho escolar no Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, Ibmec-SP e FEA-USP, 2007. Disponível em: https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/desempenho_escolar.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

MILIONI, Karoline Cristina; BEHR, Ariel; GOULART, Jeferson Luís Lopes. **Análise do processo de elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 164-188, 2015. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p164/30869>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MORAIS, E. A. S. **O impacto da instituição de Ensino Superior no Desenvolvimento Local e Regional: Estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS)**. 2014. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, RS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102990/000936068.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 13 out. 2020.

MTO, 2017. Manual Técnico de Orçamento. **Elaboração de orçamento**. Edição 2017. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

NEDUZIAK, Luiz Carlos Ribeiro; CORREIA, Fernando Motta. **Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros**. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 4, p. 616-632, 2017.

OCDE, 2007. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Higher Education and Regions: Globally Competitive, Locally Engaged**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/imhe/39378517.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

OLIVEIRA JR., A. de. **A universidade como polo de desenvolvimento local/regional**. I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014. ISBN: 978-85-99907-05-4. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Antonio%20de%20Oliveira%20Jr.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

PACHECO, ELIEZER. **Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Editora: Moderna, Fundação Santillana, 2011. Disponível em: <https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PMC, 2020. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Perfil da Cidade de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

REINALDO, Luciana Moura. **Estimação clássica e bayesiana para dados em painel**. Dissertação (mestrado em Estatística) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Exatas, Brasília, 2017.

REIS, C. Z. T. et al. **Modelo Orçamentário das Universidades Federais: Fatores Motivadores e Inibidores de sua Institucionalização**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 10, número 6, p. 1081-1100, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/15720/pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana C. **Composição do Gasto Público e Crescimento Econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros**. In: Encontro Nacional de Economia, 33, Salvador, 2005. Anais. Anpec, 2005.

ROLIM, Cássio. **Índice de inserção regional das instituições de ensino superior**. p. 215-240. Universidades e Desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva. Organizado por Maurício Serra, Cássio Rolim, Ana Paula Bastos. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná**. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), set./dez. 2009. p. 87-102, Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710/11109>>. Acesso em 02 out. 2020.

RUF, 2019. Ranking Universitário Folha. **Ranking de universidades**. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SANTOS, Thayse; SILVA, Maurício Corrêa da. **O uso de Indicadores como Ferramenta de Análise Orçamentária no Setor Público: O Ranking das Despesas de Investimentos dos Municípios Norte-Rio-Grandenses**. ReAC – Revista de Administração e Contabilidade. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana-Ba, v. 6, n. 3, p. 51-68, setembro/dezembro, 2014.

SIQUEIRA, M. T. A. D. **Universidade Federal do Paraná: 100 anos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

SOUZA, M. R. P. de. **Fatores determinantes do crescimento das regiões: um processo de mensuração**. 2004. 161f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86797>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

UFPR, 2019. Universidade Federal do Paraná. **PLANO DE DADOS ABERTOS DA UFPR – PDA/UFPR 2019/2020**. Disponível em: <<http://www.sic.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/08/PLANO-DE-DADOS-ABERTOS-PDA-UFPR-2019-2020.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

UFPR, 2020. Universidade Federal do Paraná. **Agência de Inovação UFPR**. Disponível em: <<http://www.inovacao.ufpr.br/portal/propriedade-intelectual/propriedadeindustrial/agencia/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

UFPR/PRA, 2020. Pró-reitora de Administração da Universidade Federal do Paraná. **Histórico sobre os Restaurantes Universitários da UFPR**. Disponível em: <<http://www.pra.ufpr.br/portal/ru/historico/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

USP, 2019. Universidade de São Paulo. **10 Mitos sobre a universidade pública no Brasil**. Jornal da USP - 28/06/2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/10-mitos-sobre-a-universidade-publica-no-brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 2, 2012.

WACHOWICZ, Ruy C. **A Universidade do Mate: história da UFPR**. 2. Ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 3. Ed. Curitiba: Editar, 1972.